

RENATO ARRUDA DE REZENDE

**1947, O ANO EM QUE O BRASIL FOI
MAIS REALISTA QUE O REI**

**O fechamento do PCB e o rompimento das relações
Brasil-União Soviética**

RENATO ARRUDA DE REZENDE

**1947, O ANO EM QUE O BRASIL FOI
MAIS REALISTA QUE O REI**

**O fechamento do PCB e o rompimento das relações
Brasil-União Soviética**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal da Grande Dourados
(UFGD), para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz

Dourados - 2006

Ficha elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal da Grande Dourados

981.0721 Rezende, Renato Arruda de
R467m

1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil – União Soviética / Renato Arruda de Rezende. – Dourados : UFGD, 2006

115 p.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Brasil – Política e Governo, 1945 – 1948. 2 Partido Comunista Brasileiro – História, 1947. 3 Brasil - Relações Exteriores – União Soviética. 4. Brasil – Relações Exteriores – Estados Unidos I. Título.

RENATO ARRUDA DE REZENDE

**1947, O ANO EM QUE O BRASIL FOI
MAIS REALISTA QUE O REI**

**O fechamento do PCB e rompimento das relações
Brasil-União Soviética**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

DADOS CURRICULARES
RENATO ARRUDA DE REZENDE

NASCIMENTO 21/07/1980 – CAMPO GRANDE/MS

FILIAÇÃO Aluízio Bernardes de Rezende
Roseli Aparecida de Arruda

1999/2003 Curso de Graduação em História

A Eulália...

A minha mãe, que, além de ser um grande exemplo de ser humano, sempre me permite ir além.

A Paulo Roberto Cimó Queiroz, professor e amigo, que sempre acreditou em mim, muitas vezes mais do que eu mesmo. E teve sempre muita paciência. Um verdadeiro cientista.

AGRADECIMENTOS

Queria em primeiro lugar, agradecer a todas as pessoas que estiveram comigo durante a produção desta tese, e que tiveram que conviver com os altos e baixos do processo.

À minha namorada Mariana, que tem sido compreensiva, e tem me ajudado a redefinir o que significa Amar.

Às minhas irmãs, que mesmo longe estão sempre presentes nos meus pensamentos.

Ao meu pai, que tem se tornado uma pessoa bem mais compreensiva.

Ao Ruy, por todos seus telefonemas, e pela força .

À minha avó, por estar sempre presente na necessidade.

À Renée, pelas longas e agradáveis conversas.

Ao meu amigo André, que este consiga realizar seus sonhos.

Também gostaria de agradecer aos meus professores do mestrado, tanto quanto da graduação. Pessoas que durante as aulas me instigaram, me confundiram, me ajudaram. Com certeza eu nunca mais verei o mundo com os mesmos olhos, para o bem ou para o mal.

Aos meus companheiros de sala de aula no mestrado, que juntos dividimos esses momentos de discussões, sonhos, ilusões, idéias e ideais.

A todas as pessoas que passaram na minha vida e me ajudaram a chegar até aqui, tornando mais agradável essa longa, e às vezes difícil caminhada, que é a Vida.

Obrigado a todos vocês.

Se o mundo é mesmo parecido com o que vejo,
prefiro acreditar no mundo do meu jeito.

Renato Russo

SUMÁRIO

Resumo, 10

Abstract, 11

Introdução – O caminho do processo, 12

Uma segunda introdução (teórica), 20

Capítulo 1 – Azul, 26

- 1.1. Partidos políticos, 30
- 1.2. Eleição de Dutra, 32
- 1.3. Assembléia Constituinte, 35
- 1.4. Relação Brasil-Estados Unidos, 37
- 1.5. O Exército brasileiro, 42
- 1.6. O Brasil e sua posição nos fóruns internacionais, 44

Capítulo 2 – Vermelho, 48

- 2.1. Movimentos operários, 48
- 2.2. Partido Comunista Brasileiro, 56
- 2.3. O Brasil e suas relações com a URSS, 63
- 2.4. Paranóia ou assombração?, 75

Capítulo 3 – Violeta, 79

- 3.1. Fechamento do PCB, 81
- 3.2. Rompimento das relações Brasil-URSS, 90
- 3.3. A batalha das cassações, 95
- 3.4. As posições do PCB e dos comunistas, 101

Considerações finais, 107

Fontes e bibliografia, 110

Anexos, 113

RESUMO

O objeto do presente trabalho consiste na análise dos significados de dois importantes eventos ocorridos no Brasil no ano de 1947, durante o governo do general Dutra: o fechamento do Partido Comunista Brasileiro (maio) e o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética (outubro). Para tanto, a pesquisa abrangeu um recorte temporal que vai de janeiro de 1945 até janeiro de 1948. O trabalho situa-se no campo da Nova História Política. Entende-se portanto que, em uma sociedade, o poder se encontra dividido entre os vários grupos que a compõem, porém não de forma igualitária. Assim, o controle do Estado por parte de um grupo, ou grupos, acaba desequilibrando o jogo do poder entre as diversas forças sociais. Trabalhamos também com o conceito de *representação*, para entender a importância que tiveram, no contexto da época, idéias como democracia, comunismo e imperialismo. Para a execução da pesquisa utilizamos, além de obras de caráter bibliográfico, as seguintes fontes documentais: os jornais *Correio da Manhã*, *Tribuna Popular* e *Jornal do Brasil*; documentação pessoal de importantes personagens políticos da época; correspondência da Secretaria de Estado do Itamaraty com as embaixadas brasileiras em Moscou e Washington e com a delegação brasileira na ONU. Pudemos concluir que tanto o fechamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como o rompimento de relações do Brasil com a União Soviética se explicam, em primeiro lugar, pela preocupação das classes dominantes brasileiras em manter seu controle sobre a sociedade, em face do crescimento do movimento operário e do PCB. Assim, o governo Dutra aproveita-se da *representação* negativa do comunismo na sociedade, obtendo uma justificativa não só para conter a oposição comunista como para reprimir o conjunto do movimento operário (associado, pelo governo, ao comunismo). O rompimento das relações com a União Soviética vem a ser uma consequência dessa política interna, isto é, o mesmo tratamento dispensado aos comunistas, internamente, foi dispensado aos comunistas em âmbito internacional, tornando-se o Brasil o primeiro país ocidental a romper, nessa época, com a União Soviética. Desse modo, o Brasil, que se colocava sob a liderança dos Estados Unidos, excede a estes na Guerra Fria e torna-se portanto mais realista que o próprio *Rei*.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze two important events that occurred in Brazil, in 1947, during the reign of the *General Dutra*: the extinction of *Partido Comunista Brasileiro – PCB* (Brazilian Communist Party) in May and the rupture of diplomatic relations between Brazil and Soviet Union in October. Research about both episodes was delimited over a period of time, between January of 1945 and January of 1948. Data was collected from diverse sources such as news paper: *Correio da Manhã*, *Tibuna Popular*, and *Jornal do Brasil*; personal documentation about politics, correspondences made among *Itamaraty State Secretary*, Brazilian Embassy in Moscow and Washington, and Brazilian Commissionship in the ONU. Analysis of data was based on the theory of New Political History. According to this theory, in a society, power is divided in an inequitable way among its groups. In this perspective, the power of State, held by a group or groups, promote disequilibrium of power among other groups. The study also used the concept of *representation* to better understand the importance of ideas of democracy, communism, and imperialism, in that period context. This study concluded that the extinction of the PCB and the rupture of diplomatic relations between Brazil and the Soviet Union was a political maneuver adopted by Brazilian dominant classes to keep Brazilian society under control since the country was facing enormous growth among the Labor Party and PCB. The government reigned by *General Dutra* took advantage of *negative representation* of the idea of communism among Brazilian society and uses it as a justification to restrain the communist opposition and to repress labor manifestations. Hence, the rupture of diplomatic relations between Brazil and the Soviet Union was a reflex of internal politics. The same treatment dispensed to national communists was transferred to international communists. Brazil was the first occidental country to break diplomatic relations with the Soviet Union. At the time, Brazil under United States leadership, actually exceed the United State in the Cold War by their action and became more realistic than the *King*.

Introdução

O CAMINHO DO PROCESSO

O objeto dessa dissertação surgiria a partir de uma estada nos Estados Unidos, onde comecei a me interessar por algum tema em que eu pudesse estudar as relações entre o Brasil e os EUA. Comecei a ler sobre o assunto, e acabou me chamando a atenção a Segunda Guerra Mundial, como um período muito interessante não só para essa questão das relações entre os dois países, como para a História do Brasil em si, um período que levava os brasileiros a acreditarem em suas potencialidades, em seu futuro próspero e o seu lugar especial no mundo do Pós-Guerra.

A idéia inicial era estudar a relação entre esses dois países durante todo o primeiro período de Vargas no poder, de 1930 a 1945. Porém, conversando com o professor Paulo Cimó, este ponderou que seria um recorte temporal muito grande. A partir daí tentei encontrar uma nova questão e, lendo um pouco mais, chamou-me a atenção o modo como o governo de Vargas conseguiu negociar de uma forma inteligente com a Alemanha e Estados Unidos durante a Segunda Guerra, e como os governantes brasileiros, a partir desse contexto de possibilidades, obtiveram boas vantagens no sentido do desenvolvimento econômico brasileiro. Comecei então a me questionar: como o governo do general Eurico Gaspar Dutra, que veio a suceder Vargas, não conseguiu manter, em suas relações externas, uma negociação que trouxesse, também, vantagens semelhantes?

Os livros indicavam que essa relação não foi possível porque a Segunda Guerra Mundial tinha acabado e o Brasil, aliado dos Estados Unidos, não possuía o mesmo poder de negociação do período da guerra; os tempos eram outros e os Estados Unidos tinham voltado agora todos os seus esforços para acudir a Europa, enquanto a América Latina perdia boa parte de sua importância (MOURA, 1983, p. 81). Porém essa resposta não me satisfazia e comecei a indagar: os governantes brasileiros não poderiam ter aproveitado o pós-guerra, e os conflitos entre Estados Unidos e União Soviética, para negociar com esses dois países e adquirir vantagens de ambos?

Depois de estudado o período, percebo que o governo do general Eurico Gaspar Dutra em momento nenhum se mostrou disposto a negociar com a União Soviética; desde o começo tornou clara a sua posição de aliado dos Estados Unidos, e principalmente dispensou, aos comunistas soviéticos, o mesmo tratamento dispensado aos comunistas brasileiros. Em outras palavras, a política brasileira de relações exteriores foi consequência da política feita internamente. Isso é justificável, em certo modo, pois “não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna” (MILZA, 2003, p. 369).

É difícil dizer se poderia ter sido diferente, o que se pode afirmar é que não houve boa vontade por parte do governo do general Dutra. Foi esse caminho que me trouxe até o tema dessa dissertação, que é **“1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o Rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética”**. Nela tento entender o que estava acontecendo no Brasil para que no ano de 1947 o governo do general Dutra fechasse o Partido Comunista Brasileiro (maio) e rompesse relações com a União Soviética (outubro). A questão de “o Brasil ser mais realista que o rei” deriva do fato de a grande disputa mundial, nesse momento, ser entre os Estados Unidos e a União Soviética, e os governantes brasileiros, como grande aliados dos Estados Unidos, entraram nessa disputa e excederam em muito os Estados Unidos; para citar Bandeira (1973), enquanto os Estados Unidos *conversavam* com seu inimigo, o Brasil se *digladiava* com ele – tornando-se assim, de certa forma, um “pioneiro” da Guerra Fria.

O governo do general Dutra, que tomava posse em janeiro de 1946, era um governo cercado de grandes expectativas, pois vinha suceder Vargas, que estava no poder desde 1930 e que desde 1937 governava o Brasil em uma ditadura. Somado a essa expectativa, existia um pensamento de que Brasil agora estava destinado a ser uma grande potência, e que teria um importante papel no mundo do pós-guerra. Por esse motivo, aliás, é que o Brasil havia reatado suas relações com a União Soviética, isto é, para poder participar das mesas de negociação do pós-guerra.

Porém não foi preciso muito tempo para se perceber que a realidade estava aquém das expectativas. Os governantes brasileiros logo perceberam que não conseguiriam desempenhar no mundo do pós-guerra um papel tão importante como imaginavam; o sonho brasileiro de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, se desfez rapidamente. Do ponto de vista da sociedade, também logo seriam frustradas as expectativas por uma democracia ampla em que todos pudessem participar. O Partido Comunista Brasileiro, que estava na legalidade desde abril de 1945, seria cassado em maio de 1947, e os

trabalhadores, que tinham ajudado diretamente na eleição do general Dutra (após um pedido de Vargas), também veriam que as suas intenções de criarem sindicatos livres e confederações de trabalhadores em nível nacional não seriam permitidas e seriam contidas a qualquer preço, inclusive com a violência e repressão policial.

Para entender todas essas questões acima, o recorte temporal adotado acabou sendo de janeiro de 1945 até janeiro de 1948. Esse período começa pelo ano de 1945 por ser este o último ano do primeiro governo de Vargas, onde, por pressões externas e internas, o Brasil passava por um período de abertura política, que criava expectativas para o governo do general Dutra. Janeiro de 1948, por outro lado, é quando ocorre a cassação dos mandatos dos representantes eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro, tornando pesadelo o sonho de uma ampla democracia.

Para realizar o trabalho, utilizei três principais instituições: a Biblioteca Nacional, a Fundação Getúlio Vargas e o Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), todos situados no Rio de Janeiro. Na Biblioteca Nacional foi encontrada grande parte da bibliografia pesquisada para essa dissertação. Também lá pude ter contato com os três jornais que contribuíram em muito para esse trabalho, que foram o *Correio da Manhã*, a *Tribuna Popular* (jornal do Partido Comunista Brasileiro) e o *Jornal do Brasil*.

Nesses jornais, pesquisei inicialmente as edições referentes aos dias imediatamente posteriores a acontecimentos que eu considerava relevantes para o entendimento do tema abordado. Depois de encontrar as questões mais específicas, decidi que pesquisaria todas as edições desses jornais de janeiro de 1946 até janeiro de 1948, sendo que, para essa segunda fase, decidi usar apenas o *Correio da Manhã* e a *Tribuna Popular* (esta que, na verdade, só funcionou até dezembro de 1947). O *Jornal do Brasil*, nesse segundo momento, serviu apenas para complementar a pesquisa de alguma data específica, ou alguma informação que estivesse faltando nos outros jornais por problemas técnicos.

Tentei tomar todo o cuidado ao lidar com os jornais, pois tinha a noção de que “o historiador não pode mais ignorar que a mídia é parte integrante do jogo político e da própria construção do acontecimento histórico. O historiador deve admitir, por outro lado, que os jornalistas são, ao mesmo tempo, testemunhas e atores e, na maior parte das vezes, porta-vozes de partidos políticos, organizações e de interesses” (ABREU, 1996, p. 9). A partir desse pressuposto, tentei não me ater à visão que os jornais possuíam sobre a sociedade, mas sim utilizá-los como fonte onde fosse possível encontrar a transcrição de discursos de pessoas que participaram dos fatos importantes para o entendimento do objeto estudado. Com isso,

consegui discursos bem interessantes, como o dos juízes que participaram da cassação do PCB, assim como do advogado do Partido, e também entrevistas como a de Temístocles Cavalcanti, quando este é afastado da Procuradoria Geral da República, e de Homero Mesquita, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores, no começo de 1947.

Utilizei também, eventualmente, os editoriais do *Correio da Manhã*, bem como algumas manchetes dos jornais.

Na Fundação Getúlio Vargas, especificamente no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), pesquisei a documentação pessoal de Eurico Gaspar Dutra e Osvaldo Aranha, o primeiro por ser o presidente da República durante o período estudado, e o segundo, por ter sido o representante brasileiro na ONU durante quase todo o período de Dutra. Também no CPDOC, tive acesso a um estudo denominado *Ação e pensamento da política externa brasileira*, feito por 3 historiadores e coordenado por Gerson Moura, estudo esse encomendado pelo Ministério das Relações Exteriores e que acabou não sendo publicado. Dividido em 3 partes (cronologia, relatório e coletânea de textos), esse trabalho mostra uma visão realmente ampla sobre o período pesquisado, contendo informações importantes sobre as relações exteriores brasileiras.

No Arquivo do Itamaraty, pesquisei a correspondência entre a Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a embaixada brasileira em Moscou (esta que funcionou no período de junho de 1946 até outubro de 1947). Também entrei em contato com a correspondência da Secretaria de Estado com a delegação brasileira na ONU (pesquisando o período de 1945 até 1948) e também com a embaixada brasileira nos Estados Unidos, nos anos de 1946 e 1947 e até janeiro de 1948.

É importante destacar que a documentação sigilosa e confidencial relativa à comunicação das embaixadas brasileiras no exterior com o Itamaraty não está disponível no Rio de Janeiro mas sim em Brasília. Assim, muita coisa mais provavelmente eu teria encontrado se tivesse tido condições para pesquisar em Brasília, não só nesse arquivo como também na biblioteca da UnB (a qual, conforme um levantamento inicial que efetuei, possui um grande acervo de material bibliográfico ligado à questão das relações exteriores)¹.

O trabalho está dividido em três capítulos, que se chamam respectivamente de **Azul**, **Vermelho** e **Violeta**.

¹ Cabe dizer que as condições financeiras não permitiram tal pesquisa, pois o projeto todo foi feito com recursos próprios, isto é, sem bolsa.

O primeiro capítulo é o **Azul**. Nele procurei fazer uma contextualização do governo do general Dutra, em que circunstâncias este foi eleito (incluindo o período final do Estado Novo e o golpe de 29 de outubro de 1945, que depôs Vargas), quais as expectativas em relação ao seu governo, os partidos políticos e sua formação, a Constituição de 1946, as relações do Brasil com os Estados Unidos e as expectativas brasileiras quanto a essa relação, o Exército Brasileiro e sua ascensão ao poder, o Brasil e sua posição nos fóruns internacionais, além das divergências entre a Secretaria de Estado do Itamaraty e a delegação brasileira na ONU.

Para a produção desse capítulo, utilizei principalmente obras bibliográficas. Dentre as principais obras, destaco *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*, de Gerson Moura, que ajudou a compreender bem as relações brasileiras desse período, principalmente esclarecendo a posição brasileira nos fóruns internacionais, sendo também de grande ajuda para estudar as relações do Brasil com os Estados Unidos. É importante frisar que esta talvez tenha sido a obra que mais contribuiu para o trabalho, tendo-me ajudado a suscitar algumas questões e a ter um bom entendimento das relações do Brasil com os Estados Unidos, no período estudado. Com *Estado e partidos políticos no Brasil*, de Maria do Carmo Campello de Souza, compreendi melhor a formação dos partidos políticos e também o processo de produção da Constituição de 1946. Também me ajudou, para esse tema, o livro *A bancada do PCB na Assembleia Constituinte de 1946*, de Evaristo Giovannetti, por meio do qual pude também entender a abertura política realizada no último ano do governo de Vargas (1945) e a importância do golpe de 29 de outubro de 1945, para explicar qual era a atitude das classes dominantes brasileiras em relação ao movimento operário. Em McCann, no livro *The brazilian-american alliance, 1937-1945*, pude entender melhor as relações brasileiras com os Estados Unidos no período um pouco anterior ao governo do general Dutra.

Também nesse capítulo, utilizei alguns dos documentos encontrados nos arquivos pessoais tanto do general Dutra como de Osvaldo Aranha, no CPDOC.

O segundo capítulo é o **Vermelho**, que trata das questões relativas ao movimento operário e sua organização, seu crescimento, sua tentativa de se livrar da tutela do Estado, bem como o Partido Comunista Brasileiro e sua volta, seu crescimento, sua luta pelas questões sociais, e também as relações do Brasil com a União Soviética. Questionamos até que ponto havia razões para se temer a “ameaça comunista”, isto é, o perigo **Vermelho**.

Para o entendimento do movimento sindical e sua atuação nesse período, foi essencial, entre outras obras, o livro *Sindicatos e democratização*, de Ricardo Maranhão, e o livro *Latin*

America between the Second World War and the Cold War 1944-1948, de Bethel e Roxborough. Para o entendimento do Partido Comunista Brasileiro, foram essenciais *A democracia e os comunistas no Brasil*, de Leandro Konder, *Breve História do PCB*, de José Antonio Segatto, *Os democratas autoritários*, de João Almino, e *Brazil and the soviet challenge, 1917 -1947*, de Stanley Hilton.

Com relação à documentação, para entender as relações entre Brasil e União Soviética, utilizei principalmente as comunicações trocadas entre Pimentel Brandão, embaixador brasileiro em Moscou, e a Secretaria de Estado do Itamaraty, documentação essa encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty. Para o último item do capítulo, que trata da questão de até que ponto o comunismo representava uma grande ameaça, utilizei, além de Hilton, os documentos do arquivo pessoal do general Eurico Gaspar Dutra, que se encontra no CPDOC da FGV.

O terceiro capítulo é o **Violeta**, e portanto quando o **Vermelho** e o **Azul** se encontram. De um lado, as classes dominantes e sua associação com os Estados Unidos e sua idéia de Democracia, e do outro lado o Partido Comunista Brasileiro, os movimentos operários e a União Soviética. Nesse capítulo trato mais detalhadamente do fechamento do Partido Comunista Brasileiro, do rompimento de relações do Brasil com a União Soviética, da cassação dos mandatos dos eleitos pelo PCB e também da mudança de atitude do Partido, frente aos sucessivos ataques feitos pelo governo do general Dutra.

Nesse capítulo, baseio-me principalmente nos discursos, encontrados nos jornais, de pessoas que participaram dos fatos em questão, os quais permitiram elaborar, de certo modo, uma “reconstrução” do processo de cassação do Partido Comunista Brasileiro, do rompimento de relações do Brasil com a União Soviética e da cassação dos mandatos dos eleitos pelo PCB.

Além dos jornais citados acima, foram essenciais, para o entendimento do rompimento de relações com a União Soviética, as obras de Moura, o livro *The americanization of Brazil*, de Gerald Haines (que ajuda a entender o *pioneirismo* brasileiro no rompimento com a União Soviética), além dos livros de Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil* e também *Conflito e integração na América Latina*, que ajudaram bastante na questão da “superação” brasileira aos Estados Unidos na Guerra Fria. Para a questão da cassação dos mandatos, foram essenciais *1945 – por que depuseram Vargas*, de Hélio Silva, e *A UDN o udenismo*, de Maria Victória Benevides.

É importante destacar que não considero que tudo se explica nesse curto período de 3 anos. Pelo contrário, muito do medo e da aversão de grande parte da população brasileira ao

Comunismo vinha de mais tempo, valendo lembrar que em 1935 os comunistas haviam tentando um golpe armado no Brasil. Mais longe iríamos para tentar entender a “mentalidade” das classes dominantes brasileiras, que demonstraram nesse período uma grande aversão a qualquer tentativa de mudança social. Portanto, o entendimento mais profundo desse período necessariamente passaria por um estudo muito mais complexo, abordando questões que pudessem explicar melhor as classes dominantes brasileiras, bem como os militares e sua ascensão ao poder, num processo que teria 29 de outubro de 1945 (no golpe que depôs Vargas) como um marco dessa escalada, que viria a se concretizar em 1964 com a ditadura militar. Também necessitaríamos de um estudo aprofundado da Igreja Católica e seu poder sobre a nossa sociedade, Igreja esta que ajudou e muito a formar a consciência e difusão do medo ao Comunismo, e também deveríamos estudar a classe média brasileira, e sua freqüente omissão, ou talvez alienação, em relação às muitas questões importantes no Brasil.

No presente trabalho, acredito que estou fazendo uma História Política, mas uma que não lida apenas com o fato isolado e com uma sucessão de acontecimentos que se explicam por si só; ao contrário, tenho a consciência de que o que aconteceu em 1947 tem a ver com muitas coisas que vieram antes, e serviram de base para muita coisa que viria depois. Uma História Política de várias durações, da curta, média e longa.

Também percebo que, com relação ao período aqui abordado, ainda falta muito a ser pesquisado, pois muitas vezes o governo do general Dutra não é muito mais do que 4 ou 5 páginas no meio de um livro que explique os dois governos de Vargas. Portanto, não tenho neste texto a pretensão de dar respostas definitivas, mas sim e principalmente suscitar questões, levantar dúvidas, ajudar a pensar o que ainda precisa ser muito pensado e estudado.

Só mais uma questão antes de terminar esta parte. O primeiro capítulo se chama **Azul** por tratar de questões ligadas ainda ao começo do governo do general Dutra, um governo que vinha com uma ampla expectativa de uma “redemocratização” e as expectativas brasileiras no pós-guerra, portanto esse capítulo trata de questões ligadas à liberdade, à democracia e à esperança. Já o segundo capítulo, **Vermelho**, tem esse nome por tratar de questões ligadas ao comunismo, ao Partido Comunista Brasileiro, ao movimento operário e à relação brasileira com a União Soviética.

Porém, se quiséssemos mudar e fazer ao contrário, chamando o primeiro capítulo de **Vermelho** e o segundo de **Azul**, não haveria problema, pois o nome de um capítulo não é nada mais nada menos do que uma representação que associamos a ele, para fazê-lo legível ou não. Faço estas observações para tentar enfatizar como uma representação acaba sendo associada a

algumas idéias ou até mesmo, como é o caso, a uma cor, e comumente isso é aceito como natural. Não paramos para nos questionar, isto é, para notar que diariamente lidamos, em grande parte, com as representações das coisas, e não com as próprias coisas em si. Portanto, não deveria causar estranheza se mudássemos, e o primeiro capítulo passasse a se chamar **Azul** e o segundo **Vermelho**.

“O mais importante da caminhada é o caminho”

UMA SEGUNDA INTRODUÇÃO (TEÓRICA)

Para tratar do nosso objeto de pesquisa, que é **1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do Partido Comunista Brasileiro e o rompimento das relações Brasil-União Soviética**, acabamos de uma forma ou de outra enveredando por um caminho político, uma história com partidos políticos, eleições, relações internacionais, militares, sindicatos, Assembléia Constituinte, ministérios, presidência, todas questões relacionadas ao campo político. Portanto, nada mais justo do que percebermos que o que estamos fazendo é uma História Política.

Para se chegar a um entendimento mais amplo de questões políticas hoje em nossa sociedade, temos antes de tudo de perceber que o Estado hoje não pode mais ser visto como “realidade suprema e transcendente”, que estaria para além dos conflitos e contradições presentes na sociedade (REMOND, 2003, p. 15). O Estado deve ser sempre relacionado aos grupos que estão no seu controle, este Estado “não é soberano nem imparcial” (REMOND, 2003, p. 20).

Somado a essa visão mais dinâmica do Estado, o historiador do político deve passar do “estudo institucional do Estado” para um “estudo do poder”. Sendo também essencial, para uma visão ampla, o conceito de “representação” (FALCON, 1997, p. 79).

Esse estudo do poder tem que partir de uma premissa, de que o poder não é um “objeto natural, uma coisa”, e sim, que é uma “prática social” e portanto “constituído historicamente” (MACHADO, 1993, p. X). Também é importante perceber que existem “poderes” dentro da sociedade, e que esses se exercem em “níveis variados e em pontos diferentes da rede social” (MACHADO, 1993, p. XII). Assim, ao analisar nosso objeto de pesquisa, consideramos que o poder, durante o governo do general Dutra, estava dividido entre os vários grupos que compõem a sociedade brasileira, porém, não de forma igualitária. Os militares, os industriais, a Igreja Católica, os comunistas e os movimentos sindicais, cada um a sua medida possuía uma parcela do poder dentro da sociedade brasileira da década de 40.

Tanto isso é verdade que, quando o movimento operário começa a utilizar do seu poder, de forma organizada e pressionando o governo por melhores condições, o governo, para lidar com esse movimento, passa a reprimi-lo, através de vários instrumentos, entre eles, a repressão armada. O mesmo acontecendo quando o Partido Comunista Brasileiro começa a ganhar espaço no cenário político, desempenhando um importante papel nas eleições e nos meios sindicais: as manifestações do partido passam a ser reprimidas violentamente, e ele é cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Portanto, mesmo o poder estando dividido dentro de uma sociedade, o controle do Estado por parte de um grupo, ou grupos, acaba desequilibrando o jogo de forças sociais. Os grupos que estão no poder possuem o “uso legítimo dos recursos políticos objetivados”, como é o caso do “direito, exército, polícia, finanças públicas etc.” (BOURDIEU, 2000, p. 174). Assim, na visão gramsciana, os grupos no poder utilizam-se do Estado e seus “canais” para a difusão de sua visão de mundo, ou “ideologia”, na tentativa de que essa se torne hegemônica dentro de uma determinada sociedade. As escolas, os meios de comunicação, a religião, o serviço militar, são “vários canais” para a difusão dessa ideologia dominante (GRUPPI, 1991, p. 68). Quando os grupos no poder não conseguem chegar à hegemonia a partir da difusão de suas ideologias (concepções de mundo), estes, em última instância, ainda possuem as formas de repressão do Estado, a polícia, o exército e também a Justiça.

No nosso objeto de estudo, o governo do general Dutra acabou utilizando todos esses aparatos para conter qualquer oposição ou grupo que estivesse contestando a sua legitimidade ou as suas políticas. O Partido Comunista Brasileiro e os movimentos operários foram violentamente reprimidos, e o Judiciário também foi utilizado pelo governo no processo que resultou na cassação do PCB. Veremos, durante o trabalho, como o ministro da Justiça, Costa Neto, pressionava o procurador geral da República para que este agisse de acordo com os interesses do governo.

Apesar de o controle do Estado, por um grupo, ou uma classe, acabar desequilibrando essa disputa entre os vários grupos presentes em uma sociedade, apenas esse controle do Estado não é suficiente. Pensando especificamente no assunto abordado neste trabalho, podemos concluir, ou pelo menos supor, que o governo do general Dutra, mesmo com todo o aparato estatal à sua disposição, não teria conseguido reprimir a oposição, da forma que conseguiu reprimi-la, se não tivesse obtido um certo consenso, ou pelo menos apoio, de grande parte dos outros grupos que formavam a teia de poderes dentro da sociedade brasileira daquela época. Isso significa que, durante o governo do general Dutra, os grupos que

detinham o Estado obtiveram uma certa *hegemonia*, a qual, no conceito gramsciano, é conquistada a partir da “capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe”:

Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica e cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 1991, p. 70).

O outro conceito importante de ser entendido é a questão da “representação”, principalmente pelo fato de que, “no mundo feito por mãos humanas em que vivemos, a percepção das representações é tão importante como a percepção dos objetos reais” (MOSCOVICI, 2003, p. 32). Durante o governo do general Dutra, várias foram as representações que se destacaram, como Fascismo, Imperialismo, Comunismo, Democracia, porém trabalharemos principalmente com as três últimas, que são essenciais para o entendimento do tema proposto: o Comunismo, a Democracia e o Imperialismo. Estas três possuíam muita força no período, e muitas vezes serviram de medida para se pensar outras questões, e também serviram, sem dúvida, para transformar o mundo concreto. Os grupos que lutavam pelo acesso ao poder se utilizaram destes conceitos, com o objetivo de descaracterizar determinados grupos ou idéias ou, do outro lado, para reforçar idéias pelas quais se deveria lutar. É interessante perceber como, em alguns casos, o “imaginário constitui a própria realidade, inclusive a social” (FALCON, 2000, p.52).

Chamaremos de “representação”, no nosso trabalho, um signo utilizado para representar uma realidade. Porém, notamos que, quando esta “representação é desviada de sua relação entre a imagem e um objeto ausente”, a representação “pode criar ilusão”, transformando-se assim em “máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso da força” (CHARTIER, 1991, p. 186).

A Democracia possuía uma representação positiva dentro da sociedade brasileira durante o período do governo do general Dutra, principalmente se levarmos em consideração o contexto de pós-guerra, que viu a derrota dos estados totalitários e também a ascensão da Democracia como sendo a causa maior pela qual se deveria lutar. Essa representação, porém, estava desviada de sua relação com um objeto concreto. No governo do general Dutra, não se tinha Democracia: no máximo, como veremos no trabalho, poderia ser uma democracia

relativa, de fachada, democracia para poucos, porém não era uma Democracia. Uma tal representação, sem uma relação a um objeto concreto, se torna, portanto, “uma máquina de criar respeito e submissão”. A representação de Democracia, tal como aparecia no governo do general Dutra, justificava até mesmo que o suposto regime democrático fosse defendido inclusive com medidas anti-democráticas.

Já, por outro lado, utilizando-se da representação do Comunismo, o governo do general Dutra conseguiu descaracterizar qualquer luta feita pelo Partido Comunista Brasileiro e pelo movimento operário, pois, a partir da força negativa que essa representação adquiriu dentro da sociedade brasileira, o governo teve à sua disposição todo um poder simbólico para agir da forma que quisesse sobre esses grupos. Na verdade, essa aversão ao Comunismo estava presente em grande parte da sociedade brasileira, derivada mais do desconhecimento, por grande parte da sociedade brasileira, do que era realmente o Comunismo, do que pelo conhecimento. Era uma aversão ao que é estranho, não-familiar, pois “o medo do que é estranho é profundamente arraigado” (MOSCOVICI, 2003, p. 56).

Como afirma o mesmo autor, “de fato todas as coisas, tópicos ou pessoas banidas ou remotas, todos os que foram exilados das fronteiras concretas do nosso universo possuem sempre as características imaginárias, e pré-ocupam e incomodam exatamente porque estão aqui, sem estar aqui. Eles são percebidos, sem ser percebidos” (MOSCOVICI, 2003, p. 56).

Para deixar clara essa questão, João Almino define bem o que representava o Comunista para a nossa sociedade brasileira da década de 40:

Os que representam a ameaça à ‘nossa cultura’, às nossas tradições, aos interesses do povo, da nação, da família ou da ‘economia brasileira’ são seres que, mesmo tendo existência social, são extra-sociais e anti-sociais; mesmo sendo parte do povo, não são o povo e são contra o povo; mesmo sendo membros de famílias brasileiras, não são a família brasileira e são inimigos da família brasileira (ALMINO, 1980, p. 308).

A terceira representação, que é a do Imperialismo, por sua vez, foi muito utilizada pelos Comunistas, quando estes queriam criticar o governo do general Dutra, principalmente após o fechamento do PCB, em maio de 1947. O PCB utilizava-se dessa representação para desqualificar o governo do general Dutra, dizendo que este não passava de instrumento dos interesses imperialistas norte-americanos, e que o próprio fechamento do Partido era decorrente das exigências do Imperialismo.

Essas representações tratadas acima só conseguem tal grau de poder dentro da sociedade, também, pelo discurso autorizado, pois, segundo Foucault, “não há exercício do

poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele” (FOUCAULT, 1999, p. 28).

É o discurso, que muito mais do que verdade, contém um significado forte pela posição de onde está sendo enunciado. O “discurso autorizado” permite que alguém, de uma posição específica, se coloque como defensor de um ideal, idéia, ideologia, representação e, a partir disso, passe a ser o representante de determinada causa, assumindo assim os poderes que essa causa lhe permite. Esse é o chamado “porta-voz autorizado”, o qual “consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu mandato e do qual ele é, por assim dizer, procurador” (BOURDIEU, 1998, p. 89).

Trata-se de entender que um governo toma para si um determinado poder simbólico e esse passa a ser utilizado na forma de poder social, um poder que, usado da posição certa, permite uma tentativa de controle sobre as pessoas e, a partir disso, perceber que vários conceitos acabam sendo discutidos, havendo uma guerra ideológica pelo domínio da verdade ou, mais especificamente, criando um representante que seja o possuidor do poder simbólico ligado a determinado conceito, palavra, ou significação.

Sendo assim, “a linguagem de autoridade governa sob a condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa, ou seja, graças à assistência dos mecanismos sociais capazes de produzir tal cumplicidade, fundada, por sua vez, no desconhecimento, que constitui o princípio de toda e qualquer autoridade” (BOURDIEU, 1998, p. 91).

Esses são os conceitos que estarão nos ajudando, durante o texto, a entender o nosso objeto de estudo. Antes de terminar, uma observação se faz necessária. O presente trabalho lidou com a perspectiva de tratar o tema a partir de uma visão que mostrasse pelo menos um lado do que aconteceu no governo do general Dutra: o lado da repressão aos movimentos operários, o lado da perseguição aos comunistas. Esse modo de agir internamente acabou refletindo-se também no tratamento dispensado pelos representantes do governo brasileiro à União Soviética.

Queríamos destacar que esse é apenas um lado, ou uma das partes da complexidade de possibilidades de entendimento desse período. Portanto, não queremos que nossa visão sobre o tema seja vista como inequivocamente certa, e muito menos que o leitor deste texto pense que tomamos um partido durante o texto; na verdade, se isso veio a acontecer, não foi por nossa vontade consciente. Por isso gostaríamos de deixar explicitado que a crítica que fazemos ao governo do general Dutra não é “partidária”. Compreendo que o Partido

Comunista também possuía os seus “vícios” políticos, este partido era mais um dos “atores” do processo de luta pelo “acesso ao poder”. Só para citar um exemplo, lembramos que em São Paulo, nas eleições de 19 de janeiro de 1947, o PCB apoiou, para governador, Adhemar de Barros, que havia sido interventor nesse Estado durante a ditadura de Vargas e era um político a partir do qual “a expressão *rouba mas faz*, tinha se tornado um elogio” (FAUSTO, 1995, p. 404). Além do que, “entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma **linguagem codificada**” (BERSTEIN, 2003, p. 60-61; destaque nosso).

Sendo assim, um partido, para participar da eleição, tem que ter todo o capital simbólico para tal; a política possui suas especificidades, portanto, temos que levar em consideração que a política é um jogo e, como em todo jogo, se torna essencial a “adesão ao próprio jogo” (BOURDIEU, 2000, p. 172). Desse modo, o campo político pode ser “comparada a um teatro” (BOURDIEU, 2000, p. 175).

Por fim, é essencial que façamos “uma contestação do monopólio dos políticos” (BOURDIEU, 2000, p. 169). Cabe questionar por que um grupo determinado (pessoas ligadas ao campo político) detém todo esse poder dentro da sociedade, e também detém o poder de fazer leis que definam o que podemos e o que não podemos fazer. Muitas vezes não percebemos que isso não é natural. Esse sim é o ponto que deve ser contestado.

*Eu presto atenção no que eles dizem, mas eles não dizem nada
Fidel e Pinochet tiram sarro de você que não faz nada
E eu começo a achar normal que algum boçal atire bombas na embaixada*

*Toda forma de poder é uma forma de morrer por nada
Toda forma de conduta se transforma numa luta armada
A história se repete, mas a força deixa a história mal-contada*

*O fascismo é fascinante, deixa a gente ignorante e fascinada
É tão fácil ir adiante e esquecer que a coisa toda tá errada
Eu presto atenção no que eles dizem, mas eles não dizem nada*

(Toda Forma de Poder – Humberto Gessinger)

Capítulo 1

AZUL

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, havia um problema com o Brasil. Os aliados Estados Unidos, Inglaterra e URSS, bloco do qual o Brasil fazia parte, lutaram na Guerra contra os estados fascistas e nazistas, e o Brasil, que tinha ajudado nesta luta contra estados totalitários e contra ditadores, permanecia sob a liderança do Governo Vargas – uma ditadura, que tinha se instalado no Brasil desde 1937. Portanto, “era escancarada então a contradição de se lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país” (SKIDMORE, 1975, p. 72). O próprio Vargas, segundo o mesmo autor, “percebia que o seu fascismo, ainda que de segunda mão, estava condenado a ser sacudido pela derrocada do fascismo na Europa” (SKIDMORE, 1975, p. 62). Também segundo McCann, naquele contexto apresentava-se como “necessária” a “abolição da ditadura e o retorno a um governo constitucional” (MCCANN, 1973, p. 450). As pressões fortaleceram-se, “expressas por movimentos ligados às classes médias, reuniões estudantis, jornais clandestinos, manifestos, novas associações e toda uma gama de atividades contra o regime foram criadas ou reativadas” (MOURA, 1991, p. 44). Também foram essenciais, para essa pressão, os acontecimentos externos, sobretudo, a conjuntura internacional, o fim de guerra, e a influência direta dos Estados Unidos e seus interesses privados.

Os Estados Unidos se empenhavam no sentido de que todos os seus aliados, especialmente o Brasil, normalizassem suas instituições, a fim de que, “no exemplo a ser dado tanto aos vencidos como a algumas nações associadas não-continentais”, não houvesse “pontos vulneráveis” que enfraquecessem ou permitissem a contestação da “autoridade moral” do todo, “essencial” aos compromissos de paz (BANDEIRA, 2003, p. 209). Os próprios interesses externos se fundiam com interesses internos. Com isso os movimentos internos ganhavam maior força para a contestação da ditadura.

Com todas essas pressões, Vargas decide assumir o processo de redemocratização, pois sabia que só assim poderia continuar por mais um tempo no poder. Com isso,

em 28 de fevereiro de 1945 Vargas assina a Lei Complementar nº 9, também chamada de Ato Adicional, reconhecendo que já havia no Brasil condições para o funcionamento dos órgãos representativos, e promulgou em 28 de maio o Código Eleitoral [Decreto nº 7.586], também conhecido como Lei Agamenon, autorizando a criação e o funcionamento dos partidos políticos e fixando em 2 de dezembro daquele ano as eleições. Vargas também concedeu anistia a todos os presos políticos (BANDEIRA, 2003, p. 204).

Com isso, o Brasil ia aos poucos reconquistando a Democracia. Luís Carlos Prestes, líder do levante comunista de 35¹ e um dos anistiados, em seu discurso no Estádio de São Januário, a 23 de maio de 1945, comemorando a anistia e liberação de vários prisioneiros, diz, em relação a Getúlio: “sua saída do poder neste instante seria uma deserção e uma traição que não contribuiria de forma alguma para a união nacional” (GIOVANNETTI, 1986, p. 46).

Esse apoio de Prestes a Vargas pode ser explicado, pois o primeiro acreditava que, com Vargas no poder, o processo de democratização estaria assegurado. Como dizia o próprio Prestes, ele estava apoiando o Governo pois este estava “marchando para a democracia” (GIOVANNETTI, 1986, p. 46). Prestes ainda achava que com isso o PCB teria mais espaço (liberdade) do que com os militares que estavam cortejando o poder. Importante notar que, mais tarde, em 21 de março de 1947, quando questionado na Assembléia Legislativa sobre o motivo de não haver ficado do lado da UDN, que em 1945 era a oposição ao Governo Vargas, Prestes disse: “O Partido Comunista Brasileiro era radicalmente contrário a qualquer perturbação da ordem pública. Dizíamos que não era por meio de golpes armados, pela substituição brusca e violenta dos homens no poder, que teríamos a democratização do Brasil. Éramos contra os golpes” (*Correio da Manhã*, 22 de março de 1947). Esse golpe é o de 29 de outubro de 1945, que derrubaria Vargas do poder, golpe esse organizado pelos militares.

Depois de ter deixado claro sua posição favorável ao processo de democratização com Vargas, Prestes passou a defender publicamente que achava importante que fosse feita uma nova constituição com Vargas ainda no poder. Essa posição de Prestes reforçava o movimento *Queremista*, movimento este que contava com amplo apoio dos operários, e defendia precisamente a “Constituinte com Vargas”, isto é, que fosse feita uma constituição antes das eleições de 2 de dezembro, portanto com Vargas no poder. Essa idéia de uma Constituinte com Vargas não era do agrado de alguns grupos que queriam a

¹ Chamaremos aqui de *levante* o movimento armado deflagrado em novembro de 1935 pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) – organização essa cuja criação havia sido “patrocinada” pelo PCB (RODRIGUES, 1981, p. 372). Esse movimento costuma ser referido, sobretudo pela historiografia oficial, como *Intentona Comunista*.

saída deste da Presidência. Para estes grupos, uma assembléia constituinte com Vargas no poder significava que este poderia interferir sobre as deliberações dessa assembléia (SKIDMORE, 1975, p. 75), além do que, Vargas poderia encontrar alguma forma de continuar ainda mais tempo no poder. Vale lembrar que em 1937 este mesmo Vargas, com as eleições marcadas para 1938, liderou um golpe que lhe assegurou poder suficiente para ficar por mais 8 anos no governo. Esse fantasma, portanto, rondava o imaginário dos seus adversários, e tinha precedente.

“A aproximação de Vargas e Prestes, ou no mínimo o interesse dos dois pelo mesmo objetivo, que eram uma constituinte antes das eleições de 2 de dezembro, assustava as camadas dominantes da sociedade brasileira e a grande maioria das altas patentes do exército” (DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro², 2001, p. 3853). Além do que, nesse processo de incertezas e de aberturas, os movimentos populares, principalmente os trabalhadores urbanos, começam a participar mais ativamente do processo político, ocupando um papel mais ativo no cenário político. Essa classe apoiava Vargas e, cada vez mais, vinha publicamente demonstrar sua intenção de que Getúlio Vargas continuasse no poder. Somado a isso, deve ser levado em conta que, com a Lei Eleitoral de 28 de maio de 1945, esses trabalhadores passavam a ter direito a voto, tornando-se assim peças fundamentais na sucessão para a presidência. De fato, é sabido que tanto o PCB quanto o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Vargas) disputavam a posição de representante destes trabalhadores e seus interesses.

Os militares, os industriais, a classe média, os oligarcas, a Igreja Católica, começaram a ficar assustados. Primeiro, havia o fato da possível continuidade de Vargas, que, como já vimos, há algum tempo já tinha deixado de ser interessante para uma grande parte da sociedade brasileira e também para o interesse dos Estados Unidos no Brasil. Segundo, o fato de que Vargas estava se aproximando muito dos movimentos operários e do PCB (na verdade o PCB estava se aproximando mais de Vargas do que o inverso).

É preciso destacar que os militares e industriais brasileiros não estavam acostumados com as greves e as manifestações de rua, os grupos políticos conservadores não estavam habituados a ter partidos de oposição, e a Igreja, junto com a classe média e sua moral e princípios cristãos, também não estavam preparados para a reabertura do PCB, que tinha acabado de acontecer, e para o reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética. Por esses motivos, principalmente pelo medo das classes dominantes de que Vargas desse

² A fim de simplificar a redação, essa fonte será sempre referenciada, neste trabalho, por suas iniciais, isto é, DHBB.

uma guinada a esquerda, como já tinha feito Perón na Argentina, é que, em 29 de outubro de 1945, Getúlio é tirado do poder por um golpe de força de generais (SKIDMORE, 1975, p. 77). Não houve uma real mudança dos donos do poder, pois este continuou em mãos das Forças Armadas, mais exatamente, “dos generais, como o General Eurico Gaspar Dutra e General Goés Monteiro, que implantaram, sustentaram e acabaram a chamada ditadura de Vargas, quando lhes conveio” (BANDEIRA, 2003, p. 226). Segundo o mesmo autor, “esse Golpe de 29 de outubro não visou a assegurar a restauração da democracia política, já em curso, e sim a evitar sua ampliação social, devido à crescente participação da massa trabalhadora no movimento queremista, promovido pelos líderes sindicais, trabalhistas e comunistas, em favor da Constituinte com Vargas” (BANDEIRA, 2003, p. 226).

Essa saída de Vargas do poder representava, portanto, a vitória dos militares e das classes dominantes, que queriam uma democratização sem nenhuma participação das massas, e também representava a vitória da política norte-americana de impedir a formação de um eixo nacionalista no país, o que seria contrário à execução de seus objetivos políticos e econômicos sobre o Brasil, que eram os objetivos do capital privado. Assim, segundo Bandeira, os Estados Unidos “tiveram uma participação quase que direta no processo de fim do Estado Novo” (BANDEIRA, 2003, p. 220). “As pessoas que assumiram o poder depois do golpe de 1945 concebiam a democracia dentro de parâmetros do elitismo e do autoritarismo, dentro das tradições conservadoras que colocaram à margem os grupos ideológicos de esquerda e os segmentos democráticos da sociedade” (GIOVANNETTI, 1986, p. 28).

A partir das questões colocadas acima, concordamos com Giovannetti, quando este diz que o processo de redemocratização pelo qual o Brasil passou no Governo Dutra deve ser analisado e considerado sob duplo aspecto, antes e depois do golpe de 29 de outubro, que depôs Getúlio Vargas do poder. Segundo Giovannetti, “os autores do golpe de 29 de outubro acertaram a mira contra a democratização, obstaculizando a todo transe, seu desenvolvimento, e reorientando o processo no sentido de exorcizar a participação efetiva das classes subalternas” (GIOVANNETTI, 1986, p. 46). Enfim, também para Moura “esse processo de redemocratização política apresentou como traço marcante o seu temor ao conflito social” (MOURA, 1991, p. 88).

1.1. Partidos políticos

Com a reabertura política que ocorre ainda no governo de Vargas, principalmente no ano de 1945, entre outras coisas, surgem novos partidos políticos: o PSD (Partido Social Democrático), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e a UDN (União Democrática Nacional). Ressurge também, agora como uma agremiação legal, o PCB (Partido Comunista Brasileiro³). Nesse processo, verifica-se que o próprio Estado criou ou incentivou o aparecimento de intermediários entre ele e as massas – no caso, o PSD e o PTB, ambos criados “de cima para baixo”.

Conforme explica Skidmore, havia dois grandes grupos de agentes políticos envolvidos nesse processo de criação ou reorganização de partidos: os “de dentro” e os “de fora”. Os *de dentro* eram pessoas que, de forma direta ou indireta, tinham alguma participação ou relação com Getúlio Vargas e o Estado Novo. Esse grupo, se assim podemos denominar, era subdividido em três. Em primeiro lugar, os “políticos e burocratas que tinham se beneficiado dos anos de Vargas no poder, e que queriam o mínimo de transformações possíveis”; em segundo lugar, “os proprietários de terras e industriais que haviam prosperado sob Vargas, e demonstravam grande incerteza quanto à estabilidade de um sistema político mais aberto”. Em terceiro lugar, “os trabalhadores urbanos, aos quais Vargas dedicou a sua legislação de previdência social e a sua organização sindical paternalista” (SKIDMORE, 1975, p.81).

Para os dois primeiros elementos citados acima, foi criado o PSD, que tinha portanto sua existência atrelada à máquina estatal do Estado Novo. De fato, ele teve como seu principal organizador Benedito Valadares, um ex-interventor da ditadura de Vargas no Estado de Minas Gerais. Interessante ver que, em suas memórias (*Tempos idos e vividos*), no capítulo que trata da convenção feita para a criação do PSD, Benedito Valadares diz, com bom humor, que nessa convenção havia tanto “ex-secretário, ex-deputado, ex-senador, ex-presidente de Estado” que, “se não se tratasse de assunto tão sério, o capítulo se chamaria *ex*” (apud SOUZA, 1983, p. 110).

De fato, segundo Souza, a formação deste partido, nos diversos Estados brasileiros, “se deu sob a chefia dos interventores, ou daquelas pessoas de grande projeção política

³ A denominação original do PCB, desde sua fundação em 1922, era “Partido Comunista do Brasil”. Entretanto, na época aqui considerada, esse partido aparece na documentação também como “Partido Comunista Brasileiro”, denominação que adotamos neste trabalho.

diretamente ligados ao Estado Novo” (SOUZA, 1983, p. 109). Era, portanto, o partido por excelência da classe alta.

Já o PTB foi criado “para os operários urbanos e organizados, que representavam uma minoria privilegiada dentro da força de trabalho”. Até por que, segundo o próprio Vargas, conforme registrado por Skidmore, “a mentalidade dos trabalhadores não se adaptava bem aos antigos políticos do PSD”. Assim, o PTB “foi organizado por prepostos e conselheiros de Vargas e por seu Ministro do Trabalho, Marcondes Filho” (SKIDMORE, 1975, p. 82). Conforme outra fonte, o PTB “representava o esforço de Vargas em institucionalizar sua grande popularidade entre as massas e os sindicatos, unindo ambos sob a mesma sigla de um partido político” (DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro – versão digital, verbete *Vargas, Getúlio*⁴). Ao mesmo tempo, era uma tentativa de Vargas de conter o avanço e crescimento do PCB entre os sindicatos e os trabalhadores.

Já o grupo dos “de fora” era formado principalmente por pessoas que, de alguma forma, não estavam de acordo com o Estado Novo e seu líder, ou que estavam excluídos do processo político (cf. SKIDMORE, 1975, p. 83-89). A partir destes foram criados a UDN e o PCB. É importante destacar que estes partidos, apesar de serem formados pelos “de fora”, não tinham nenhuma ligação entre si, embora a UDN, em 1945, tenha tentado uma aproximação com Luís Carlos Prestes, líder do PCB.

A UDN surgiu como uma

ampla frente de oposição ao governo Vargas, e possuía entre seus representantes figuras importantes que não aceitaram a revolução de 30, que a fizeram e se sentiram traídos, como o próprio Eduardo Gomes, os que a fizeram e se desentenderam com o presidente, tal como Osvaldo Aranha, os que assinaram o *Manifesto dos mineiros*, ou aqueles que por alguma questão política ou pessoal não aceitavam a organização ditatorial montada sobre a constituição de 37 (SOUZA, 1983, p. 109).

Contudo, como nota outro autor, essa “ideologia de oposição” da UDN é “freqüentemente traída pelo ranço conservador” e “esvaziou-se na ação concreta e no âmbito parlamentar” (GIOVANNETTI, 1986, p. 23). A UDN praticaria assim “uma oposição moderada, o que pode ser explicado também pela insólita ascensão das reivindicações operárias, que alcançaram, nessa quadra histórica, intensidade e amplitude até então desconhecidas no Brasil” (SOUZA, 1983, p. 110). Além dessa oposição moderada, a UDN definia claramente sua posição quanto aos projetos de desenvolvimento do Brasil; conforme estava presente em seu estatuto, tratava-se de “apelar para o capital estrangeiro

⁴ Trata-se aqui da versão do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro disponível na internet, em www.cpdoc.fgv.br.

necessário para o aproveitamento de nossas reservas inexploradas”, dando-se “um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juros [para o exterior]” (SODRÉ, 1968, p. 294). Em essência, a UDN estava portanto recomendando a volta “aos princípios do liberalismo” (SKIDMORE, 1975, p. 86).

A reorganização do PCB será melhor estudada no próximo capítulo. Por ora, convém assinalar que este partido, que em 1945 está retornando da ilegalidade, colocou-se primeiramente em favor da “ordem” e da “união nacional”, o que lhe permitiu participar das eleições e do cenário político. Porém, quando passa a tomar atitudes mais concretas de oposição ao Governo Dutra, o partido é rapidamente colocado na ilegalidade.

Diante disso, parece possível perceber que não havia muito espaço para algum partido que buscasse uma profunda mudança no cenário político, econômico e social brasileiro. Na verdade, as disputas entre os partidos acabava ficando restritas ao poder estabelecido: quem estava “de fora” queria entrar, e quem estava “dentro” não queria sair. Assim, não havia muito espaço para mudanças.

1.2. Eleição de Dutra

A 29 de outubro de 1945, Vargas era deposto da Presidência da República, e as forças armadas deliberaram entregar o governo transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. “Na liderança do processo de redemocratização do país mantinha-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as eleições nacionais” (SOUZA, 1983, p. 64). As eleições, realizadas a 2 de dezembro de 1945, conduziram Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República. Dutra foi eleito com 54,16% dos votos, enquanto Eduardo Gomes, da UDN, seu principal adversário, teve 33,97%.

A chegada de Dutra, um General do Exército, ao principal cargo político do Brasil, representava o auge dos militares e sua aproximação do poder. Como constata Edmundo Coelho, “o poder adquirido pela organização militar durante o Estado Novo passou a ser algo indiscutível, um dado na vida do País” (COELHO, 2000, p. 136). Os militares se tornavam, assim, o árbitro final na política interna brasileira (HAINES, 1989, p. 39). Tanto isso é claro, que os dois principais candidatos, nas eleições em que Dutra foi eleito, eram militares. Era um processo de democratização pelo alto, onde se tinha que escolher entre a *democracia do general* ou a *democracia do brigadeiro* (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992,

p. 45). Fato esse que levava Luís Carlos Prestes a dizer que "difícilmente poderia haver dois candidatos tão semelhantes" (DHBB – versão digital, verbete *Vargas, Getúlio*).

Dutra já mostrava a que vinha no seu comício de abertura oficial da campanha, em Belo Horizonte. Esboçando apenas algumas linhas do que poderia ser uma plataforma de governo, defendia a continuação da obra de Vargas, elogiava a Constituição de 1937 e tentava explicar sua participação na imposição do Estado Novo. Importante destacar que a defesa da obra de Vargas era a defesa da ditadura do Estado Novo, e elogiar a constituição de 37 significava elogiar um “documento autocrático” (SKIDMORE, 1975, p. 79), “inspirado na Carta del Lavoro da Itália fascista”, que permitia ao poder executivo um grande domínio sobre a sociedade (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 41). Além dessas premissas, Dutra, ao que tudo indica, era simpatizante da Alemanha Nazista, não gostava de um governo representativo e acreditava que o Brasil precisava de *uma dose de disciplina* (McCANN, 1973, p. 34). O General Dutra também deixava claro o seu descontentamento quanto à existência do PCB e as relações brasileiras com a União Soviética. Segundo um autor norte-americano, uma das grandes satisfações do governo de Truman, com a eleição de Dutra para presidente, era precisamente “sua forte oposição à União Soviética e ao Comunismo” (HAINES, 1989, p. 29).

Além de todos esses fatores apresentados acima, Dutra tinha sido peça fundamental na ditadura do Estado Novo, desempenhando a função de ministro da Guerra desde 1937. Também no seu governo estavam presentes o general Góes Monteiro, Raul Fernandes, o general Alcio Souto, o general Canrobert Pereira, entre outros, todos participantes e grandes apoiadores do Estado Novo. O próprio Vargas foi fator decisivo para a eleição de Dutra, quando no dia 27 de novembro de 1945, cinco dias antes das eleições, pediu aos trabalhadores do PTB o voto em Dutra, dizendo que “Dutra merece nosso voto” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 56). João Neves Fontoura (que havia apoiado a instalação do Estado Novo e viria a ser ministro das Relações Exteriores no primeiro ano do governo do general Dutra), em carta a Vargas, dizia existir uma escolha “entre a vitória do brigadeiro (Eduardo Gomes), que seria a nossa irremediável derrota, e a do general Dutra, sob cujo governo é possível rearticular forças poderosas” (DHBB – versão digital, verbete *Vargas, Getúlio*).

As classes dominantes brasileiras, portanto, poderiam ficar mais tranqüilas com o general Dutra no poder: “eleito pela máquina estatal montada”, Dutra “era um presidente perfeito para uma democratização sem maiores transbordamentos” (HILTON, 1991, p. 15). “A mudança para a nova ordem, ou antes para a nova disposição dos componentes da

antiga ordem, se faz pelo fio condutor do aparelho burocrático do Estado, com discreta participação dos setores da sociedade civil e pela via de compromissos e transações, desde que implicassem num mínimo de transformação” (GIOVANNETTI, 1986, p. 25). O mesmo autor continua:

É evidente que, dentro desse escopo, o regime que resultou da chamada redemocratização redundou numa democracia de participação reduzida, de caráter predominantemente conservador, que não conseguiu integrar todos os setores da sociedade civil, que desvirtuou os mecanismos de representação pela manipulação e pela cooptação e que não conseguiu colocar a força da sociedade política a serviço de um amplo consenso e da viabilização de mudanças e transformações estruturais capazes de, pelo exercício das liberdades fundamentais, produzir uma nova ordem, sem frustrar, como frustrou, a construção de uma democracia ampla, participativa e progressiva (GIOVANNETTI, 1986, p. 28).

Desse modo, a reabertura política no Brasil teve um tom “singularmente ritualístico” (SOUZA, 1983, p. 110).

Dutra foi eleito pelo PSD, partido que se consagrou como o grande vencedor das eleições de 2 de dezembro de 1945. De fato, dos “320 parlamentares eleitos, 177 (55%) pertenciam ao PSD, 87 (27%) à UDN, 24 (7,5%) ao PTB e 15 (4,5%) ao PCB, todos os demais partidos tiveram representações pequenas ou mínimas. PSD e UDN deteriam 62,5% da nova constituinte” (DHBB – versão digital, verbete *Dutra, Eurico Gaspar*). Com isso o PSD, partido do governo, conseguia obter quase dois terços do Senado e a maioria absoluta dos assentos na Câmara de Deputados (SOUZA, 1983, p. 123).

Como foi visto, o PSD fechou acordo com o PTB de Vargas para conseguir eleger Dutra. Esse apoio de Vargas foi essencial para essa eleição, pois a candidatura de Dutra não tinha nenhum apelo popular. Este acordo permitiu ao PTB participar do primeiro ministério do Governo Dutra, com Octacílio Negrão assumindo a pasta de Ministro do Trabalho. Porém, com pouco tempo de governo, começou a haver uma aproximação entre o PSD e a UDN, os dois grandes partidos. Essa aproximação, que se havia “iniciado antes mesmo de Dutra tomar posse”, “viria a ganhar contornos mais concretos a partir de maio de 1946, quando o PSD, em sua convenção nacional, ofereceu à UDN dois ministérios, orientando definitivamente sua política na direção de uma aliança conservadora” (DHBB – versão digital, verbete *Vargas, Getúlio*). Esse aproximação visava liberar o Governo Dutra da herança da campanha eleitoral, isto é, do apoio que tinha recebido do PTB e principalmente dos trabalhadores atrelados a esse partido.

Com esse acordo, o PSD e a UDN repartiram o governo entre si – com vistas, segundo a visão de Sodré, a realizar, “com fachada democrática” e “sem meias medidas”,

uma política conservadora, isto é, “a política do imperialismo e do latifúndio” (SODRÉ, 1968, p. 290). O sentido conservador dessa aliança é destacado por outro autor, segundo o qual “a UDN aceitou a coalizão partidária e tornou-se cordial para com os esforços governamentais de ataques às tentativas de reforma social” (MOURA, 1991, p. 70).

Estava portanto selada, no Governo Dutra, a reconciliação das elites econômicas e políticas brasileiras.

1.3. Assembléia Constituinte

A Lei Constitucional nº 15, de 26 de novembro de 1945, feita sob o governo transitório de José Linhares, dizia em seu artigo 1º que o Congresso Nacional, a ser eleito nas eleições de 2 de dezembro, teria poderes ilimitados para elaborar e promulgar a Constituição do país.

Instalada a Constituinte, em 2 de fevereiro de 1946, foi formada, dentre seus integrantes, uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de constituição, a qual iniciou seus trabalhos em março e era composta de

37 membros, dos quais 19 do Partido Social Democrático (PSD), dez da União Democrática Nacional (UDN) e dois do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os pequenos partidos, Comunista Brasileiro (PCB), Republicano (PR), Libertador (PL), Democrata Cristão (PDC), Republicano Progressista (PRP) e Popular Sindicalista (PPS), foram contemplados com um representante cada (DHBB – versão digital, verbete *Assembléia Nacional Constituinte de 1946*).

Porém, apesar de teoricamente a Assembléia Constituinte possuir poderes ilimitados para a promulgação da nova constituição, “existia nesse período uma atrofia do poder legislativo, decorrente de uma reserva de poder na mão do executivo e suas agências centralizadoras, visto que a legislação mais importante continuou a ser produzida sob a forma de portarias, regulamentos, decretos e instruções” (SOUZA, 1983, p. 107).

O presidente da República estava autorizado a governar através de decretos-leis até que fosse promulgada a nova constituição, o que só viria a ocorrer 8 meses depois da posse de Dutra. Para que se tenha uma idéia, “durante o Estado Novo, Getúlio Vargas assinara dez leis constitucionais, enquanto José Linhares, no seu curto período de Governo, pouco mais de 3 meses, assinara 11”; Dutra, por sua vez, “desde o início do seu governo até a véspera da promulgação da nova constituição, pouco menos de 8 meses, baixou 1457 decretos-leis, sobre os mais variados assuntos” (GIOVANNETTI, 1986, p. 63). Desse modo, segundo o mesmo autor, a Constituinte

convive com um governo já instalado, fortemente apoiado pelo exército, e seu trabalho é tolhido, seja pela vigência extemporânea da carta de 1937 ou pelos decretos-leis do governo, este que muitas vezes se antecipava às decisões da Assembléia, definindo-se com relação ao direito de greve e fixando de fato os limites dentro dos quais o assunto deveria ser discutido pelos constituintes (GIOVANNETTI, 1986, p. 63).

Se levarmos em consideração a aproximação, analisada no tópico acima, entre o PSD e a UDN, o Governo Dutra ficava, na comissão acima referida, com 29 das 37 cadeiras. Portanto, “a Assembléia estava instalada sob o controle amplamente majoritário da dócil bancada do PSD, para a qual a democratização nada mais implicava senão na modificação do sistema autocrático, não tinha necessariamente o sentido de se eliminarem os controles do estado sobre a sociedade civil” (GIOVANNETTI, 1983, p. 22).

Por todos esses fatores citados acima, podemos compreender que a própria Constituinte não consegue concentrar em suas mãos os poderes para a formulação de uma nova ordem e tampouco ser um canal eficiente pelo qual se manifestasse a sociedade civil: “Sobrelevam-se à constituinte as presenças do Estado e da burocracia, assegurando a continuidade do regime anterior, sob formas diferentes” (GIOVANNETTI, 1983, p. 10).

De fato, “na Constituinte, parlamentares dos mais importantes partidos protestaram contra o clima repressivo e tenso que se criara no país no momento em que se elaborava a nova Carta” (DHBB – versão digital, verbete *Vargas, Getúlio*). A Constituição de 1946 foi votada no regime de censura ao rádio (SODRÉ, 1968, p. 296), sendo que o Governo Dutra usou de “violenta repressão para manter os setores populares afastados dos debates” (GIOVANNETTI, 1986, p. 64). Enfim, o Brasil estava, então, sob o que o jornal *O Estado de São Paulo* chamou de “um estado de sítio branco” (apud BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 58).

Luís Carlos Prestes dizia, em relação à comissão dos 37, encarregados do anteprojeto da Constituição, que “a maioria das emendas não foram levadas ao debate, não só devido à divisão em subcomissões como à existência de uma pequena comissão controladora ou centralizadora, composta de dirigentes dos dois partidos de maior representação nesta Casa [...] O Projeto que daí resultou traduz a opinião dos orientadores políticos do PSD e da UDN” (apud SOUZA, 1983, p. 135). Caíres de Brito, único representante do PCB na comissão dos 37, dizia que “nas mãos do executivo repousava uma soma enorme de forças, inclusive as forças armadas”, e “o resultado é o perigo que paira sobre o Poder Legislativo, à sua soberania, sob o perigo de sofrer a ação poderosa do Executivo como em 1937” (apud SOUZA, 1983, p. 136).

A Carta Constitucional promulgada em 18 de setembro de 1946, apesar de ser bem liberal quanto as questões econômicas e de sufrágios, mantém o executivo com uma concentração alta de poder, “deixando também, intactos, pontos cruciais do arcabouço intitucional do Estado Novo” (SOUZA, 1983, p. 64). Estavam presentes nesta nova constituição “algumas das leis repressivas do Estado Novo, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve e a Lei de Imprensa” (BANDEIRA, 2003, p. 227). Ficou claro que a força dos partidos conservadores, particularmente do PSD, se voltava fortemente para manter a classe operária sob controle (MARANHÃO, 1979, p. 86). Desse modo,

a transição do Estado Novo para o regime constitucional que lhe segue, e por extensão ao documento que resultou dos sete meses de trabalho da assembléia constituinte, não logrou uma articulação mais eficaz entre o estado e a sociedade civil, entre o público e o privado, e o sistema representativo de inspiração liberal desnuda o caráter excludente do golpe de 1945 e a conseqüente condução do processo de democratização pelo alto, que mantém o país em regime de liberdade vigiada, opõe obstáculos à articulação entre sociedade civil e estado e conserva as instituições e praticas sociais e políticas com relação às classes subalternas (GIOVANNETTI, 1986, p. 28).

1.4. Relação Brasil-Estados Unidos

Na Segunda Guerra Mundial, o Brasil teve sua participação principal como aliado dos Estados Unidos, o que demonstrava que a Guerra tinha transformado a histórica aliança entre os dois países em uma verdadeira “aliança de destinos” (McCANN, 1973, p. 354). Tanto isso é verdade que não houve “nenhum país em todo o Hemisfério Norte que tenha recebido um tratamento especial como recebeu o Brasil no período de Guerra” (McCANN, 1973, p. 283).

O governo brasileiro também enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar ao lado dos aliados na região de Monte Castelo, na Itália. Com isso, o Brasil se

tornava “o único país da América Latina a enviar tropas para o combate na Segunda Guerra Mundial” (McCANN, 1973, p. 3-4). Como assinala outro autor, “a FEB constituiu o núcleo de um projeto político que visava projetar o país como uma potência significativa na América e assegurar a presença do país nas mesas de conversações que iriam reordenar a situação internacional no pós-guerra” (MOURA, 1983, p. 18).

Nessa posição de aliado, o estado brasileiro recebeu “aproximadamente 73% dos equipamentos que foram destinados à América Latina por forma de *lend lease* no período da guerra” (WEIS, 1993, p. 11). Também recebeu recursos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Em troca desse ganho material, o Brasil fornecia aos Estados Unidos matérias-primas, estas essenciais, principalmente em tempo de guerra, e também cedia a Base Aérea de Natal, situada no Rio Grande do Norte, região essa, tão importante e estratégica que “o Estado Maior do Exército norte-americano considerava como sendo um dos quatro pontos mais importantes estrategicamente no mundo, ao lado do Canal de Suez e dos estreitos de Gibraltar e do Bósforo” (GASPARI, 2003, p. 41). Essa região foi essencial para a defesa continental, pois os norte-americanos realmente acreditavam que essa, poderia ser atacada. Essa região também serviu de “trampolim” para os produtos norte-americanos chegarem nos frentes de guerra na Europa, “o trampolim da vitória” (McCANN, 1973, p. 4). Nesse contexto, “a pista aérea de Natal chegaria a ser a mais movimentada do mundo” (GASPARI, 2003, p. 43).

Essa aliança especial Brasil-Estados Unidos, somada ao envio das tropas brasileiras da FEB para lutar na Itália, criaram um entusiasmo geral nos brasileiros, como dizia o jornal *Diário Carioca* de 19 de julho de 1944: “Nossa presença nos campos de batalha irá nos trazer prestígio para participação nas Nações Unidas, como uma potência militar, dando a nós um posto de honra nas mesas de negociações de paz” (apud McCANN, 1973, p. 473). No mesmo dia e jornal, José Eduardo de Macedo Soares, comentarista político do *Diário Carioca*, destacava o envio de tropas brasileiras, artigo esse intitulado sugestivamente como “O maior dia da nossa história”, que falava do “sangue oferecido pelo nosso exército pela libertação da humanidade”. O jornal *A Manhã* de 27 de agosto de 1944 dizia “que a contribuição brasileira para a causa dos aliados, fornecendo matéria-prima e alimentos, e por último com o envio da FEB, dava inegáveis direitos para o Brasil se sentar na mesa de paz do pós-Guerra, defendendo nossos interesses na reorganização do mundo”, assim como garantia, ao Brasil, ganhos na distribuição econômica, militar e de poder político a ocorrer no pós-guerra (apud McCANN, 1973, p. 413).

Portanto a Segunda Guerra Mundial, ao que parecia à época, oferecia aos líderes brasileiros “a oportunidade de realizar seus sonhos de poder e prestígio internacional, acreditando assim que a participação do Brasil na Guerra asseguraria um importante papel para o país no pós-Guerra” (McCANN, 1973, p. 343).

É dentro desse contexto de grandes expectativas que Eurico Gaspar Dutra assume a presidência, em 31 de janeiro de 1946. Em seu governo ocorre um “alinhamento brasileiro”, ao governo norte-americano, quase irrestrito, dado, “não por razões sentimentais, mas pelo fato de o Governo brasileiro ter compreendido que os Estados Unidos eram o único país do qual o Brasil poderia conseguir o capital e a tecnologia de que necessitava” (WEIS, 1993, p. 3).

De fato, Malan e outros assinalam que, durante a Guerra, o governo dos Estados Unidos se havia disposto a auxiliar o processo de industrialização do Brasil. Dentre os objetivos da Missão Cooke, enviada ao Brasil em 1942, constava expressamente o apoio à idéia de substituição de importações (MALAN et al., 1980, p. 27-28).

Além disso, para os planejadores políticos brasileiros, esse alinhamento deveria conferir ao país um certo número de vantagens, a mais importante das quais seria a “manutenção de uma posição militar única na América Latina” (MOURA, 1983, p. 28).

Desse modo, conforme Malan, “talvez em nenhum outro país da América Latina fosse tão alto o nível de expectativa em relação a esta cooperação, quanto era no Brasil” (MALAN, 1995, p. 59).

Talvez por isso, também, em nenhum outro país a decepção deve ter sido tão grande, pois, com o fim da guerra, o Brasil tinha deixado de ser importante aos interesses norte-americanos. Os Estados Unidos estavam interessados agora na reconstrução da Europa, e grande parte das suas preocupações e capital estavam sendo destinados àquele continente:

Aparentemente, a guerra não durou o bastante para que a idéia americana de uma industrialização substitutiva de importações visando ao esforço de guerra pudesse se consolidar. Terminada a guerra, terminaram os interesses norte-americanos pela industrialização no Brasil, já que a reconstrução européia era infinitamente mais importante para os interesses americanos (MALAN et al., 1980, p. 28).

Na verdade, aquela política praticada durante a Segunda Guerra, que aproximou tanto o Brasil dos Estados Unidos, não tinha sido interpretada do mesmo jeito pelas duas partes envolvidas. As autoridades brasileiras confundiam a assistência econômica dada em

tempo de guerra, achando que essa política de emergência, praticada pelos Estados Unidos, seria uma suposta “nova política econômica” (MOURA, 1983, p. 81).

Conforme escrevem Cervo e Bueno, “o Brasil, por ter redemocratizado suas instituições, ter sido colaborador na política latino-americana dos Estados Unidos e ter prestado auxílio no esforço de guerra, esperava a inauguração de uma nova fase nas ‘relações especiais’ entre dois aliados” (CERVO e BUENO, 2002, p. 270).

Também para Malan o Brasil julgava-se um caso especial, confiante no caráter político da ajuda norte-americana, da qual se julgava “amplamente merecedor por sua leal colaboração no esforço de guerra” (MALAN, 1995, p. 63).

Com essa visão, o governo brasileiro, no pós-guerra, tentava conseguir empréstimos de país para país, como tinha ocorrido durante a guerra no governo de Vargas. Porém esses empréstimos não eram mais possíveis: nos EUA, “a administração Truman reorientou sua política internacional, com uma recusa em conceder empréstimos de governo-a-governo para financiar grandes projetos de desenvolvimento econômico na América Latina” (MOURA, 1983, p. 74). Os Estados Unidos, continua esse autor, “tinham mudado sua política [...], insistindo que o desenvolvimento econômico na América Latina dependia de se criar condições favoráveis ao investimento [privado] estrangeiro” (MOURA, 1983, p. 81).

De fato, “Brasil e Estados Unidos tinham concepções diferentes sobre a cooperação para o desenvolvimento. Enquanto o Rio de Janeiro insistia no caráter político da ajuda, Washington, além de outras divergências, entendia que programas de desenvolvimento eram assuntos para serem tratados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)” [CERVO e BUENO, 2002, p. 270].

Na verdade, não se tratava propriamente de uma mudança de política, e sim de uma volta à política liberal, que tinha sido colocada um pouco de lado pelo contexto da guerra e que voltava com força total, com o fim do conflito e um ambiente favorável. Já em fevereiro de 1945, durante a Conferência Interamericana de Chapultepec (uma reunião organizada para definir a posição da América Latina no mundo do pós-guerra), os Estados Unidos “trabalhavam em difundir no continente a idéia de liberdade para o capital privado estrangeiro em escala global”, “fazendo incluir na Ata de Chapultepec os ‘princípios liberais’, e defendendo que o desenvolvimento econômico da América Latina se faria mediante o investimento de capitais privados” (MOURA, 1991, p. 65).

Conforme um autor norte-americano, os políticos dos EUA “constantemente argumentavam que os vastos recursos naturais brasileiros poderiam ser melhor explorados

através de capital privado, especialmente o norte-americano e suas corporações. Pressionavam o Brasil por uma legislação que permitisse a participação de capital estrangeiro no país” (HAINES, 1989, p. 87).

Talvez por essas questões, “o Governo Dutra, no terreno econômico, ensaiou um retorno aos princípios do liberalismo tipo *laissez faire*” (DHBB – versão digital, verbete *Dutra, Eurico Gaspar*). Assim, “comprometidas com a doutrina liberal e com o projeto norte-americano de uma economia mundial aberta, as autoridades monetárias brasileiras relaxaram várias restrições à saída de divisas do Brasil, uma medida aparentemente destinada a estimular novos ingressos de capitais privados no futuro” (MALAN, 1995, p. 64).

O Governo Dutra tenta então criar um clima favorável para os investimentos estrangeiros, tentando passar uma idéia de comprometimento com o projeto norte-americano e a sua doutrina liberal. O Governo procurava armar uma situação de garantia e segurança para atrair os investimentos dos Estados Unidos. Bandeira, em sua obra *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, chega a dizer que esse comprometimento é tanto que “a repressão ao movimento operário, no bojo da campanha anticomunista, visava permitir que os monopólios americanos gozassem, plenamente, as benesses da democracia restaurada” (BANDEIRA, 1973, p. 314).

Estudaremos no próximo capítulo essa questão da repressão ao movimento operário, porém gostaríamos de adiantar que, por mais que o governo do Brasil estivesse comprometido com os Estados Unidos e seu capital privado, a repressão aos movimentos operários não pode ser vista como simples consequência do interesse brasileiro em criar um clima favorável a esse capital norte-americano. Nosso ponto de vista é de que a repressão ao movimento operário tenha ocorrido muito mais pelo interesse das classes dominantes brasileiras em exercer controle sobre esses trabalhadores, que estavam tentando ficar livres da tutela do Estado e estavam também se organizando em nível nacional. Isso preocupava alguns setores poderosos, até porque a organização desse trabalhadores estava se concretizando em greves, levando o Brasil a uma grande quantidade delas no ano de 1946. Portanto, era importante podar esse crescimento, muito mais por uma questão de poder interno, de disputa entre esses dois agrupamentos de classes, do que por criar um ambiente favorável às empresas norte americanas; do mesmo modo, o fechamento do Partido Comunista Brasileiro, que viria a ocorrer em maio de 1947, não pode ser simplesmente associado ao contexto da Guerra Fria, mas sim principalmete às disputas internas de poder. Podemos afirmar que o capital privado norte-

americano se beneficiou com a repressão, mas não podemos concordar que esta ocorreu somente para agradar a esse capital.

1.5. O Exército brasileiro

No plano militar, a partir de 1946 ocorreram várias reformas, especialmente no Exército, cuja “organização, treinamento e armamento foram ajustados ao modelo norte-americano” (MOURA, 1991, p. 67). O Exército Brasileiro, na gestão de Eurico Gaspar Dutra, se aproximou muito dos Estados Unidos e sua influência. Essa aproximação tinha sido iniciada durante a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente no ano de 1941, quando o Brasil começava a comprar armas dos Estados Unidos, fazendo com que o Exército Brasileiro se aproximasse cada vez mais da influência do Exército norte-americano, afastando-se da influência ideológica do Exército alemão.

Um dos marcos importantes para esta aproximação é a assinatura, em maio de 1942, de um acordo político-militar secreto entre os dois países. A partir desse acordo criaram-se duas comissões militares conjuntas, uma situada em Washington e a outra no Rio de Janeiro, encarregadas de desenhar os planos de defesa conjunta para o Nordeste e elevar a capacitação das Forças Armadas brasileiras.

Outro fator importante para a aproximação dos dois exércitos foi a Força Expedicionária Brasileira, pois toda a sua preparação e envio para os campos de batalha tinham sido feitos ou intermediados pelos Estados Unidos. O envio da FEB era visto pelo governo norte-americano como um importante passo para aumentar a influência sobre as forças armadas brasileiras, principalmente no pós guerra. Também é importante ressaltar que “os oficiais da FEB que lutaram ao lado dos Estados Unidos voltaram de lá próximos e muito admiradores do Exército norte-americano” (DAVIS, 1996, p.).

O general Góes Monteiro, quando em visita militar aos Estados Unidos, em 1945, “mostrava-se entusiasmado com as possibilidades de melhorar o potencial militar brasileiro a partir de sua aproximação com os Estados Unidos, e escrevia a Getúlio: Não teremos jamais outra oportunidade como a que se nos depara agora” (DHBB – versão digital, verbete *Vargas, Getúlio*).

Talvez buscando essa oportunidade única foi que, em agosto de 1945, estabeleceram-se programas de reorganização militar, de acordo com o *Inter American Military Cooperation Program*, passando o Exército brasileiro “a sentir na sua

organização, treinamento e equipamento, o padrão dos Estados Unidos” (MOURA, 1983, p. 74).

O próprio Dutra, um militar preocupado com o desenvolvimento do exército e sua reestruturação, ainda como ministro da Guerra do Governo Vargas, já tinha praticado uma aproximação em relação aos Estados Unidos. Dutra, ao que parece, assim como Góes Monteiro, tinha visto nos Estados Unidos uma grande possibilidade de armar o exército: “Ele esteve sempre presente nas negociações do Estado Novo com os norte-americanos, com um propósito claro de obter o máximo de poder e prestígio para a corporação militar brasileira em troca do alinhamento (incontornável) com os aliados, ou, mais concretamente, com os Estados Unidos” (DHBB – versão digital, verbete *Dutra, Eurico Gaspar*).

Essa preocupação de Dutra com a modernização e capacitação do exército ficou clara durante toda a sua função de ministro da Guerra, quando ele procurou instalar, reformar e ampliar as fábricas de munição e equipamentos do exército por todo o país. Também iniciou a construção do novo prédio do Ministério da Guerra, hoje quartel-general do I Exército, no Rio de Janeiro. Desenvolveu medidas de modernização do Exército, com a aprovação do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), do Regulamento da Inspeção Geral do Ensino do Exército. Iniciou a construção da Escola Militar de Resende (RJ), atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e das novas instalações da Escola Técnica do Exército, hoje Instituto Militar de Engenharia (IME) [DHBB – versão digital, verbete *Dutra Eurico Gaspar*]

Com a posse de Dutra como presidente em janeiro de 1946, os laços entre os exércitos de Brasil e EUA só tenderam a se fortalecer. No seu governo, ainda no ano de 1946, “iniciaram-se as conversações para a criação da Escola Superior de Guerra, segundo o modelo do *National War College* dos Estados Unidos” (MOURA, 1983, p. 74). Os brasileiros queriam a assistência norte-americana para criar a escola, o que “significava que os Estados Unidos teriam que arcar com a maioria dos custos” (DAVIS, 1996, p. 93). Os governantes dos Estados Unidos sabiam que era essencial manter essa próxima relação com o Exército brasileiro, tanto que, apesar das divergências entre o Departamento de Estado e a cúpula militar norte-americana, eles não deixaram em momento nenhum de criar esperanças no Exército brasileiro. É nesse contexto que se dá a visita do General Eisenhower ao Brasil, em agosto de 1946. Conforme registrou, na ocasião, o jornal *Correio da Manhã*, Eisenhower dizia que sua visita tinha como missão “estreitar os laços de amizade que unem brasileiros com norte-americanos”.

Desse modo, no tocante a questões militares, o governo brasileiro conseguiu obter dos EUA, mesmo após o fim da guerra, algumas vantagens. Assim, quando, com o fim da guerra, o programa norte-americano de *lend-lease*, para a venda de armas, foi aposentado, o Departamento de Estado dos EUA “rapidamente providenciou o *Ato de Material Excedente*, que permitia a venda do material bélico excedente de guerra para o Brasil. Assim o Brasil conseguiu adquirir aviões, navios, tanques, entre outros materiais” (DAVIS, 1996, p. 82).

Tais vantagens, contudo, estavam ainda aquém do desejado pelos militares brasileiros – os quais “imaginavam que a posição estratégica do Brasil no continente fosse suficiente” para justificar, por exemplo, “suas pretensões à hegemonia sul-americana, como também para limitar o acesso da Argentina aos benefícios da assistência militar dos Estados Unidos ao continente” (MOURA, 1991, p. 67).

Assim, houve protestos por parte dos oficiais brasileiros, os quais acreditavam que “estavam sendo relegados, pelos norte americanos, ao mesmo status que o resto da América Latina” (HAINES, 1989, p. 32). Porém estas reclamações sempre foram contornadas pela administração de Truman, para a qual “era essencial ter o apoio dos militares brasileiros, pois Truman e os governantes norte-americanos esperavam o apoio destes para uma lei nacional de petróleo que fosse de acordo com os interesses norte americanos” (DAVIS, 1996, p. 83).

1.6. O Brasil e sua posição nos fóruns internacionais

Conforme Cervo e Bueno, no tocante à “maneira de encaminhar a cooperação econômica”, Brasil e Estados Unidos tinham “ópticas diferentes”; contudo, “nos aspectos político e militar houve um completo alinhamento na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra” (CERVO e BUENO, 2002, p. 271).

Assim, o governo brasileiro decidiu adotar como principal estratégia, na sua participação nas negociações de paz do pós-Guerra, o apoio aos países ocidentais, principalmente os Estados Unidos: “as autoridades brasileiras passaram a utilizar seus votos na ONU para referendar a opinião das grandes potências, em especial a dos Estados Unidos; esta tornou-se a orientação prática dada à delegação brasileira” (MOURA, 1983, p. 37).

Segundo Moura, “conseguir um dos assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU era também outra questão essencial para a diplomacia brasileira” (MOURA, 1983, p. 18). Essa foi a principal reivindicação dos brasileiros, que a consideravam um “ato de justiça”. Porém, após a Conferência de São Francisco⁵, em 1945, o governo do Brasil percebeu a impossibilidade de tal desejo e aceitou a promessa dos Estados Unidos de apoio à candidatura brasileira a um dos assentos não-permanentes. Essa “aceitação brasileira”, de acordo com Moura, significava que “o Brasil percebia que seu poder de negociação e barganha tinham decrescido, pois, com a conjuntura do fim da guerra, o Brasil perdia a importância econômica e política de que gozara até então na relação com os Estados Unidos” (MOURA, 1983, p. 20). Esse assento não-permanente no Conselho de Segurança foi conseguido no início de 1946, com o apoio dos Estados Unidos (MOURA, 1983, p. 32).

Essa conquista teve grande repercussão interna, pois, como dizia Pedro Leão Velloso, chefe da delegação brasileira na ONU, o Brasil passava a figurar entre as seis grandes potências do mundo: “O sucesso de nossa eleição”, dizia Velloso, “é o testemunho inequívoco do lugar de destaque que nos é atribuído no plano internacional” (apud MOURA, 1983, p. 32).

Outra questão que interessava à diplomacia brasileira eram os debates sobre as reparações de guerra, pois o governo brasileiro se julgava com direitos, alegando para isso “sua condição de aliado durante a Guerra, a cessão de bases e recursos aos aliados, além de sua participação na Guerra na Itália” (MOURA, 1983, p. 37). Neste quesito, os negociadores brasileiros tampouco conseguiram o que pretendiam. Na Conferência de Paris, por exemplo, onde foi decidido pelas grandes potências que parte da frota italiana iria ser distribuída entre os aliados, como reparação de guerra, a delegação brasileira tentou obter ao menos um navio, mas não foi bem sucedida. Byrnes, secretário de Estado dos Estados Unidos, prometeu então retirar da quota americana um navio para o Brasil, dependendo porém de autorização do Congresso Americano (MOURA, 1983, p. 40). Na verdade, segundo o autor, “o que o Brasil realmente buscava, com essas reivindicações, era menos ganhos econômicos significativos e muito mais a conquista de objetivos políticos. Partilhar compensações significaria participar de negociações com as grandes potências” (MOURA, 1983, p. 43).

⁵ Conferência realizada em abril de 1945, onde foi fundada oficialmente a ONU. Essa conferência também serviu para se pensar no mundo do pós-guerra.

A participação brasileira ganhou, todavia, mais destaque quando, em fevereiro de 1947, Osvaldo Aranha foi eleito Presidente do Conselho de Segurança da ONU. Aranha, um destacado líder político brasileiro (que, aliás, havia desempenhado um importante papel na aproximação Brasil-EUA, durante a Guerra), assumira a chefia da delegação brasileira na ONU em substituição a Pedro Leão Velloso, falecido em janeiro de 1947. Em abril desse ano, Aranha foi também eleito presidente da Assembléia Geral, cargo para o qual foi ainda reeleito em setembro do mesmo ano. Conforme observa Moura, essa posição “permitiu à delegação brasileira uma visão mais ampla e complexa da situação internacional, permitindo aos representantes brasileiros assumir uma atitude mais aberta e independente em muitas instâncias da ação da ONU” (MOURA, 1983, p. 46).

Essa posição, contudo, acabou por gerar certos desentendimentos entre os representantes brasileiros na ONU, chefiados por Aranha, e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (isto é, a *Secretaria de Estado* do Itamaraty), chefiado por Raul Fernandes. Em 1947, Fernandes enviava ordens expressas para a delegação, no sentido de seguir sempre o voto norte-americano, sem qualquer restrição, enquanto Aranha, principal representante brasileiro na ONU, embora grande admirador dos Estados Unidos, advertia que “solidariedade não poderia ser escravidão” (MOURA, 1983, p. 46).

Essa diferença de atitudes entre Osvaldo Aranha e Raul Fernandes advinha da forma como cada um enxergava o mundo no pós-guerra. Aranha, embora fosse um grande admirador dos Estados Unidos, “em contato com a delegação brasileira no fórum cosmopolita da ONU”, conseguia perceber “não apenas as reivindicações soviéticas de poder como também a busca de hegemonia por parte dos Estados Unidos”. Para Moura, Aranha concordava que o Brasil se colocasse ao lado dos Estados Unidos, mas deveria fazê-lo “consciente da verdadeira natureza das disputas internacionais, ou, de outro modo, agiria como um cego”. Já Raul Fernandes, por sua vez, era “um homem convencido de que a guerra entre ocidente e o oriente era inevitável, e talvez desejável”, pois só assim poderia ser contida a expansão da União Soviética na Europa (MOURA, 1991, p. 62).

Essa diferença de perspectiva levou a dois grandes problemas entre a Secretaria de Estado e a delegação brasileira na ONU. O primeiro ocorreu precisamente em setembro de 1947, no momento em que, numa ampla articulação, foi cogitada na ONU a reeleição de Osvaldo Aranha para a presidência da Assembléia Geral. A Secretaria de Estado, representada por Raul Fernandes, colocou-se contrária à reeleição, tendo como argumento o princípio da “rotatividade da função” (MOURA, 1983, p. 46). Desse modo, Osvaldo Aranha acabaria sendo reeleito sem o voto da delegação brasileira.

O outro ocorreu também em setembro, quando foi necessário eleger o substituto da Polônia no Conselho de Segurança da ONU. Pela regra da “representação regional”, o substituto deveria ser também um país do “grupo eslavo”. Por esse critério, a candidatura da Ucrânia tinha o apoio dos Estados Unidos, seguido também pelo Brasil. Contudo, pouco antes de a eleição acontecer, os norte-americanos decidiram, segundo Moura, “subverter a carta da ONU”, apoiando um país não-eslavo, no caso, a Índia. Sem ter sido avisado dessa mudança, o representante brasileiro votou normalmente a favor da Ucrânia, que aliás foi eleita (MOURA, 1983, p. 46). Desse modo, a “discrepância” entre a posição brasileira e a dos EUA “só apareceu quando a votação se realizou” (BANDEIRA, 1973, p. 312).

Por essa “discrepância”, contudo, a Secretaria de Estado acusou Aranha de assumir uma posição “russófila” (MOURA, 1983, p. 46). Bandeira, igualmente, assinala: “Raul Fernandes censurou Aranha. Alguns jornais, inspirados pelo próprio gabinete do Chanceler, acusaram-no de violar as tradições diplomáticas do Brasil” (BANDEIRA, 1973, p. 312).⁶

Esses atritos, na verdade, já vinham de antes. De fato, na Conferência Interamericana realizada no Rio de Janeiro em agosto/setembro de 1947, Osvaldo Aranha não participou da delegação brasileira, e sua ausência foi atribuída, pelo diplomata Gilberto Amado, a Raul Fernandes (cf. carta de Gilberto Amado a Osvaldo Aranha – CPDOC/FGV – OA cp 1947 08 07/2).

⁶ Cervo e Bueno relatam ainda um outro importante episódio, posterior ao período abordado neste trabalho. Trata-se da votação sobre a admissão da China Popular na ONU, quando Aranha seguiu, “contrafeito”, a orientação de Raul Fernandes, que era a de acompanhar o voto dos EUA, contrário a essa admissão. Para Aranha, segundo os autores, a China Nacionalista, de Chang Kai-Chek, era “apenas uma ficção da diplomacia norte-americana” (CERVO e BUENO, 2002, p. 272-273).

Capítulo 2

VERMELHO

2.1. Movimentos operários

Como estudado no capítulo anterior, a situação internacional de pós-Segunda Guerra Mundial, somada aos movimentos internos de reivindicações por maiores liberdades e pelo fim da ditadura Vargas, trouxeram ao Brasil um período que seria chamado de “redemocratização”. Nesse contexto os movimentos operários, que até então estavam sufocados, ou muito enfraquecidos, encontram um terreno fértil para aos poucos ganhar espaço, dentro dessa nova realidade brasileira. O que contribuiu muito para isso foi o “relaxamento” dos controles por parte do Estado em relação a esses movimentos sociais, tornando, assim, as vozes de protesto mais ousadas. Esse maior liberdade dos trabalhadores se dá pelo enfraquecimento do Estado Novo, no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, e uma necessidade internacional do retorno da democracia (vale lembrar que o Estado Novo era uma ditadura que, em 1945, não tinha mais um ambiente interno e principalmente externo para sua existência). De fato, a “política operária” de Vargas, “nos últimos meses da guerra, destacou-se por especial flexibilidade, o que foi motivado pela situação internacional e interna correspondente e pelo ascenso do movimento democrático” (KOVAL, 1982, p. 376).

Com esse “relaxamento”, os operários se sentiam mais seguros para protestar pelos seus direitos e lutar por suas reivindicações. O ano de 1946 é marcante, principalmente, pois os operários tinham sido decisivos na eleição do general Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 56). Essa participação efetiva no processo eletivo deu mais esperança aos trabalhadores de que suas reivindicações seriam atendidas, e de que eles poderiam ter efetiva participação e liberdade no governo Dutra. Vale destacar que, nesse momento, “era generalizada no Brasil a idéia

de que o país estivesse às vésperas de uma reabertura política e caminhando para a democracia” (SKIDMORE, 1975, p. 73).

Esse grande número de trabalhadores urbanos, bem como de sindicatos e movimentos de contestação, pode ser entendido também pela “configuração de uma nova realidade, ligada à industrialização e urbanização brasileira que teve um grande crescimento nos anos 40”. Dessa forma surgiu uma tendência de “emergência política das massas”, a qual, segundo Carlos Fico,

se expressou na política, e transformou as velhas cidades em novos teatros políticos urbanos. Os excluídos do sistema não podiam ser mais deixados de lado e as antigas políticas já não funcionavam. Eram mudanças sociais que deveriam ser acompanhadas por mudanças políticas. O governo não podia mais fingir que não enxergava o problema. O tradicional tratamento das questões sociais como caso de polícia, corriqueiro nas quatro primeiras décadas da República, não mais se sustentava (FICO, 2000, p. 170).

Esta maior participação política das massas, somada à urbanização e industrialização, levaram, especificamente falando do caso brasileiro, a uma grande luta por transformações sociais, desencadeada pelos movimentos sindicais e associações de todos os tipos. Tratava-se de um fenômeno tão notável que alguns autores chegam a dizer que, “pela primeira vez, alguma coisa próxima de um autêntico proletariado moderno estava surgindo no Brasil”. Esses mesmos autores destacam que, “no curto período de 1940 a 1947, houve mais do que uma duplicação do número de trabalhadores sindicalizados, que subiu de 351 mil para 798 mil” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 13).

As primeiras tendências dessa movimentação trabalhista ocorrem ainda em 1944, pois “a taxa de exploração do trabalhador tinha aumentado muito, pela mobilização militar em função da guerra, estimulando as primeiras lutas reivindicatórias” (MARANHÃO, 1979, p. 41). A partir de 1944, esses movimentos começaram a crescer vertiginosamente, crescimento esse acentuado no ano de 1945, em decorrência dos fatores já apontados. Assim, já “no primeiro semestre de 1945 houve significativas manifestações populares de descontentamento nas cidades brasileiras” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 45).

Esses conflitos de trabalho assumem diversas formas, “realizando-se principalmente de maneira espontânea, mas também por orientação de sindicatos, e de qualquer forma com grande intensidade” (MARANHÃO, 1979, p. 43). Para Ricardo Maranhão, greve espontânea é uma greve que é posta em prática por operários de um mesmo setor, empresa ou local de trabalho, a partir de suas reivindicações específicas e

sem interferência orientadora predominante de partidos ou sindicatos. Importante destacar que, através da obra de Maranhão, podemos perceber que essas manifestações dos trabalhadores não tinham um interesse essencialmente político, e sim, prioritariamente, uma luta por melhores condições de vida e de trabalho. Como vimos acima, no período de guerra a exploração do trabalhador tinha sido exagerada: nesse período, os preços dos alimentos “tinham subido 317%, e em contrapartida os salários no mesmo período tiveram um acréscimo de apenas 50%” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 45). Cabe notar que essa “deterioração do salário real do operário brasileiro”, que “constituiu um forte impulso para a movimentação reivindicatória”, persistiu “durante todo o período Dutra” (MARANHÃO, 1979, p. 40).

Seguindo essa tendência das reivindicações operárias, surgem no início de 1945 grupos independentes, como a *União Trabalhista Democrática*, a dos *Carris Urbanos de São Paulo*, a *União dos Trabalhadores Intelectuais*, dos jornalistas paulistas, o *Comitê Democrático dos Trabalhadores* e o *Movimento Unitário Sindical*. Em abril de 1945 é criado, pelo PCB, o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), uma organização intersindical de trabalhadores de âmbito nacional, “com a participação de cerca de trezentos dirigentes oriundos de treze estados diferentes” (DHBB, 2001, p. 3990; v. tb. KOVAL, 1982, p. 379). O manifesto de fundação do MUT, datado de 30 de abril de 1945, propunha, entre outras coisas, o seguinte: “lutar pela liberdade sindical, rompendo com as injustificáveis restrições e interferências na vida de nossos órgãos de classe” (SEGATTO, 1981, p. 65).

O MUT visava assumir o controle dos sindicatos: a idéia era “liderar os trabalhadores, assumindo seu controle, tirando os sindicatos das mãos dos *pelegos*¹ e do PTB” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 57). De fato, “gradualmente, as direções *pelegas* vão sendo substituídas por líderes combativos e representativos da classe” (SEGATTO, 1981, p. 64).

Apesar de ter sido criado pelo PCB, o MUT era muito mais do que um órgão específico do Partido. Ele incluiu tanto os sindicalistas ligados aos sindicatos existentes, mas que lutaram efetivamente pelos trabalhadores, quanto líderes de grande prestígio e experiência de militância que achavam impossível vincular-se aos sindicatos controlados pelo governo (MARANHÃO, 1979 p.).

¹ *Pelegos*, como se sabe, é como eram chamados os dirigentes sindicais que se dedicavam mais a fazer o jogo do governo e dos patrões que a defender os interesses concretos dos trabalhadores.

No início de 1946, “o MUT patrocinava, em todo o país, vários congressos sindicais de nível estadual, pretendendo com isso unir todos os trabalhadores em sindicatos, e posteriormente numa confederação geral, sob o princípio de unidade da classe operária” (DHBB, 2001, p. 1495).

É importante destacar que, pela legislação ainda vigente (a *Consolidação das Leis do Trabalho* – CLT, de 1943), era “proibida a formação de confederações gerais de trabalhadores, só sendo admitidas associações de categorias profissionais específicas”. (DHBB, 2001, p. 3990). Nessas circunstâncias, o MUT funcionou à margem da lei, sem o reconhecimento do Ministério do Trabalho, mas mesmo assim cresceu rapidamente no Rio, São Paulo e Minas Gerais (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 46).

É importante destacar que o MUT sempre manteve um discurso cauteloso, colocando-se contrário a muitas greves operárias, por um ideal de “ordem e tranqüilidade”. Porém, no ano de 1946 as greves eram um fenômeno incontrolável e inevitável, e o MUT, sem força para deter essas manifestações, passou daí em diante a apoiar as greves mesmo que não as aprovasse. É claro que essa postura do MUT espelha a do PCB, que, como veremos adiante, também tinha uma atitude cautelosa no cenário político nacional e era contrário às greves: como dizia Prestes, “o Partido deve dirigir e não se deixar levar pelo movimento espontâneo das grandes massas” (apud ALMINO, 1980, p. 79).

Essa questão, levantada acima, reforça ainda mais a idéia de que as greves que aconteceram nesse momento, no Brasil, são muito mais “econômicas” do que “políticas”, isto é, são muito mais por salários do que por “ideologias”.

Dentro deste contexto, as lutas operárias chegariam ao início de 1946 dentro de um rápido e vigoroso renascimento: “era impressionante, nas primeiras semanas de 1946, a quantidade de paralisações de trabalho”, as quais “contaram com a quase ausência de repressão, pelo menos antes que o General Dutra tomasse posse em 31 de janeiro desse mesmo ano” (MARANHÃO, 1979, p. 45). De fato, ainda segundo o mesmo autor,

a relativa liberdade ainda vigente nas primeiras semanas do governo Dutra não podia esconder a preocupação governamental e empresarial com o fenômeno até então pouco conhecido no Brasil, as greves em rápida sucessão. Diante disso, a atenção dos grupos políticos dominantes voltou-se para os movimentos sindicais e para as greves, mesmo que seja, para propor a sua exclusão (MARANHÃO, 1979, p. 20).

Em outras palavras, “esse renascimento do movimento operário serviria de pretexto para a retomada de atividades autoritárias e antidemocráticas por parte do governo Dutra” (MARANHÃO, 1979, p. 39).

No começo, o governo Dutra ainda tentou controlar o sindicalismo por meios políticos e burocráticos. A tática do governo e seu ministro de Trabalho foi a de tentar apoderar-se politicamente das diretorias dos principais sindicatos, através de manobras da poderosa máquina oficial-corporativa, suspendendo eleições, tentando cooptar líderes sindicais, entre outras coisas. Assim, um autor assinala que o governo “restringiu o direito de greve, proibiu os sindicatos de terem engajamento político” e impôs controles (*loyalty check*) sobre os candidatos às diretorias sindicais (HILTON, 1991, p. 208).

Já em março de 1946 “o governo suspendeu as eleições sindicais, mantendo as diretorias ligadas ao PTB” (SOUZA, 1983, p. 118). De fato, nesse mês o governo baixou o decreto-lei nº 9.070, o qual “proibia qualquer tipo de paralisação em empresas consideradas fundamentais. A lei só permitia greves nas outras empresas, quando, após obrigatória mediação da Justiça do Trabalho em dissídio, o empregador se recusasse a cumprir a determinação do tribunal, e mesmo assim, a greve só poderia ter como único objetivo o cumprimento da determinação judiciária” (MARANHÃO, 1979, p. 59).

Em matéria do dia 22 de março de 1946, o *Correio da Manhã* assim comentava esse decreto-lei:

O direito de greve ficou bastante reduzido em face do decreto do governo. As atividades profissionais foram divididas em fundamentais e acessórias, sendo que quase todas são da primeira categoria. Nas atividades fundamentais o direito à greve fica submetido a tantas condições que praticamente o torna impossível em toda sua extensão. Acresce que, por simples portaria, qualquer atividade poderá ser considerada fundamental, aplicando-lhe então nesse caráter a legislação vigente (*Correio da Manhã*, 22 de março de 1946).

Porém, mesmo com medidas como essa, “a ação dos Ministerialistas diante da rápida ascensão grevista e das pressões reivindicatórias foi quase inútil”² (MARANHÃO, 1979, p. 58). As manifestações dos operários cresciam, em proporções que assustavam e incomodavam as classes dominantes brasileiras. Durante os seis primeiros meses do governo Dutra, registraram-se “mais de 70 grandes greves, envolvendo mais de 100.000 trabalhadores, entre elas a de Arroio de Ratos, no Rio Grande do Sul, de 1º de fevereiro a 7 de março de 1946, que era, até então, a mais longa greve registrada na História do Brasil” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 57).

² Aqui consideramos que Ricardo Maranhão chama de Ministerialistas, as pessoas que estavam ligadas ao Governo Dutra, principalmente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Também aqui podendo ser incluído, os líderes sindicais que estavam atrelados ao governo.

Paralelamente a esse crescimento, aumentavam as pressões dos empresários sobre o governo, para que se tomasse medidas mais enérgicas em relação a esses movimentos: “a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo [FIESP] se dirigia ao Ministro do Trabalho do Governo Dutra, Negrão Lima, pedindo-lhe que solicitasse ao governo o estado de emergência caso os grevistas não pudessem ser contidos” (MARANHÃO, 1979, p. 58). É importante destacar o poder que esses empresários detém em suas mãos, tanto que em setembro de 1946, quando Dutra promove uma reforma ministerial, essa federação é quem indica o novo ministro do Trabalho (o advogado Morvan Dias de Figueiredo), no lugar de Otacílio Negrão de Lima (DHBB – versão digital, verbete *Dutra, Eurico Gaspar*).

Dentro deste contexto, e contando com a quase unanimidade das classes dominantes, o governo do general Dutra passou a “enfrentar as tentativas de criação de um sindicalismo livre de controles governamentais com uma política repressiva, que incluía intervenção em sindicatos, suspensão de eleições e proibição de federações independentes em nível nacional” (MOURA, 1991, p. 11). “Num país em que já se eliminara um regime democrático para salvar a democracia, como em 1937”, nota um autor, “não seria esdrúxulo que, para defender o regime contra as ameaças à democracia, se impusessem limites à liberdade de associação sindical e partidária, negligenciando-se o fato de que constituíam estes limites a maior ameaça à democracia” (ALMINO, 1980, p. 316). De fato, segundo outro autor, o governo do general Dutra “assassinava ou espancava, nas prisões ou em público, trabalhadores, intelectuais e até chefes militares iguados no tratamento” (SODRÉ, 1968, p. 29).

É a partir dessas medidas repressivas que, em setembro de 1946, o governo Dutra, “acreditando que já possuía a situação e os sindicatos sob controle, reconhece a necessidade de uma confederação nacional dos trabalhadores no Rio de Janeiro sob a supervisão do ministro do Trabalho” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 58).

O Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, que se iniciou no dia 9 de setembro, contou com a participação de cerca de 2.400 delegados. Segundo os mesmos autores, “o Ministério do Trabalho, na tentativa de ganhar politicamente o controle sobre o movimento sindical, patrocinou a reunião no seu início. O governo contava com uma bancada ministerialista, acreditando assim que poderia fazer prevalecer seus interesse nas votações”. No entanto, “diferentemente do que esperava o governo, a grande maioria dos delegados representantes dos trabalhadores votaram em favor da autonomia dos sindicatos, direito a greve, direito da criação de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores,

propostas estas que tinham sido apresentadas pelo MUT” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 59).

Todos esses pontos, de fato, foram aprovados no Congresso à revelia da posição do governo, que pretendia manter o controle sobre os sindicatos. Assim, quando o ministro do Trabalho “compreendeu que a linha governamental era apoiada apenas por 5% dos delegados do Congresso, ele deu ordem aos líderes sindicais de direita para que abandonassem a sala de reuniões” (KOVAL, 1982, p. 379). De fato, alegando “intervenção comunista” no Congresso, os “ministerialistas” dele se retiraram, “pedindo o seu fechamento pela polícia. Porém o Congresso continuou em outro local, com quase 2.000 delegados, e aprovou a formação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB)” [MARANHÃO, 1979, p. 68].

Vale notar que o próprio adido trabalhista norte-americano, Edward Rowell, analisando esses episódios, reconhecia ser “inegável que o Congresso, por si só, representava o máximo atingível em termos de caráter representativo e ação democrática”, era “representativo dos trabalhadores organizados do Brasil” e “suas resoluções refletiam perfeitamente as atuais aspirações de uma substancial maioria representativa” (apud BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 59).

O ministro do Trabalho, no entanto, negou-se a aceitar a validade de qualquer decisão tomada pelo Congresso: “Não reconheceu a CTB, e passou a ameaçar colocar na ilegalidade qualquer sindicato que a ela se afiliasse” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 60).

Para o presidente da CTB, Homero Mesquita, em entrevista à *Tribuna Popular*³ em 1º de janeiro de 1947, aquele Congresso “marcou o ponto mais alto do movimento sindical em nossa pátria até os dias de hoje. A CTB vem desde aquele data cumprindo fielmente os objetivos para que foi criada, organizar e unificar o proletariado” (*Tribuna Popular*, 1º de janeiro de 1947). A CTB substituiu, assim o MUT, “no processo de unificação dos sindicatos e trabalhadores e como organização intersindical controlada pelos comunistas” (DHBB, 2001, p. 1495).

Segundo o mesmo Homero, “o governo não demonstrou nenhum interesse em entrar em contato com a direção da CTB, apesar dos reiterados pedidos de audiência”. Para se contrapor e conter o avanço do CTB, Dutra, em 24 de outubro, “assinou um decreto estabelecendo a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores” (CNT), porém o

³ *Tribuna Popular* era um Jornal Comunista que teve funcionamento a partir de maio de 1945 até dezembro de 1947. Era o principal jornal do Partido Comunista Brasileiro.

decreto nunca foi publicado e a CNT ficou apenas nos planos (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 60).

Na opinião da *Tribuna Popular*, o ano de 1946 marcava, apesar da repressão ao movimento operário, “o ano da vitória dos trabalhadores” (*Tribuna Popular*, 1º de janeiro de 1947). Porém, o governo não ficaria derrotado por muito tempo, e o ano seguinte marcaria a grande contra-ofensiva do governo Dutra, que, usando de todo o autoritarismo, faria de 1947 um ano para ser esquecido pelos trabalhadores.

Já no dia 1º de maio de 1947 os trabalhadores eram proibidos pelo governo de comemorarem o Dia do Trabalho, e a 7 de maio, pelo decreto nº 23.046, era fechada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e os líderes sindicais de sindicatos a ela associados eram removidos de suas funções. Segundo o decreto presidencial, a CTB, “paralelamente a sua atuação trabalhista de defesa e representação, que ilegalmente vem exercendo”, ainda desenvolvia “intensa ação política que a lei veda, até mesmo às entidades sindicais reconhecidas, funcionando sem o registro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e opondo-se à ‘harmonia e paz sociais’”. Severas restrições foram impostas às associações e líderes sindicais que apoiavam a CTB, “tendo cerca de quatrocentos sindicatos (45% dos existentes) sofrido intervenção, sob o argumento de que haviam apoiado a confederação ilegal” (DHBB, 2001, p. 1495).

O governo Dutra “estava novamente impondo um controle de 100% do governo sobre os operários e os sindicatos” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 63), cabendo notar que essa medida era tomada no mesmo dia em que o Tribunal Superior Eleitoral colocava na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro. De acordo com Moura,

A justificativa para essa ação repressiva era evidente, a alegação de que os comunistas manipulavam a organização e atividades dos sindicatos. Mas o autoritarismo que guiava essa política contrariava o discurso na ação: o governo atacava o comunismo, mas intervinha de modo indiscriminado nas organizações operárias. O intervencionismo foi política generalizada, tendo atingido sindicatos das mais variadas matizes político-ideológicas (MOURA, 1991, p. 88).

“Esse grau de intervenção não tinha precedentes, nem mesmo durante a ditadura do Estado Novo” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 64). Era, enfim, a democracia ultrapassando a ditadura...

Essas intervenções levaram Clifford German, adido trabalhista da embaixada britânica, a dizer que, “para uma democracia da Europa, uma tentativa de intervenção em um único sindicato oficial causaria um grande tumulto”, porém no Brasil, “nessa ocasião, aproximadamente 800 a 1000 líderes foram afastados com grande tranquilidade e sem

causar nenhum espanto na opinião pública ou na imprensa” (apud BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 64).

Para Moura, “os setores conservadores que detinham as rédeas do governo eram incapazes de reconhecer a legitimidade do conflito social e consideravam as reivindicações operárias e nacionalistas como um pretexto para a ação comunista” (MOURA, 1991, p. 70).

Interessante, a esse respeito, é a entrevista do novo ministro do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo, a 9 de março de 1947. Ao ser questionado sobre os altos preços dos alimentos, respondeu: “não preciso repetir o que toda a imprensa tem publicado insistentemente. É indispensável aumentar a produção. Como aumentar a produção, se só no ano passado tivemos mais de duzentas greves, em vários setores? E mais, ainda: como baixar os preços se quase todas essas greves foram motivadas por pedidos de aumento de salário?” (*Correio da Manhã*, 9 de março de 1947). Na visão do governo e de seu ministro, portanto, os próprios trabalhadores eram os responsáveis pelos altos preços, em decorrência de suas greves *irresponsáveis* e as *inaceitáveis* reivindicações por melhores salários. Em outras palavras, “nem o governo, nem ninguém da classe dominante brasileira poderia assumir que as greves eram ‘ordeiras’ e que, ao mesmo tempo, havia desordem sim, mas desordem do governo e dos industriais” (ALMINO, 1980, p. 315).

No governo do general Dutra, “o movimento operário veria frustradas suas esperanças de liberdade na mesma medida em que se frustraram as esperanças de uma ampla democracia, o sonho do pós-guerra” (MARANHÃO, 1979, p. 39). Esse governo, “em nenhum momento ofereceu qualquer elemento político ou salarial de negociações para a classe trabalhadora” (MARANHÃO, 1979, p. 59) – “pelo contrário, a repressão ao movimento sindical permitiu uma compressão de salários” (FAUSTO, 1995, p. 404).

Em suma, não havia diálogo com o movimento operário: este voltava a ser “caso de polícia”.

2.2. Partido Comunista Brasileiro

O PCB foi legalizado em 23 de maio de 1945. Essa volta do partido era possibilitada pela abertura política que vinha sendo realizada no Brasil no ano de 1945 no Governo Vargas. Porém, como já foi visto, essa volta “era muito mal recebida por vários setores influentes da sociedade brasileira” (MOURA, 1991, p. 89).

Pelo que se depreende da historiografia, um dos fatores para essa rejeição eram, primeiro, os costumes e códigos morais predominantes no Brasil, aos quais um partido com idéias comunistas seria, pelo que se considerava, totalmente contrário; era, portanto, como se fosse “imoral” o retorno do PCB. De fato, a Igreja Católica foi uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo (RODEGHERO, 2002, p. 466).

Não nos foi possível, neste trabalho, um maior aprofundamento dessa questão. De todo modo, cabe assinalar que, no Brasil, desde o início da década de 1920, o *comunismo* seria proclamado como um dos “inimigos” da Igreja Católica, juntando-se aos inimigos mais antigos, isto é, a maçonaria, o protestantismo e o liberalismo (FARIAS, 1998, p. 70). Segundo o mesmo autor,

Em muitos momentos os “inimigos” não são claramente nomeados pelos propagandistas católicos, permitindo que eles sejam confundidos pelos receptores das mensagens; as informações são dadas de modo a deixar o imaginário popular construir suas próprias imagens do inimigo. Porém, no período a partir de 30, o ataque ao comunismo é mais direto, e a tentativa de transformá-lo no próprio “anjo decaído” é explícita (FARIAS, 1998, p. 70).

Outro fator de grande rejeição do PCB, no cenário político brasileiro daquela época, era o fato de o PCB ter sido o único Partido Comunista da América Latina que havia tentado uma revolução armada, o levante comunista de 1935, e para muitos, “isso servia como prova de que o Partido não tinha lugar num sistema democrático” (SKIDMORE, 1975, p. 87).

O próprio Dutra, em abril de 1945, quando ainda ministro da Guerra de Vargas, respondia por carta, publicada dois dias depois, a uma consulta do comandante Átila Soares, dizendo reconhecer “o pleno direito de existência legal do Partido Comunista Brasileiro, *enquanto os comunistas mantiverem*, entre nós, a linha de conduta que hoje assumem, de *renúncia aos processos violentos* e de acatamento às autoridades constituídas” (DHBB – versão digital, verbete *Vargas, Getúlio*; grifos nossos).

Portanto, o PCB não era muito bem aceito dentro da sociedade brasileira. Seu retorno, e conseqüentemente sua existência, dependiam de o partido manter uma conduta dentro de padrões aceitáveis pelo governo Dutra. O próprio Luís Carlos Prestes, bem como outras figuras importantes do PCB, percebiam que teriam que “andar na linha” para que o partido pudesse participar legalmente da política brasileira. Dentro deste contexto, Prestes, ao sair da prisão, nos primeiros meses de 45, menciona “uma preocupação em abrandar o conteúdo ideológico do discurso, de modo a não justificar resistências. Assim, o discurso

comunista do pós-guerra se explicita menos pelo seu conteúdo do que pelas condições que procura criar, pela ação que pretende desencadear e pelos objetivos que visa atingir” (GIOVANNETTI, 1986, p. 50).

Na verdade, desde 1943, quando da chamada *Conferência da Mantiqueira*, o PCB se havia decidido tanto pelo apoio a Vargas, nesse final de Estado Novo (quando Vargas coloca o Brasil na guerra contra o nazi-fascismo), quanto pelo apoio à “redemocratização” do país:

A definição em prol de uma “política de união nacional contra o nazi-fascismo” implicava que o PCB deveria encontrar um caminho entre duas exigências difíceis de serem conciliadas: apoiar o governo Vargas, ou seja, o Estado Novo, no seu alinhamento ao lado dos EUA e, de outro lado, obter a redemocratização do país, com anistia para Prestes e outros prisioneiros políticos (RODRIGUES, 1981, p. 408).

Assim, já em 1945, “apresentando um programa limitado de reforma, pretendendo obter a confiabilidade da classe dominante, pregando ordem e tranquilidade, o projeto comunista era o de ganhar espaço no aparelho de Estado e isso a curtíssimo prazo” (GIOVANNETTI, 1986, p. 59). Conforme registra Segatto, baseado em opiniões do próprio Prestes, “ao invés de ser um pequeno partido ilegal que fazia agitação e propagava a idéia geral do comunismo e do marxismo, o partido deveria se tornar um grande Partido, realmente ligado à classe operária e às forças decisivas de nosso povo” (SEGATTO, 1981, p. 60).

Por esse motivo é que, em agosto de 1945, no Pleno Comitê Nacional do Partido, “Prestes define a política sindical do PCB, dizendo, entre outras coisas, que o PCB não deveria apoiar as greves quando elas começavam a eclodir; citando Stalin, dizia que o Partido deveria dirigir e não se deixar levar pelo movimento espontâneo das grandes massas” (ALMINO, 1980, p. 79). Na verdade, essa atitude do PCB, de negar as greves, se dava em “um momento em que o partido estava tentando evitar que o empresariado e o governo os associassem à ‘desordem’ num momento em que defendiam a união nacional” (MARANHÃO, 1979, p. 60).

Tal posicionamento não foi modificado nem mesmo com o fato de o PCB ter sido momentaneamente fechado, em 29 de outubro de 1945, por ocasião do golpe que depôs Getúlio Vargas. Nessa ocasião, vários comunistas foram presos, entre eles Prestes e líderes de sindicatos – sendo que a Embaixada dos Estados Unidos acabou intervindo no sentido

da libertação dos presos (HILTON, 1991, p. 206)⁴. No entanto, o próprio Prestes reafirmava os posicionamentos acima referidos em um discurso pronunciado em 26 de novembro de 1945:

O Partido Comunista, apoiando o governo durante seis meses, alertou nosso povo contra os golpes salvadores. Partido do proletariado, partido ligado à classe operária, o Partido Comunista não deixou de apontar ao povo o caminho da ordem e da tranquilidade. Mostrava e dizia aos operários: – é preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações – porque agitações e desordens, na etapa histórica que estamos atravessando, só interessa ao fascismo. O Partido Comunista foi, durante esses seis meses, o esteio máximo da ordem em nossa terra (apud RODRIGUES, 1981, p. 409, nota 118).

Comentando esse tema, Leandro Konder assinala que “muito do otimismo de Prestes, na época, vinha de sua análise da situação internacional”:

o resultado da guerra, com a derrota do fascismo, era um golpe do qual, a seu ver, o imperialismo jamais conseguiria se recuperar. “O imperialismo está moribundo”, dizia ele no grande comício realizado em São Januário, no Rio [em 1945]. E numa carta a um amigo, escrita ainda em 20 de junho de 1944, vinha a afirmação: “Liquidado o nazismo, não haverá nenhuma outra grande nação imperialista (altamente industrializada) para sustentar, contra a vontade dos povos, qualquer ditador (KONDER, 1980, p. 53).

Por isso é que, de acordo com Konder, “o PCB se preocupava muito com os riscos de um tumulto que afastasse o processo de democratização dos caminhos institucionais”. Assim, já no comício de São Januário, acima referido, em maio de 1945, Prestes defendia “a linha antigolpista do PC e dizia dos comunistas e dos antifascistas conscientes: ‘temos sido nestes dias de agitação, em que se prega a desordem e se fala abertamente de golpes armados, o esteio máximo da lei e da ordem’” (KONDER, 1980, p. 53 e 54).

A postura democrática do PCB, nessa época, manifestava-se também, conforme Konder, na política cultural do partido. Assim, o partido “ênfatizava seu apreço pela democracia e pela cultura”, e recebia apoio de intelectuais de prestígio como Monteiro Lobato⁵. Ênfaticava, entre outras coisas, uma atitude de respeito e tolerância com relação às religiões, a tal ponto que, atendendo a um “anseio” dos moradores de um bairro da cidade de Caxias, no Rio Grande do Sul, os comunistas da cidade “tomaram a iniciativa de

⁴ Relembrando esses fatos mais tarde, em março de 1947, Prestes dizia que “na noite de 29 para 30 de outubro, quando o senhor brigadeiro Eduardo Gomes, junto com o General Dutra, comandava o golpe, do Quartel General desta capital [...] os tanques, os canhões e as metralhadoras não foram dirigidas contra o senhor Getúlio Vargas, mas contra a sede do Partido Comunista. Foi o nosso partido, o único que sofreu violência naquela noite e nos dias que se seguiram” (*Correio da Manhã*, 22 de março de 1947).

⁵ Sobre essa política cultural e a relação do partido com os intelectuais, v. Rodrigues, 1981, p. 411-412.

promover naquele local a construção de uma igreja”, sendo que o pintor Cândido Portinari, comunista, “se ofereceu para pintar gratuitamente uma imagem do santo padroeiro do tempo” (KONDER, 1980, p. 59-61).

Desse modo o PCB, ao que parece, tinha se comportado de modo suficientemente prudente, durante os últimos meses do governo Vargas, o que lhe permitiu superar a conjuntura do golpe de 29 de outubro e participar das eleições de 2 de dezembro de 1945.

É certo que, do ponto de vista das classes dominantes brasileiras, “mesmo estando autorizado a participar [das eleições], ao PCB não era permitido ganhar sob nenhuma circunstância” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 55). No entanto, em poucos meses de legalidade o PCB conseguiu organizar-se para as eleições, fazendo significativa bancada para a Constituinte – sendo que “tais vitórias encheram de temor a elite brasileira” (FICO, 2000, p. 169-170). O partido teve de fato um desempenho extraordinário nas eleições de 2 de dezembro de 1945:

Seu candidato a presidência da república, Yeddo Fiúza, obtém quase 600 mil votos em pouco mais de cinco milhões (cerca de 10% do total), ficando em terceiro lugar. Prestes é eleito senador pelo Distrito Federal, deputado por Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, ficando como suplente no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. O PCB elegeu ainda 14 deputados federais” (SEGATTO, 1981, p. 63-64).

Vale notar que um desses deputados federais era Gregório Bezerra, que tinha participado ativamente no levante de 35 (HILTON, 1991, p. 207).

Esse bom desempenho nas eleições era decorrência, entre outras coisas, da figura carismática de Luís Carlos Prestes. “No primeiro comício público a que este compareceu, após sua saída da prisão, em 23 de maio de 1945, estava presente uma apoteótica multidão de mais de 100.000 pessoas que lotavam o Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, o mesmo se dando no comício do Pacaembu, em São Paulo” (SEGATTO, 1981, p. 59). O jornal *Tribuna Popular*, pertencente ao partido, muitas vezes se referia ao PCB como o “Partido de Prestes”.

Outro fator essencial para a afirmação do PCB e a difusão do movimento operário foram os jornais. “O partido chegou a ter 8 jornais diários em 1946, sendo o principal a *Tribuna Popular*, no Rio de Janeiro, que logo depois de sua fundação, em 1945, passou a vender 30 mil exemplares, num momento em que o diário mais vendido não passava de 50 mil” (MARANHÃO, 1979, p. 74). “O PCB também possuía duas editoras e publicava grande quantidade de livros, panfletos e opúsculos, além de possuir vários semanários, como *Diretrizes*, *O Esteio* e a mais velha e renascida revista *A Classe Operária*” (SEGATTO,

1981, p. 60). Enfim, como registra Maranhão, o PCB contava nessa época com cerca de 200 mil militantes (MARANHÃO, 1979, p. 75).

Paralelamente a esse crescimento, o PCB passa a se aproximar cada vez mais aos movimentos sociais, tornando mais clara sua postura de oposição ao governo Dutra. De fato, como lembra Konder, “no curso dos trabalhos da Assembléia Constituinte, começaram a mudar radicalmente tanto a situação internacional como a situação nacional”, e essa “dupla mudança começou a se refletir nas vicissitudes do PCB” (KONDER, 1980, p. 63).

Assim, “o Partido passa a aceitar as greves em janeiro de 1946, mesmo porque já não é mais possível controlá-las” (ALMINO, 1980, p. 79). Tal postura era a mesma da bancada do PCB na Assembléia Constituinte, “procurando sepultar o sindicalismo corporativista. Na questão da greve, os deputados do PCB se opuseram claramente à tentativa de sua limitação, apresentando a emenda nº 3.197, que propunha o reconhecimento de greve sem quaisquer ressalvas” (MARANHÃO, 1979, p. 85). Conforme outro autor, “a bancada do PCB, na Constituinte de 1946, apesar de pequena e minoritária, desempenhou papel importante e de destaque, principalmente na defesa dos interesses da classe operária, advogando, entre outras propostas, o direito de greve, a liberdade e a autonomia sindical” (SEGATTO, 1981, p. 64).

João Amazonas, deputado federal, representante do PCB na Assembléia Constituinte, frisava que “as greves que estavam acontecendo no país eram greves de caráter econômico, visando à melhoria das condições de vida dos que trabalham, greves ordeiras, dirigidas contra a intransigência desumana de alguns patrões, greves justas e dignas de respeito de todos” (ALMINO, 1980, p. 311). O PCB diferia, assim, dos representantes de outros partidos quanto à atribuição da responsabilidade pela situação prejudicial à economia do país ou ao progresso e desenvolvimento. “Enquanto para aqueles mais diretamente identificados com os interesses dos industriais as greves eram fruto de agitação, para a qual contribuía o próprio PCB, e eram uma das causas da inflação, para este partido era a intransigência dos industriais e a incompreensão do governo que explicavam a continuidade das greves, que ocorriam por causa da inflação” (ALMINO, 1980, p. 312).

Durante a elaboração da constituição, a polícia fechou sedes do PCB em várias cidades. O mês de julho foi marcado por conflitos políticos e sociais violentos no Rio, em Santos (SP) e em outras cidades dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Piauí. Nesse período, o PCB já detém, “no meio sindical, um importante papel no trabalho de massa, seja apresentando-se como alternativa conseqüente

na direção dos sindicatos, em substituição às diretorias ‘pelegas’, seja no trabalho de sindicalização, seja na direção dos movimentos grevistas, ou ainda na organização de comissão de fábricas” (MARANHÃO, 1979, p. 77). O MUT, como visto acima, teve papel essencial nesse processo.

À medida em que o PCB torna mais clara sua postura em relação às questões sociais, o governo Dutra começa a aumentar a repressão e usar da força para conter o Partido. Assim é que, no dia 23 de maio de 1946, um comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, para comemorar seu primeiro aniversário de legalidade, “é violentamente dispersado pela polícia de Pereira Lira [chefe da polícia do distrito federal], que atira sobre militantes e simpatizantes do partido” (CARONE, 1980, p. 11).

O governo cada vez mais estava engajado em podar a expansão do comunismo, através da mobilização de vários setores da sociedade, como a polícia, o Judiciário, os militares, assim como os industriais. “Em maio de 1946, o governo passa a expulsar do governo e do exército as pessoas acusadas de alguma relação com o comunismo” (HILTON, 1991, p. 208).

Toda a situação piora quando das preparações para as eleições de 19 de janeiro de 1947, em que seriam eleitos os governadores estaduais, assembleias legislativas, prefeituras e câmaras municipais. O PCB em campanha começa a mobilizar uma grande quantidade de pessoas para seus comícios. Segundo dados do jornal *Tribuna Popular*, no dia 3 de janeiro 40 mil pessoas se reuniam em Niterói em comício do PCB; no dia 4, outras 40 mil se reuniam em São Paulo. No dia 7 de janeiro, 80 mil pessoas eram reunidas na Bahia, e no dia 8, em Sergipe, 30 mil compareciam para ouvir as palavras de Prestes. Prestes falou a 50 mil pessoas em Maceió, em 10 de janeiro, e a mais de 300 mil em Recife, no dia 13. Um comício na praça da Bandeira, em São Paulo, reunia meio milhão de pessoas, e no dia 16 de janeiro o mesmo número de pessoas estavam presentes no Campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Vê-se que esses números da *Tribuna Popular*, por mais que possam conter algum exagero, mostram a força do Partido.

Nessas eleições de 1947, o PCB conseguiu eleger 46 assentos em 15 diferentes estados, conseguindo também mais dois lugares no congresso federal, e conseguiu eleger mais representantes na câmara municipal do Rio de Janeiro do que qualquer outro partido – sendo que entre eles estava Agildo Barata, que também tinha participado do levante de 35, e estava ligado às últimas greves no país (HILTON, 1991, p. 208). Além do que, em uma aliança feita em São Paulo, o candidato apoiado pelo PCB conseguiu se eleger. Esse candidato era Adhemar Barros, que tinha sido interventor durante o Estado Novo.

Portanto, o crescimento orgânico do PCB foi rápido e contínuo. E “por mais que ainda não ameaçasse no momento a hegemonia eleitoral dos três grandes partidos, PSD, UDN e PTB, ele incomodava, e esse seu crescimento se confundia bastante, bem ou mal, com o avanço dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores” (MARANHÃO, 1979, p. 71).

A singularidade do fenômeno era evidente: “não é apenas a única vez na história do país em que o PCB se torna um partido de massas, é a única vez na história do país em que surge um verdadeiro e moderno partido de massas” (VINHAS, 1982, p. 89). Tal situação tenderia a acirrar a postura anticomunista das classes dominantes brasileiras, o que culminaria, mais tarde, no fechamento do Partido.

2.3. O Brasil e suas relações com a URSS

Chegando ao fim a Segunda Guerra Mundial, os governantes brasileiros percebiam que, para se sentarem nas mesas de negociações e desempenharem o grande papel que eles acreditavam que o Brasil teria no pós-guerra, o país deveria reatar suas relações com a União Soviética. Esse era um ponto muito polêmico e delicado no Brasil, principalmente pelo seu histórico de relações com a União Soviética. As relações entre esses dois países estavam rompidas desde 1917, decorrente do fato de o governo brasileiro não reconhecer o novo governo resultante da revolução bolchevique. Em 1935, para piorar a situação dessas relações, o PCB tentou dar um golpe, e este ficou associado aos interesses da União Soviética no Brasil⁶.

O governo Vargas continuou a sustentar o não-reconhecimento, mesmo depois que se havia firmado a aliança da URSS com os aliados ocidentais. Já tinha sido feita uma sugestão de aproximação pelos Estados Unidos, em 1942, porém essa foi recusada pelo governo brasileiro. Em 29 de janeiro de 1943, no encontro que tiveram na cidade de Natal, Roosevelt levantou o assunto com Vargas, visto que a luta contra o inimigo comum aconselhava a aproximação com a URSS. Na verdade, esse interesse norte-americano derivava do fato de que, “segundo rumores que circulavam na época, a União Soviética recusava-se a sentar à mesa de negociações com países que não a reconhecessem, e os

⁶ Para Rodrigues, mesmo levando-se em conta o fato de que “a liderança ostensiva da ANL não era comunista, a decisão de sua formação e de tentar o golpe foi tomada em Moscou pela Internacional [Comunista] com o apoio dos comunistas brasileiros” (RODRIGUES, 1981, p. 372).

Estados Unidos precisavam do voto do Brasil na Conferência de São Francisco”, realizada em abril de 1945 (BANDEIRA, 1973, p. 299). Enfim, os sucessos militares soviéticos nos últimos meses da guerra na Europa, já em 1945, mostraram a inevitabilidade do reatamento. Vargas ainda resistiu, pois sabia que muitos setores sociais e instituições influentes colocavam-se contra a medida; porém, apesar de toda a relutância, foi enviado aos Estados Unidos o ministro Pedro Leão Velloso, que manteve um encontro, mediado pelos norte-americanos, com o embaixador soviético, e assim “foram reatadas as relações em 2 de abril de 1945” (MOURA, 1983, p. 93).

Esse reatamento só ocorreu, como vimos acima, porque “o governo brasileiro entendeu a necessidade dele para poder participar de alguma forma das negociações de paz no pós-guerra” (MOURA, 1991, p. 87). É nesse contexto de necessidade, e não de boa vontade, que são reatadas as relações entre esses dois países – as quais durariam pouco mais de 2 anos e meio e, durante esse curto tempo, sempre estiveram marcadas por divergências e problemas de lado a lado.

A troca de embaixadores só viria a ocorrer em junho de 1946. O embaixador brasileiro em Moscou seria o diplomata Mário Pimentel Brandão – um personagem que havia apoiado o golpe que implantou o Estado Novo, sendo “um dos signatários da Constituição outorgada que o instituiu”, e havia sido também embaixador do Brasil nos EUA, em 1944 (DHBB, 2001, p. 782).

Pimentel Brandão chegou a Moscou em 30 de junho de 1946, e, desde o começo, demonstrou seu desinteresse e sua visão negativa com relação àquele país. As suas primeiras impressões, enviadas ao Itamaraty, diziam que “a União Soviética era um país feio, frio, [...] seus habitantes eram tristes e quatro séculos atrasados nos seus modos de higiene” (HILTON, 1991, p. 202).

Logo depois, a 9 de julho, Pimentel Brandão, por telegrama, reclamava do hotel em que estava hospedado, dizendo que “a situação do hotel é em verdade degradante. O conforto é aleatório. A alimentação chega a ser, por vezes, repugnante” (telegrama de 12 de julho de 1946 – Arquivo Histórico do Itamaraty [AHI] – 35/04/14).

As críticas ao hotel em que estava hospedada a delegação brasileira eram uma constante nas correspondências de Pimentel Brandão com o Itamaraty. Porém, apesar dessas críticas, em 21 de dezembro de 1946 Brandão notava que a cidade de Moscou havia ficado bastante danificada pela Guerra e dizia que o *Hotel Nacional*, em que eles estavam hospedados, era o melhor da cidade, e reservado especialmente para as missões diplomáticas (correspondência de 21 de dezembro de 1946 – AHI 35/04/14).

Ao mesmo tempo, em que Pimentel Brandão reclamava das condições precárias em que estava instalado em Moscou, o embaixador soviético no Brasil, Jacob Suritz, que havia desembarcado no Brasil em maio de 1946, “reclamava do pouco caso dispensado a ele por parte do governo brasileiro”; teria sido criada pelo governo brasileiro, em relação a esse embaixador, uma “atmosfera de gelo” (HILTON, 1991, p. 214). Além disso, “com menos de 2 meses de sua chegada ao Brasil”, Suritz protestava perante João Neves da Fontoura, então ministro das Relações Exteriores do governo Dutra, “sobre as acusações que a *Hora do Brasil*⁷ fazia à União Soviética. Fontoura, que levou a reclamação a Dutra, escutou como resposta que não deveria dar nenhuma explicação ao diplomata soviético” (HILTON, 1991, p. 215).

Em setembro, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Pereira Lira, fez público outro fato contra Moscou, dizendo que um cidadão “russo” estava tentando entrar ilegalmente no Brasil disfarçado de marinheiro: tratava-se do chefe da delegação soviética em Montevideú, que teria desembarcado em Porto Alegre usando uma falsa identidade. Embora não indicasse os supostos motivos dessa entrada, Lira dava a entender que se tratava de espionagem ou alguma outra atividade subversiva. Jacob Suritz contestava a acusação dizendo que se tratava de um diplomata soviético que trabalhava no Uruguai, o qual “veio ao Rio uma só vez em caráter oficial, com visto da embaixada do Brasil no Uruguai” (cf. telegramas expedidos – AHI 35/4/17; v. tb. HILTON, 1991, p. 215).

Esses dois fatos levaram Pimentel Brandão a ser chamado no Ministério dos Negócios Exteriores em Moscou, para explicar as acusações. Nesse encontro, que Brandão descreve como tendo sido “cordial”, o funcionário soviético, adjunto do Ministério, teria dito “com graça, mas com firmeza, que a imprensa soviética poderia perder a paciência, o que seria muito mau começo para as nossas relações”. O adjunto ainda pedia informações precisas sobre “o modo de pensar” do governo brasileiro quanto ao futuro da relação entre os dois países (telegrama de 20 de setembro de 1946 – AHI 35/4/16).

Apesar de todos esses problemas e desentendimentos iniciais, Pimentel Brandão dizia que cabia ao Brasil “liderar os demais representantes dos países latino-americanos, induzindo-os a agir no sentido de poderem influenciar diretamente na própria tendência política geral russa” (telegrama de 12 de julho de 1946 – AHI 35/4/16).

Porém esse discurso estava muito distante da realidade da missão brasileira naquele país, pois, ao mesmo tempo em que dizia que o Brasil deveria exercer a liderança entre os

⁷ A *Hora do Brasil* era um programa radiofônico estatal, transmitido diariamente em rede nacional, que divulgava o ponto de vista oficial sobre os principais acontecimentos da vida política nacional.

países latino-americanos, Pimentel Brandão reclamava com o Itamaraty da falta de máquinas de escrever, cofre e até mesmo material de expediente para os trabalhos da embaixada, assim como da necessidade urgente de um intérprete, “pois as notas do governo eram em Russo, e não havia em Moscou nenhum jornal estrangeiro” (telegramas de 9 e 16 de julho de 1946 – AHI 35/4/16).

O Itamaraty, em resposta dada em telegrama do dia 19 de julho, lamentava “não ser possível a contratação de um intérprete, pois estava esgotada a verba própria”, e acrescentava que, logo que fosse “concedida a suplementação solicitada, será dada solução ao caso” (AHI 35/4/17).

Contudo, o tempo foi se passando e as reclamações por um intérprete continuavam. No dia 21 de setembro de 1946, Pimentel Brandão dizia que não havia conseguido ainda um intérprete e que, para poder acompanhar o que estava acontecendo em Moscou, “era necessário recorrer à[s] Embaixada[s] da Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, que distribuem um resumo, aliás bastante oneroso⁸, escrito na língua inglesa, da impressão diária de Moscou” (ofício de 21 de setembro de 1946 – AHI 35/4/14). É importante destacar que até o dia do rompimento de relações entre esse dois países, ocorrido em 21 de outubro de 1947, a embaixada brasileira em Moscou ainda não contava com um intérprete.

Na verdade, a embaixada não contava sequer com uma sede apropriada para o seu funcionamento. Durante todo o tempo em que Pimentel Brandão esteve em Moscou, por volta de 1 ano e 3 meses, a embaixada brasileira se localizou no quarto nº 419 do Hotel Nacional.

Com relação a essa questão da sede, já nas primeiras correspondências com o Itamaraty Pimentel Brandão dizia que não havia sido disponibilizado ainda um lugar para que fosse instalada a embaixada brasileira. Assim, foi somente no dia 18 de julho de 1947, isto é, um pouco mais de um ano depois de sua chegada a Moscou, que o embaixador informou: “agora nos está sendo oferecida uma instalação para a embaixada nas bases que passo a expor”. Segundo essas bases, o governo soviético alugaria ao embaixador do Brasil “um imóvel composto de um corpo central e duas alas, contendo cerca de quarenta salas e quartos, tudo em perfeitas condições. O que traria uma despesa de 25.000 dólares anuais de aluguel, fora todo o mobiliário e materiais de casa que terão que ser adquiridos” (ofício de 18 de julho de 1947 – AHI 35/4/15).

⁸ O que Brandão queria dizer é que esse resumo não era distribuído gratuitamente, ao contrário, tinha um preço que o diplomata considerava alto.

O Itamaraty respondeu instruindo Pimentel Brandão a efetuar uma contraproposta: “o Ministério brasileiro se colocava a disposição de pagar o aluguel das duas casas mobiliadas ocupadas pela referida Missão Soviética no Brasil, em troca de uma casa mobiliada, posta nas mesmas condições à disposição dessa embaixada” (telegrama n. 46, de 25 de julho de 1947 – AHI 35/4/17).

Em resposta, Pimentel Brandão opinou que era muito pouco provável que tal proposta obtivesse êxito: “Uma proposta assim seria muito razoável e perfeitamente exequível na maior parte dos Estados com os quais o Brasil mantém relações”, dizia Brandão, mas “revela infelizmente da parte do seu inspirador um profundo desconhecimento das realidades, na União Soviética, onde tudo obedece a estrita burocracia de linha fixas e invariáveis” (ofício de 28 de julho de 1947 – AHI 35/4/15).

Assim, em 24 de agosto, Pimentel Brandão reclamava que, se “o governo brasileiro se ativer à sugestão contida no telegrama nº 46, ficarei, por tempo indefinido, como único embaixador hóspede em hotel, o que é situação profundamente vexatória, porquanto até o Embaixador Argentino, chegado um ano depois de mim, estará instalado antes do Inverno” (ofício de 24 de agosto de 1947 – AHI 35/4/15).

Talvez, além de ser efetivamente cara a instalação em Moscou, o governo brasileiro não estivesse tão interessado em ter boas relações com a União Soviética, mesmo que fossem relações comerciais. Pelo que se pode depreender das fontes, a visão restrita (e, pode-se dizer, preconceituosa) das autoridades brasileiras, em relação ao comunismo e à União Soviética, impediu até mesmo qualquer tipo de relações comerciais entre os dois países. Em ofício confidencial enviado a 5 de setembro de 1946, Pimentel Brandão informava que algumas firmas brasileiras se dirigiam à embaixada brasileira em Moscou no intuito de se estabelecer relações comerciais com as empresas russas. No entanto, o próprio Brandão desaconselhava a idéia, pois, segundo ele, criar um escritório brasileiro de Propaganda Comercial em Moscou seria inútil e, ademais, traria grandes dificuldades políticas para o Brasil: na opinião do embaixador, para criar tal escritório

seria necessária a autorização do governo soviético, que certamente se aproveitaria da situação para pedir o estabelecimento de um escritório comercial soviético no Rio de Janeiro, [o qual] serviria de escritório de quinta coluna, e mesmo que não fosse esse o intuito do governo soviético, serviria sempre como um centro de proselitismo e de difusão do credo vermelho (ofício confidencial de 5 de setembro de 1946 – AHI 35/4/14).

Além disso, o Itamaraty praticamente desprezou uma manifestação do ministro das Relações Exteriores da União Soviética, que desejava “saber o acolhimento do governo brasileiro acerca do estabelecimento de uma corrente turística entre os dois países” (telegrama de Pimentel Brandão, novembro de 1946 – AHI 35/4/16).

A resposta do Itamaraty, que veio a 28 de novembro, instruía Pimentel Brandão a responder que “a questão do turismo no Brasil estava a cargo de empresas privadas” e que “não há, no Brasil, nenhuma restrição no turismo”. Mas recomendava também cautela, de molde “a não encorajar no momento a vinda de turistas, salientando, por exemplo, as dificuldades de alojamento nas grandes cidades, dada a escassez de hotéis e etc.” (telegrama de 28 de novembro de 1946 – AHI 35/4/17).

A verdadeira justificativa para essa resposta negativa, no entanto, conforme assinala Hilton, “era de que não havia turistas soviéticos que poderiam vir ao Brasil, pois as viagens de pessoas daquele país ao ocidente eram controladas pelo governo soviético”. Assim, “algumas autoridades brasileiras diziam que os únicos turistas que de fato poderiam ingressar no Brasil seriam pessoas com funções políticas disfarçadas” (HILTON, 1991, p. 215-216).

Outro autor registra que a União Soviética “ainda mandou uma missão ao Rio, que tentou criar boa vontade em favor da URSS, estimulando assim relações comerciais” entre os dois países, “porém sem maiores resultados” (HAINES, 1989, p. 27). Conforme já observamos acima, o governo Dutra “viu a missão soviética como uma busca para encontrar e dar suporte a comunistas locais” (GIOVANNETTI, 1986, p. 29).

Como vemos então, essas relações não eram vistas com bons olhos pelos formuladores da política externa do Brasil. Aqui talvez seja importante destacar que, como aliás já foi dito, o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Raul Fernandes, acreditava que “uma guerra entre ocidente e oriente era inevitável”, sendo este o único meio de conter a expansão da União Soviética sobre a Europa (MOURA, 1983, p. 44-45). O mesmo Raul Fernandes, por ocasião da Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, em setembro de 1947, manifesta-se a favor da “adoção de medidas de âmbito continental contra o ‘comunismo’ e as ‘atividades subversivas’ que seriam expressão do ‘expansionismo soviético’” (MOURA, 1991, p. 65).

Essa relação, que já não ia muito bem, ficou ainda pior quando, no dia 8 de dezembro de 1946, um dos funcionários da embaixada brasileira em Moscou (João Batista Soares de Pinna) teve uma discussão com o chefe do restaurante do Hotel Nacional. Segundo o relato de Hilton, isso acabou gerando uma briga que também envolveu o

gerente do hotel e a polícia. Pinna teve suas mãos e pés amarrados e, quando foi solto, começou a jogar vários objetos contra os funcionários do hotel (HILTON, 1991, p. 203).

Esse episódio, com seus desdobramentos, pode ser analisado com base em um longo ofício secreto⁹, acompanhado de farta documentação, enviado por Pimentel Brandão ao Itamaraty em 21 de dezembro de 1946 (AHI 35/04/14).

Pelo que se observa, Brandão tentou resolver esse problema sem causar muito alarde. Assim, no dia seguinte ao incidente, mandou uma nota ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Moscou¹⁰ pedindo que fosse dado a Soares Pinna um bom quarto, com sala de banho, em outro hotel (o *Metrópole* ou o *Savoy*), dizendo apenas que tal pedido era motivado por um “incidente recente ocorrido no Hotel Nacional”. Nas palavras de Brandão, “o senhor Pinna se viu envolvido em condições tão estranhas que a embaixada prefere limitar-se a assinalar apenas seu caráter desagradável, sem insistir em seus pormenores”.

Pimentel Brandão recebeu como resposta do Ministério soviético uma nota, datada de 10 de dezembro, a qual dizia que, “na noite de 8 a 9 de dezembro, o secretário da embaixada [Pinna], em estado de embriaguez, desencadeou no café, e depois no Hotel Nacional, um escândalo, acompanhado de atos de desatino, que não são compatíveis com a posição ocupada pelo sr. Pinna, membro de uma missão diplomática”¹¹.

Nesse “conflito”, prosseguia a nota, “o Sr. Soares Pinna socou os cidadãos soviéticos Srs. Jirnov, Levitchenko, Blinov, Sherikev e Brodski, que se encontravam em serviço. Além de quebrar a porta do café do Hotel, uma lâmpada, os acessórios de uma mesa de escrever, e a cadeira do administrador do serviço do Hotel, bem como o relógio pulseira do Maitre do Hotel, Sr. Scorikoff. O total dos prejuízos atinge 8.500 rublos”. Enfim, pedia-se à embaixada brasileira que fossem “tomadas as medidas necessárias para a saída imediata deste senhor do território da URSS”, além de “providências no sentido de indenizar os prejuízos causados por Pinna Soares”.

⁹ Apesar dos ofícios secretos e confidencias estarem em sua grande maioria no Palácio do Itamaraty em Brasília, como explicitado na introdução, um ou outro, pode ser encontrado no Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro, como é o caso deste.

¹⁰ Pimentel Brandão sempre se refere à chancelaria soviética como *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, porém, na correspondência que ele recebe desse Ministério, elas contêm o nome de *Ministério das Relações Exteriores*.

¹¹ O original da nota, em idioma russo, encontra-se entre a documentação que, como foi dito, acompanha o referido ofício de Pimentel Brandão. A transcrição da nota, em idioma português, encontra-se no interior do próprio ofício. Desse modo, pode-se deduzir que, como a embaixada brasileira não dispunha de um intérprete oficial, Brandão precisou recorrer aos serviços de algum tradutor de russo. Estas mesmas observações valem para outras notas em condições semelhantes, que ainda serão citadas neste trabalho.

Pimentel Brandão continuou tentando evitar maiores problemas decorrentes do incidente, e, no mesmo dia em que recebeu essa nota, reuniu-se com “o senhor Malik” (vice-ministro dos Negócios Estrangeiros), a fim de

pedir-lhe a retirada da nota, cuja entrada no arquivo da embaixada, além de desagradável, oficializava o caso e me impedia de ventilá-lo amigavelmente e com altura, reduzindo-lhe e não lhe aumentando as conseqüências que podiam ser nocivas às relações entre a Embaixada e o Ministério, caso fosse o assunto divulgado ou não tivesse justa solução.

A intenção de Pimentel Brandão, segundo ele próprio, era “não ser embaraçado pelos papéis e ficar sempre senhor de agir como entendesse”.

O Ministério soviético, contudo, recusou o pedido de Brandão, enviando-lhe, no dia 12 de dezembro, uma nova nota, a qual informava que “o Ministério dos Negócios Estrangeiros continuava recebendo queixas da Direção do Intourist¹², da Administração do Hotel e do Café Nacional, bem como de órgãos de milícia e dos cidadãos soviéticos que foram testemunhas dos atos de Pinna Soares”. Em anexo a essa nota, vinham cópias das queixas e petições referentes ao caso, contendo inclusive os depoimentos de várias das pessoas envolvidas no incidente.

Um desses depoimentos era o do diretor do Hotel Nacional, dizendo que o morador do quarto nº 407, Soares Pinna, havia desencadeado um escândalo no Café do Hotel e, a seguir, no Hotel Nacional. Esse documento acusava Soares Pinna de ter forçado a entrada no Café e, em estado de embriaguez, haver tentado subir no palco da orquestra de jazz que estava tocando. As acusações eram assinadas pelo líder e demais músicos da banda de jazz, pelo diretor do Café Nacional, pelo Maitre do hotel, pelo próprio diretor do Hotel Nacional, pelo encarregado do quarto andar, pela arrumadeira, pelo substituto do diretor do hotel, pelo administrador de serviço, pelo empregado do vestuário de serviço, pelo porteiro e pelo miliciano (policial) de serviço do posto 83. Havia também o depoimento do chefe do departamento 83º da milícia da cidade de Moscou, dizendo que o policial em serviço perto do Hotel Nacional “verificou, próximo da entrada do Hotel Nacional, um grupo de pessoas fazendo barulho, viu uma briga e tentou separar, em resposta Pinna o empurrou, dando socos, arrancando o sabre do policial, rasgando o capote”.

¹² Esta, uma repartição soviética destinada a facilitar as excursões e alojamentos dos turistas. No caso das embaixadas, esse órgão fazia a intermediação, entre o chefe da missão diplomática, e no caso, o Hotel Nacional.

Outro documento assinado pelo administrador chefe do Hotel Nacional dizia que, somente durante o mês de dezembro, Soares Pinna já havia provocado 3 escândalos no Hotel, todos eles relacionados a bebedeira, bagunça e mulheres¹³.

Mesmo após receber a nota acima como resposta, Pimentel Brandão enviou no mesmo dia, 12 de dezembro, uma nova nota dizendo que “esta resposta não encerrará, talvez, a questão”, e manifestando o desejo de receber uma resposta de viva voz pelo próprio vice-ministro. Porém essa sua estratégia perdeu todo o sentido quando, no dia 20 de dezembro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou mais uma nota, nos seguintes termos: “infelizmente, a Embaixada [brasileira] tomou uma atitude de total e injustificada negação dos fatos, que realmente se produziram. Acresce que tal versão prova a falta de boa vontade da Embaixada em esclarecer os fatos para chegar à verdadeira conclusão deste extraordinário e desagradável incidente”.

Assim, após finalmente perceber que não teria como “agir como entendesse”, Pimentel Brandão enviou ao Itamaraty, no dia 21 de dezembro, o ofício secreto que temos mencionado. Nesse documento, Brandão explicava “que o modo de proceder sugerido pelo embaixador [Brandão] não tinha sido infelizmente aceito”, de modo que “a Embaixada do Brasil se encontrava, com grande pesar, forçada a dar-lhes, por sua vez, uma resposta por escrito, o que era precisamente seu desejo evitar” (ofício secreto de 21 de dezembro de 1946 – AHI 35/04/14).

Nesse mesmo ofício, Pimentel Brandão expunha também sua própria versão do incidente¹⁴. Nessa explicação, o embaixador dizia que, na tarde do dia 8,

estivemos o pessoal desta embaixada e outros diplomatas no quarto de um colega ouvindo o novo e potente aparelho de rádio que o senhor Soares Pinna adquirira em Estocolmo. Distraídos, lá demoramos até cerca de 10 horas da noite, sem que absolutamente nada de anormal acontecesse. Fizeram-se as despedidas para o jantar, que ultimamente só é servido até essa hora. O senhor Soares de Pinna descera ao Café Nacional e ocupara um lugar na fila à espera de mesa. Algumas pessoas que estavam atrás dele começaram a ser atendidas antes dele, e após reclamar, o maitre d’hôtel lhe chamou e o empurrou para a rua, quando um policial veio, e [Pinna] mostrou a identidade do Ministério dos

¹³ Talvez não seja demais notar que, pelo que pudemos colher da documentação, Soares de Pinna era o único homem solteiro da delegação brasileira.

¹⁴ Antes disso, Pimentel Brandão havia enviado ao Itamaraty apenas um telegrama, datado de 12 de dezembro, no qual dizia somente que Soares Pinna “iria para Berlim, não retornando a Moscou, visto o sério incidente aqui verificado, do qual tenho pleno conhecimento, e no qual o referido funcionário, além de ter razão, comportou-se dignamente. As circunstâncias especiais e difíceis deste posto, são a causa fundamental do fato. Em ofício explicarei com pormenores o incidente” (telegrama de 12 de dezembro de 1946 – AHI 35/4/16).

Negócios Estrangeiros da URSS. Houve mais confusão, o senhor Pinna foi novamente atirado para a rua e, seguindo seus agressores, partiu para a violência; o diplomata brasileiro lutou valentemente contra os oito russos, entre eles o miliciano, mas, subjugado pelo número, foi amarrado de pés e mãos com guardanapos. Nestas condições foi conduzido ao hall do hotel e imobilizado numa poltrona.

Pelo que talvez se pode deduzir de todo esse relato, o embaixador brasileiro parecia estar, efetivamente, “protegendo” seu subordinado Soares de Pinna. Contudo, cremos que talvez seja necessário, nesse caso, levar em conta também as diferenças culturais, entre cidadãos dos dois países. A esse respeito, de fato, cabe notar que, segundo Pimentel Brandão, os problemas ocorridos com Pinna Soares eram derivados do tratamento dispensando aos hóspedes do Hotel: “a relação dos hóspedes com os ‘hoteleiros’ no Hotel Nacional, sem exceção alguma”, diz Brandão, “são parecidas às existentes entre presos e guardas” (ofício secreto de 21 de dezembro de 1946 – AHI 35/04/14).

Seja como for, o importante de tudo isso não é saber qual a versão verdadeira dos fatos, mas o que esse incidente desencadeou no futuro das relações entre esses dois países. De fato, depois que este episódio veio a público, começou a haver trocas de acusações das duas partes. “No Congresso brasileiro, deputados começaram a usar seu discurso para destacar a necessidade do rompimento das relações. E os jornais, em seus editoriais, começaram a questionar qual seria o ganho do Brasil na relação com a União Soviética” (HILTON, 1991, p. 203-204). O mesmo autor continua:

Em 20 de janeiro de 1947, Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, lançou uma nota à imprensa rejeitando categoricamente o pedido de pagamento [da indenização aos soviéticos] e atribuindo o episódio ao tipo de tratamento dispensado pela União Soviética aos representantes estrangeiros em seu país. A estratégia da URSS aumentou ainda mais o problema, pois o governo soviético permitiu que seus jornais condenassem o que eles chamavam de *difamação* fabricada pelos jornais brasileiros, acusando estes de *reacionários e fascistas* (HILTON, 1991, p. 204).

Com o tempo, “o problema diplomático entre os dois países foi tomando proporções cada vez maiores. Todo pequeno detalhe servia para acrescentar uma pedra no muro que separava as duas nações” (SILVA, 1976, p. 377).

No entanto, Hilton avalia que, “apesar de toda hostilidade, a URSS manteve o controle da situação, permitindo que os jornais daquele país fizessem apenas pequenas críticas à política brasileira, fato esse que até surpreendeu os observadores internacionais”. Quando, porém, o governo brasileiro “fechou o PCB, em maio de 1947, houve uma forte reação da imprensa soviética” (HILTON, 1991, p. 216).

O fechamento do PCB representou, efetivamente, um momento importante no processo de deterioração das relações Brasil-URSS.

Foi “em decorrência desse fato que, nesse mesmo mês de maio de 1947, o Embaixador soviético Jacob Suritz foi chamado para a União Soviética, enviando, antes de partir, uma carta ao Ministro das Relações Exteriores, que já era Raul Fernandes, dizendo que lamentava profundamente as ocorrências que culminaram com o fechamento do PCB”. (SILVA, 1976, p. 378). Também Haines registra que Stalin reagiu em relação ao fechamento do PCB pelo governo Dutra, chamando de volta seu embaixador no Brasil (HAINES, 1989, p. 28). Contudo, convém assinalar que essa ida de Suritz, a Moscou não foi definitiva; ao contrário, ele retornou a seu posto no Brasil algum tempo depois.

De Moscou, Pimentel Brandão informava por sua vez que, a partir do fechamento do PCB, os jornais soviéticos lançavam, com uma certa freqüência, matérias criticando o governo brasileiro. Assim, no dia 17 de maio os jornais soviéticos transcreviam trechos de artigo do jornal brasileiro *Tribuna Popular*, no qual se dizia “que o povo brasileiro está convencido de que a ofensiva lançada agora contra a democracia no Brasil está organizada diretamente pelo imperialismo americano. A cortina de fumo lançada pela imprensa reacionária está, pois, custeada com fundos secretos americanos, sob o índice de propaganda, porém com o único objetivo de submeter o Brasil ao capitalismo americano”. No dia 18, os jornais soviéticos “se referem aos excessos policiais, como prisões arbitrárias e varejamento de domicílios particulares e oficiais de indivíduos da organização comunista” (telegrama de 18 de maio de 1947 – AHI 35/4/16).

No dia 1º de julho, Pimentel Brandão informava também que o jornal *Izvestia*, em artigo, dizia que “três membros do Supremo Tribunal Eleitoral do Brasil converteram o mesmo em tribuna de irresponsáveis ataques contra a União Soviética” – referindo-se aqui ao julgamento do Partido Comunista Brasileiro e aos três juízes que votaram a favor da sua cassação (ofício de 2 de julho de 1947 – AHI 35/4/15).

No dia 12 de setembro, depois da Conferência Interamericana do Rio de Janeiro (na qual, como vimos, o próprio Raul Fernandes tinha sugerido medidas mais enérgicas contra a União Soviética e o comunismo), os jornais soviéticos resumiam esse encontro dizendo que “a conferência foi um verdadeiro tecido de má fé” e se referiam a Eurico Gaspar Dutra como “aquele que uma vez recebeu de Adolf Hitler a Cruz Vermelha por serviços especiais” (telegrama de 12 de setembro de 1947 – AHI 35/4/16).

Em 2 de outubro, as críticas foram direcionadas a Osvaldo Aranha, que então era o presidente da Assembléia Geral da ONU. Ocorrerá que, depois de encerrada a votação

referente à disputa, entre Ucrânia e Índia, por um lugar no Conselho de Segurança da ONU, Aranha não permitiu que o delegado soviético usasse a palavra para criticar os Estados Unidos, os quais, contrariando a própria Carta da ONU, haviam apoiado a Índia. Assim, Aranha foi tratado com sarcasmo pelos jornais soviéticos, que mencionavam “sua atitude renhida e seu desconhecimento dos precedentes da Ucrânia e da Índia” e ainda o chamavam de “agente do Departamento de Estado norte-americano, opondo sua violência à serenidade do delegado desse país [URSS]” (telegrama de 2 de outubro de 1947 – AHI 35/4/16).

Dois dias depois, a 4 de outubro de 1947, o próprio presidente Dutra era atacado pelo periódico soviético *Literaturnaya Gazeta*. O jornal sarcasticamente criticava Dutra e as forças armadas brasileiras. Um artigo dizia que “a carreira de Dutra tinha sido feita no apoio da oligarquia do café, e não uma carreira profissional”. Além disso, acusava Dutra de ter “uma mórbida paixão pelo nazismo alemão” e dizia que, “aparentemente, o General do Café tinha tanto medo do Exército Vermelho que se assustava mesmo quando esse aparecia na tela [do cinema]” (HILTON, 1991, p. 217-218).

No final de toda essa relação, fica uma pergunta sobre até que ponto o governo brasileiro não atuou com preconceitos em relação à União Soviética, e até que ponto esse governo não poderia ter agido de uma forma diferente, não deixando que sua visão ideológica restrita interferisse diretamente até mesmo em suas possibilidades econômicas. De fato, ao mesmo tempo em que algumas lideranças brasileiras, entre elas Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores, parecia estar se digladiando com a União Soviética, em uma disputa de Davi e Golias, países como Uruguai e Argentina (para citar apenas países latino-americanos) estavam fechando acordos comerciais com a União Soviética. O próprio Pimentel Brandão, ao comentar o acordo comercial feito entre a Argentina e a União Soviética, notava que, entre os gêneros previstos para esse intercâmbio, existiam alguns que interessavam também ao Brasil. De fato, analisando a situação da Argentina na União Soviética, Brandão dizia que, “com o recente estabelecimento de numerosa Embaixada argentina, com amplo programa de negócios, agrava-se, pelo contraste, a nossa posição já delicada”, e continuava: “Já perguntei, e reitero agora, quais as instruções do Governo brasileiro sobre o futuro das relações entre o Brasil e este país” (telegrama de 15 de agosto de 1947 – AHI 35/4/16).

A essa indagação do embaixador, o Itamaraty já havia, na verdade, respondido anteriormente, em termos claros e categóricos:

O futuro de nossas relações com a Rússia está condicionado à atitude desse governo em relação ao Partido Comunista. Enquanto o governo soviético fizer desse partido o instrumento de propaganda de uma ideologia e de uma política inteiramente contrárias às conveniências do Brasil, à sua forma de governo e ao modo de viver dos brasileiros, é evidente que nossas relações com esse Governo não poderão ser normais. Se hoje não nos entendemos melhor, a culpa não é, pois, nossa (telegrama de 2 de julho de 1947 – AHI 35/4/17).

Portanto o governo brasileiro, além de associar diretamente a União Soviética ao Partido Comunista Brasileiro, ainda culpava aquele país pelo estado em que se encontravam suas relações bilaterais. O governo brasileiro, ao que parece, não conseguia, ou não desejava, separar, nem distinguir uma coisa da outra. Conforme já observamos, isso é perfeitamente explicável se levarmos em consideração que “não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna” (MILZA, 2003, p. 369).

Em outras palavras, ao que parece, naquele momento a política interna brasileira, isto é, a “ameaça” representada pelo Partido Comunista, tinha um peso maior que os eventuais benefícios econômicos de um intercâmbio com a União Soviética. De certo modo, portanto, pode-se verificar que, diferentemente do ocorrido com o governo Vargas, durante o Estado Novo, agora o governo brasileiro possivelmente deixava de aproveitar possibilidades de negociação em um mundo dividido.

2.4. Paranóia ou assombração?

Aqui chegamos a um ponto dos mais polêmicos, que é o seguinte: até que ponto o PCB e as relações brasileiras com a União Soviética representavam, efetivamente, esse grande “perigo”. Em seu livro, Stanley Hilton diz que os estrategistas do governo Dutra “podem ter exagerado a dimensão do perigo comunista, mas que certamente estavam corretos em afirmar que o PCB era um instrumento da política exterior da União Soviética” (HILTON, 1991, p. 213).

As provas desse “perigo”, segundo Hilton, estariam nos discursos de Prestes, nos quais este dizia que, no caso de uma guerra entre Brasil e União Soviética, ele ficaria do lado da segunda. Ainda com relação a Prestes, era lembrada também sua saudação, mais que calorosa, ao embaixador da União Soviética, quando de sua chegada ao Brasil (HILTON, 1991, p. 214).

Outro fato importante nessas questões foi a descoberta de supostos sinais clandestinos de rádio, que vinham de estações “aparentemente” localizadas na URSS – o que representaria os estágios iniciais de uma tentativa de estabelecimento de um sistema de espionagem. Essa suspeita foi reforçada quando, no dia da chegada de Jacob Suritz ao Brasil, nova monitoração foi feita e novos sinais descobertos, de um modo que “indicava” que os sinais estariam sendo enviados da zona de ocupação soviética na Alemanha (HILTON, 1991, p. 214).

Continuando as suspeitas, em agosto de 1946 um funcionário do Ministério da Guerra, que era responsável pela correspondência desse ministério, tinha sido preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e teria dito em interrogatório que “pegava a correspondência oficial e a entregava a um representante do PCB, que a reproduzia e devolvia”. Ainda em 1946, “o departamento de polícia preparou um relatório indicando que a embaixada da União Soviética era um verdadeiro centro de espionagem que controlava o PCB”. Além disso, havia também o episódio, já referido, do suposto desembarque clandestino de um cidadão soviético em Porto Alegre (HILTON, 1991, p. 214-215).

Na verdade, seria preciso avaliar até que ponto essas suspeitos poderiam ser efetivamente levadas em consideração. Assim, à primeira vista, as palavras de Prestes não poderiam ser levadas tão a sério; um simples discurso no Senado e uma entrevista a um jornal não significariam algo realmente ameaçador. Do mesmo modo, o fato de Prestes ter sido caloroso na chegada de Suritz ao Brasil não dizia necessariamente nada, tanto que o presidente Truman, em 1947, em sua visita ao Brasil, havia sido também calorosamente recebido, e o general Eisenhower, em visita realizada em agosto de 1946, acabou tendo sua mão beijada pelo deputado Octávio Mangabeira, chefe da UDN, em pleno Congresso brasileiro. Assim, Konder sustenta que “as homenagens prestadas por Prestes à União Soviética não eram ‘teleguiadas’: eram espontâneas e sinceras. Não podiam ser atribuídas a nenhum comando externo” (KONDER, 1980, p. 64).

Quanto às acusações referentes aos sinais de rádio, destacam-se as palavras usadas por Hilton, “aparentemente” e “indicava”, as quais sugerem suspeitas sem uma conclusão mais clara. Portanto, o que realmente sobrava para essas acusações eram supostas provas oficiais, de validade questionável, haja vista que os órgãos policiais estavam do lado e à disposição do governo Dutra, e em momento algum se mostraram imparciais. Haines, por exemplo, escreve: “É importante ressaltar que, apesar das preocupações, nenhuma prova conclusiva pôde ser encontrada de que o Partido Comunista Brasileiro seguia ordens de

Moscou”, e “nenhuma prova poderia ser encontrada de que a embaixada soviética no Brasil fez mais do que tentar criar boa vontade em relação à União Soviética e estimular relações comerciais entre os dois países” (HAINES, 1989, p. 27).

Em outras palavras, não seria o caso aqui de afirmar ou negar cabalmente tais acusações, “mas sim, questionar se o diagnóstico que os anticomunistas faziam correspondia com o nível de organização dos comunistas em determinadas realidades, e se o perigo que eles pressentiam tinha chances de se concretizar” (RODEGHERO, 2002, p. 465).

A esse respeito, é preciso lembrar que o PCB havia organizado o levante de 1935, o qual, ao que parece, teve participação efetiva da União Soviética, e muitos militares que agora estavam no poder, incluindo o próprio presidente Dutra, haviam lutado contra os revoltosos e haviam perdido companheiros nessa luta.

Assim, o general Dutra, que, na época do levante, era comandante da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, viu alguns dos seus companheiros morrerem na luta, e, comentando o ocorrido, mencionava “os gemidos lancinantes dos feridos” e “os bravos e dignos companheiros que na estacada, na linha de frente, encontraram a morte gloriosa, na defesa da ordem e do regime” (cf. arquivo pessoal de Eurico Dutra – CPDOC/FGV – doc. ED vp 1935 12 11).

Outras figuras militares, com importantes funções políticas no governo do general Dutra, como o chefe do Gabinete Militar, general Alcio Souto, e o ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Silva, também haviam lutado para conter o levante na noite de 26 de novembro de 1935. Assim, para Hilton, “a verdade é que os líderes brasileiros, principalmente os militares, não estavam prontos para esquecer o passado” (HILTON, 1991, p. 221). O “perigo vermelho”, para esses militares, era real e deveria ser contido.

Representativo desse sentimento partilhado pelos militares é uma carta de 1944, enviada pelo general da reserva José Fernandes Ferreira ao seu amigo, general da ativa, Pinto Guedes, dizendo, em relação aos comunistas:

Não é possível que **bandidos e assassinos** que, na calada da noite, assassinaram covardemente seus irmãos de armas, a serviço da ideologia malsã e estrangeira, retornem às fileiras do nosso querido exército, à **espera de outra oportunidade** mais feliz, **o que fatalmente se dará**, porque tal vírus não se extingue, **Comunista será sempre Comunista**. Os ideais não morrem, e eles eram convencidos (CPDOC/FGV – ED vp 1944 04 28 – destaques nossos).

Finalizando a carta, José Fernandes dizia: “Fale ao nosso Chefe, General Dutra, e diga que eu **confio nele**” (CPDOC/FGV – ED vp 1944 04 28 – destaques nossos).

Vale também destacar que, na votação para a cassação do Partido Comunista Brasileiro, no dia 7 de maio de 1947 (assunto que será melhor abordado no próximo capítulo), dois dos juízes que votaram a favor do cancelamento do registro do partido utilizaram o levante de 35 como justificativa. Antonio Nogueira, por exemplo, dizia: “não é possível que nós, o Brasil liberal, [...] deixe de sentir correr o sangue de seus soldados, que o ano de 1935 lhe fez emanar do coração, por obra de estrangeiros a serviço do Komintern [Internacional Comunista]. Precisarás maior prova do que o sol rubro dos assassinatos terríveis que ensangüentaram um passado de ontem?”. Já o juiz Candido Lobo lembrava a “carnificina de 35 ainda viva na memória” (*Correio da Manhã*, 8 de maio de 1947).

Embora se trate aqui de um ponto que merece uma pesquisa mais aprofundada, parece possível dizer que a atitude do governo brasileiro, no caso, não seria de pura “paranóia”: era, em parte, o fruto de mentes assombradas ainda pelo *fantasma* de 35 – o que não quer dizer que esse fantasma não viesse sendo cuidadosamente trabalhado, já desde 1935, com o fim de justificar uma política de repressão aos comunistas e outras expressões das classes subalternas do Brasil.

Capítulo 3

VIOLETA

Ao que nos parece, desde seus primeiros meses de existência o governo Dutra assumiu a determinação de revogar o registro do Partido Comunista Brasileiro. Porém existiam ainda membros do Gabinete, possivelmente o General Góis Monteiro (ministro da Guerra), que “acreditavam que era necessário esperar mais um pouco, pois a opinião pública ainda não estava preparada” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 61).

Segundo Maria do Carmo Campello de Souza, os antecedentes da cassação devem ser procurados já no código eleitoral de 28 de maio de 1945, chamado de *Lei Agamenon*, que, no seu artigo 114, autorizava o Tribunal Superior Eleitoral a “negar registro a qualquer partido cujo programa fosse contrário aos princípios democráticos ou aos direitos fundamentais do homem, como definidos na Constituição” (SOUZA, 1983, p. 116).

Portanto, na visão de Maria do Carmo Campello de Souza, a concessão do registro do PCB em setembro de 1945 “fora feita em termos provisórios e com sérias hesitações”. No momento da concessão de registro do partido, “o relator do processo, Ministro Sampaio Dória, solicitou vários esclarecimentos sobre pontos do programa que a seu ver poderiam ser interpretados como indicativos do caráter antidemocrático do partido”. Após o registro, segundo um autor citado por Souza

o relator deixou bem acentuado que o concedia porque o Partido Comunista do Brasil declarava ter adotado métodos democráticos de ação e ter abandonado os princípios marxistas-leninistas [...]. Não satisfeito com isto, inseriu ainda no seu voto esta significativa advertência: Pode, a qualquer tempo, ter qualquer partido seu registro cancelado, se houver substituído a sinceridade pelo engodo (apud SOUZA, 1983, p. 116-117).

Este registro é de setembro de 1945, e logo em outubro, portanto pouco mais de um mês depois da sua concessão de funcionamento, o Partido é fechado, em 29 de outubro de 1945, no mesmo dia em que os militares davam o golpe que depôs Getúlio Vargas do poder. Alguns representantes do Partido Comunista acabaram sendo presos, como já foi visto.

Estava demonstrada qual era a atitude de parte dos políticos e dos militares em relação ao PCB, e qual seria a consequência de o Partido agir diferentemente do que lhe era permitido: não havia espaço para a oposição comunista.

“Em maio de 1946, com menos de 4 meses de Governo Dutra, todos os funcionários federais sob suspeita de envolvimento com o comunismo foram demitidos” (BAPTISTA, 2001, p. 22). Também em maio de 1946 “é lançado um decreto-lei nº 8063, que, em seu artigo 26, permitia o cancelamento de registro de partido que recebesse orientação política ou contribuição em dinheiro do exterior, ou que tivesse em seu programa medidas antidemocráticas, ou ainda que infringisse os direitos do homem, conforme a constituição” (SOUZA, 1983, p. 117).

No mesmo mês desse decreto, dois deputados do PTB (Himalaia Virgulino e Barreto Pinto, sobre os quais falaremos adiante) entram com um pedido de cassação do PCB, no Tribunal Superior Eleitoral. Seguindo a onda contrária ao PCB, “em junho de 1946 o embaixador norte-americano no Brasil, Pawley, era avisado pelo Ministro da Marinha, o Vice-Almirante Jorge Dodsworth, de que Dutra inevitavelmente estava pensando em colocar o PCB na ilegalidade, e para isso ele estava preparando o terreno” (HILTON, 1991, p. 211). Em agosto, o embaixador Pawley era novamente informado, pelo oficial da Polícia do Rio, Pereira Lira, “que o fechamento do PCB por um decreto presidencial era iminente, e que isso poderia acontecer antes da promulgação da constituição” (BETHELL e ROXBOROUGH, 1992, p. 61).

Na nova Constituição, promulgada no dia 18 de setembro de 1946, estava presente “o artigo nº 141, que impedia o registro de qualquer partido ou associação cujo programa ou atividade fosse ‘contrário ao regime democrático’”. Segundo Gerson Moura, esse artigo foi criado para fechar o PCB: “o governo tinha tentado, em agosto de 1946, levar o cancelamento do Partido Comunista para a Assembléia Constituinte, porém a reação de deputados liberais e esquerdistas impediu que isso ocorresse” (MOURA, 1983, p. 96).

Em novembro de 1946, o ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, pediu formalmente ao presidente da República “uma legislação especial que permitisse a expulsão dos comunistas das Forças Armadas” (HILTON, 1991, p. 209). Em decorrência, ainda nesse mesmo mês de novembro “era aprovado um projeto de lei que permitia a expulsão de oficiais das forças armadas que pertencessem a partidos ‘contrários ao regime democrático’” (MOURA, 1983, p. 96).

No dia 15 de abril de 1947 era fechada a Juventude Comunista e finalmente, no dia 7 de maio de 1947, era cancelado pelo Superior Tribunal Eleitoral o registro do Partido Comunista Brasileiro, que havia ficado na legalidade por pouco mais de 2 anos.

3.1. Fechamento do PCB

A 23 de março de 1946, portanto com pouco menos de 2 meses de governo Dutra (que tinha assumido em 31 de janeiro), dois parlamentares petebistas, conforme dito acima, pediram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), “em denúncias separadas, o cancelamento do registro do partido, acusando-o de ser uma ‘organização internacional a serviço de Moscou’” (SILVA, 1976, p. 383).

Tratava-se, segundo Carlos Fico, de “parlamentares obscuros” (FICO, 2000, p. 169). Um deles, Honorato Himalaia Virgulino, havia sido procurador do Tribunal de Segurança Nacional, um órgão judiciário, criado em 1936, que tinha como função inicial “julgar os envolvidos nos fracassados levantes promovidos em novembro de 1935, pelo PCB” (DHBB, 2001, p. 6098). O outro era o recém-eleito deputado petebista Edmundo Barreto Pinto – que, aliás, em maio de 1949 teria seu mandato cassado, por quebra do decoro parlamentar, pela divulgação de fotografias suas em trajes íntimos na capa de uma revista (DHBB, 2001, p. 4654).

De acordo com Almeida Júnior, esses deputados agiam em consonância com os objetivos do governo: uma vez que

não havia condições para que partisse do governo o ato de fechamento de um partido legitimamente constituído e com uma votação bastante expressiva, foi necessário encontrar quem fizesse o papel de delator das “atividades antipatrióticas” do Partido Comunista. Era uma espécie de novo “Plano Cohen” posto em marcha. Esses delatores o governo os encontrou nas figuras de Himalaia Virgulino e Barreto Pinto, dois membros do que se poderia chamar “ala direita” do Partido Trabalhista Brasileiro, e que, como é óbvio, não poderiam ser acusados de membros do governo ou de manter relações com ele (Almeida Júnior, 1981, p. 243).

Das duas denúncias, uma vinha acompanhada de farta documentação, constituída sobretudo de publicações, entrevistas e discursos estampados em jornais e revistas. Com isso pretendiam provar que o PCB era uma organização internacional, orientada pelo comunismo marxista-leninista e que, em caso de guerra com a “Rússia”, os comunistas pegariam em armas contra o Brasil. Esta acusação se originara de uma declaração de Luís

Carlos Prestes, divulgada pelo *Jornal do Comercio* e pela *Tribuna Popular*, de que, no caso de uma guerra imperialista, formaria na resistência, a exemplo do que acontecera na França e na Itália. A outra denúncia era a de que, logo que obteve seu registro, o PCB passou a exercer ação nefasta, insuflando a luta de classe, sendo os principais organizadores e incentivadores das greves, criando um clima de desordem no Brasil.

Na representação à Justiça Eleitoral as declarações de Prestes eram interpretadas de maneira desfavorável ao chefe comunista. Aceitando as denúncias, o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal ficou encarregado de fazer as investigações e apurar a veracidade das acusações. Assim, a 27 de março, o Tribunal escutaria o acusado, o PCB.

Após todas as investigações, no processo que recebeu o número 411, o procurador-geral, Dr. Temístocles Cavalcanti, em parecer datado de 23 de abril de 1946, opinou pelo arquivamento das denúncias. Nesse parecer, segundo Silva, o procurador acentuava que

o cancelamento do registro de um partido exige fundamentos seguros e a comprovação de que o partido desvirtua as suas finalidades ou conduz à deformação do sistema democrático. Assim a denúncia devia apresentar um começo de prova que se enquadrasse, objetivamente, nos itens respectivos do regimento do Tribunal. Acentuava que o cancelamento de registro de um partido é um dos atos mais graves que o Tribunal pode praticar. Destacava que o bitolamento dos partidos e das atividades intelectuais pode levar ao totalitarismo. E conclui que a denúncia não lhe parece bem fundamentada, não se justificando, portanto, a abertura de sindicância. Pede, por essas razões, o arquivamento das denúncias apresentadas (SILVA, 1976, p. 384).

Entretanto, o pedido de arquivamento foi indeferido por 3 votos a 2, vencidos os juízes Ribeiro da Costa e Francisco Sá Filho. Assim, “julgando-se impedido de continuar funcionando no caso, o Dr. Temístocles passou o processo ao subprocurador, Alceu Barbedo” (SILVA, 1976, p. 384-385). Ricardo Maranhão aponta, a esse respeito, as pressões governamentais, que exigiam a continuidade do processo, e por esse motivo Temístocles Cavalcanti “teve que se afastar, e o novo procurador, Alceu Barbedo, retomou as sindicâncias” (MARANHÃO, 1979, p. 87). De fato, tratando desse tema mais de um ano depois, o jornal *Correio da Manhã* ainda acusava o ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, de tentativa de interferência nas questões relativas ao TSE: “Por mais de uma vez, o atual Ministro da Justiça (Costa Neto) procurou intervir nas decisões pendentes de julgamento da Justiça Eleitoral. A sua pressão no caso do cancelamento do registro do PCB foi enorme” (*Correio da Manhã*, 4 de outubro de 1947).

Convém notar que o próprio Temístocles Cavalcanti viria a ser mais tarde (outubro de 1947) afastado de sua função de Procurador-geral da República, por motivos de ordem

política. De fato, o jornal *Correio da Manhã* informava que Cavalcanti “estava sendo afastado pela sua atuação, no TSE, de fidelidade aos textos das Leis e indiferentismo aos interesses e a injunções de caráter político partidário”. Por isso não estaria “agradando a certos elementos do governo, interessados em tumultuar a vida pública do país com a intromissão do Executivo nas questões que dizem respeito exclusivamente ao Judiciário” (*Correio da Manhã*, 4 de outubro de 1947)¹.

As sindicâncias, com o novo procurador, começaram em maio de 1946, sendo investigadas as atividades comunistas na imprensa, nos sindicatos, nas manifestações de rua e nas greves. O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, que era o responsável pelas investigações, remeteu seus resultados ao TSE, em setembro de 1946, trazendo à baila uma nova questão. De fato, o Tribunal observava que “as greves recentes não podiam ser todas atribuídas ao PCB”, mas “estranhava” a “existência de dois estatutos partidários” (SILVA, 1976, p. 384).

Sinval Palmeira, advogado do PCB, a 30 de dezembro de 1946, defendia o partido desta acusação de duplicidade de estatutos. Palmeira explicava ao procurador da Justiça Eleitoral, Alceu Barbedo, que, quando o Partido Comunista estava “em vias de iniciar sua vida legal [...], foi elaborado um projeto de estatutos a ser discutido e votado no IV Congresso, que o Partido pretendia, então, realizar”. Assim, a editora *Horizontes*,

por motivos puramente de finanças, imprimiu tal projeto e o divulgou. A divulgação respondia a interesses econômicos da editora e ainda, por outro lado, a interesses políticos do Partido, pois que, dentro da democracia interna que informa a sua vida, o projeto deveria ser amplamente conhecido de todos os organismos partidários e mesmo do povo, para que, assim, pudesse ser convenientemente julgado no Congresso (*Tribuna Popular*, 9 de janeiro de 1947).

Sinval Palmeira dizia mais: “Isto é lógico. É Democrático. É legal”. Continuando na explicação, Palmeira dizia que o Congresso previsto não se realizou:

O Partido deveria, porém, registrar seus estatutos, assim, a Comissão Executiva alterou o projeto e cotou os estatutos, que foram registrados, impressos e, por mim, em tempo distribuídos a todos os eminentes srs.

¹¹ No *Correio da Manhã* de 5 de outubro de 1947, Temístocles Cavalcanti, explicando os motivos de sua demissão, dizia que “um dos motivos foi o processo de cassação do registro do PCB”. Segundo o jornal, Cavalcanti “lembrou que emitira parecer contrário [à cassação], propondo o arquivamento dos autos, e começou a sentir as primeiras dificuldades para manter o equilíbrio no cargo”, tendo que “lutar contra as injunções de elementos subterrâneos”. Para finalizar, Temístocles declarava: “todos que me conhecem sabem que sou cem por cento infenso à ideologia marxista, cem por cento contrário à solução comunista para nossos problemas, mas todos sabem também que sou duzentos por cento pelo exato cumprimento da Constituição”. “As idéias alheias tem que ser respeitadas, sob pena de mergulharmos o país no ambiente dos conflitos e da intranqüilidade” (*Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1947).

Juízes do Tribunal Superior Eleitoral. Foram publicados e divulgados como os verdadeiros, os únicos estatutos do Partido, até que o Congresso venha a efetuar a reforma dos mesmos. Não há, pois, duplicidade (*Tribuna Popular*, 9 de janeiro de 1947).

Apesar da defesa feita pelo partido e seu advogado, no dia 17 de janeiro de 1947, pouco antes das eleições em que seriam eleitos os governadores estaduais, assembleias legislativas, prefeituras e câmaras municipais (realizadas em 19 de janeiro), o Ministério da Justiça, representado pelo seu ministro, Benedito Costa Neto, “toma a iniciativa de enviar documentação ao TSE para embasar a acusação de duplicidade de estatutos, e de que o PCB se regia por um estatuto clandestino” (*Correio da Manhã*, 18 de janeiro de 1947).

Essa documentação tinha sido entregue pelo chefe de Polícia ao ministro da Justiça, contendo a acusação de que “os estatutos que estão sendo praticados e cumpridos por esse Partido não são os que foram apresentados à Justiça Eleitoral, mas sim os outros, os estatutos ilegais” (*Correio da Manhã*, 18 de janeiro de 1947).

Em fevereiro de 1947 foi divulgado o parecer do subprocurador-geral da República Alceu Barbedo, que “opinava pela procedência da acusação de duplicidade de estatutos e argüia a ‘inconstitucionalidade dos partidos extremistas’, com base no texto constitucional que acabara de ser aprovado” (DHBB – versão digital, verbete *Dutra, Eurico Gaspar*). A referência, no caso, era ao artigo nº 141, que, como foi visto, impedia o registro de qualquer partido ou associação cujo programa ou atividade fosse “contrário ao regime democrático”.

No mês de abril de 1947, enfim, teria início a sessão do TSE que julgaria de modo definitivo as denúncias de Himalaia Virgulino e Barreto Pinto sobre a cassação do PCB. A sessão se iniciou no dia 12 de abril, precisamente às 9:30, sob a presidência do ministro Antonio Carlos Lafayette, sendo dada a palavra inicialmente ao relator do processo, o juiz Sá Filho, para a leitura de seu parecer. Assim, Sá Filho “iniciou falando sobre a pluralidade de partidos políticos como característica essencial para a democracia” e em seguida “começou a discorrer sobre as acusações” (*Correio da Manhã*, 13 de abril de 1947).

Em relação à primeira acusação, que “consistia no recebimento de contribuição pecuniária ou qualquer outro auxílio procedente do estrangeiro por parte do PCB”, Sá Filho explicou que essa acusação “não chegou a ser articulada” mas, “a pedido do acusado [o PCB], foi pelo TRE resolvido apurá-la, para propiciar maior amplitude mediante exame de livros, a fim de defesa”. Contudo, “pela perícia efetuada”, prosseguia o relator, “não foi encontrada prova da origem estrangeira de recursos do partido” (*Correio da Manhã*, 13 de abril de 1947).

A segunda acusação consistia no “recebimento de orientação político-partidária de procedência estrangeira”. Quanto a isso, Sá Filho reconhecia que “idéias e sentimentos morais, religiosos, artísticos, políticos, que surgem aqui e acolá, sobrevivem na luta entre si, não encontram barreiras para sua irradiação e, com maior ou menor demora, se instalam e expandem em países diferentes e passam a opulentar o patrimônio comum da civilização”. Vale notar que, para essa acusação de orientação político-partidária estrangeira do PCB, era usado como prova o fato de Luís Carlos Prestes, então secretário do Partido, ter sido em 1935 eleito para o comitê executivo da Internacional Comunista, junto com Stalin, Dimitrov e outros líderes comunistas internacionais, e que essa Internacional, no seu VII Congresso, realizado naquele ano, se comprometera a auxiliar por todos os meios a consolidação da URSS pelo mundo. Dizia-se portanto, segundo Sá Filho, que “as ações concretas aconselhadas por Dimitrov seriam as causadoras e influenciadoras das campanhas do PCB e as greves que estavam acontecendo no país”. Para reforçar essa acusação existia, em anexo, uma série de numerosas citações de discursos e jornais dos dirigentes do partido que “ecoam as idéias de Dimitrov” e outros comunistas soviéticos. Sá Filho dizia entretanto que

essa analogia de propósitos e idéias é indubitável e constitui fato normal, na história da civilização. Dispensa, aliás, qualquer demonstração, valendo como petição de princípio, pois que o PCB não poderia ter orientação política que fosse antagônica com a orientação dos partidos comunistas de outros países e seus líderes sob pena de não ser Partido Comunista (*Correio da Manhã*, 13 de abril de 1947).

Uma outra acusação era a de “manifestação, por atos inequívocos dos órgãos partidários autorizados, e contra seu programa, de objetivos colidentes com os princípios democráticos”. A esse respeito eram lembradas tanto a questão da duplicidade de estatutos como as declarações de Prestes nos jornais e no Senado, acerca do apoio à URSS em uma eventual guerra. Referindo-se à acusação acima mencionada, Sá Filho ponderava que “para se provar isso era necessário primeiro esclarecer quais os princípios democráticos que estavam sendo confrontados”. Especificamente sobre as declarações de Prestes, o relator argumentava, ademais, que “não há relação direta entre patriotismo e democracia”.

Sobre a acusação de duplicidade de estatutos, que considerava como sendo a “mais grave”, Sá Filho observava, no entanto, que a questão devia ser analisada “pelos vários aspectos que se apresentam”. Assim, lembrava que, nos autos, “constava anexado” o projeto de estatutos há pouco mencionado (destinado à discussão no frustrado congresso do Partido), o qual, “segundo o perito da polícia, foi fornecido pelo próprio partido e que

se podia encontrar vários em sua sede. Igual ‘projeto de reforma’, ‘editado’ em Pernambuco, veio aos autos por intermédio do Ministério da Justiça”. Assim, concluía o relator, “infere-se, desde logo, não se tratar de diploma clandestino, dada a facilidade de obtê-lo” (*Correio da Manhã*, 13 de abril de 1947).

Enfim, depois deste “estudo minucioso” sobre o processo de cassação do Partido, Sá Filho concluía pela improcedência das acusações, em face da “inexistência absoluta de provas” (*Correio da Manhã*, 13 de abril de 1947).

Continuando a sessão, usaram da palavra os denunciantes, Himalaia Virgulino e Barreto Pinto, os quais repetiram suas acusações. Depois foi a vez de Sinval Palmeira, advogado do PCB, seguido do procurador Alceu Barbedo. A sessão foi finalizada, ao fim do dia, tendo dado o seu voto apenas o Juiz Sá Filho, faltando portanto os outros juízes. Seria feita outra sessão para que se pudesse definir o futuro do PCB.

Depois de estudos e debates, que “repercutiram intensamente no parlamento e na imprensa”, e alguns adiamentos, o julgamento foi retomado apenas no dia 7 de maio de 1947. Nesse dia, “uma verdadeira multidão de curiosos se reuniam no edifício da [rua] Primeiro de Março, para ver o julgamento” (*Jornal do Brasil*, 8 de maio de 1947).

Iniciou-se a sessão com o voto do ministro Ribeiro da Costa, que mencionou “uma grande vulnerabilidade na acusação”, “sua falta de substância e fragilidade de argumentos, vazios de conteúdo”. Para Costa, da “tendência irrefletida para as medidas drásticas, resultará a prática apenas de um sistema democrático artificial”. Dizia mais: “da administração pública se aguardam providências de ordem econômica que nos tirem da fome, da subnutrição, da moléstia e da ignorância”. Sobre a declaração de Prestes, de que este ficaria do lado da União Soviética em uma guerra imperialista, Ribeiro é claro e simples, dizendo que “todos os líderes tem os seus instantes de exibicionismo, uns conduzem ao ridículo, outros à glória” (*Jornal do Brasil*, 8 de maio de 1947).

Com isso, enfim, Ribeiro da Costa dava também o seu voto contrário à cassação do PCB. Vale destacar que os autores dos dois votos contrários a cassação (Sá Filho e Ribeiro da Costa) eram os mesmos juízes que haviam votado pelo arquivamento do processo já em abril de 1946.

O voto seguinte foi o de Antonio Nogueira, que, desde o começo de seu voto, mostrou-se a favor da cassação do partido. Sua justificativa, para tanto, era quase espiritual: “Sempre nos batemos pela mais alta independência espiritual de nossa Pátria, A essa luz, sonhamos para o Brasil com a posição de um povo líder das Américas. E é com profunda tristeza que estamos vendo cair cada vez mais almas sob as sombras noturnas de

uma subordinação do espírito, que é a pior das submissões, sobretudo em relação a outros povos”. Continuando, dizia:

é espantoso que nós, o Brasil liberal e democrático, o Brasil com sua “delicadeza” que encantou a Keyserling com as suas tradições cristãs suavíssimas, com a sua religião e misticismo, deixe de sentir correr o sangue de seus soldados, que o ano de 1935 lhe fez emanar do coração, por obra de estrangeiros a serviço do Komintern. Precisarão maior prova do que o sol rubro dos assassinatos terríveis que ensanguentaram um passado de ontem? (*Jornal do Brasil*, 8 de maio de 1947).

Com esse voto, o julgamento ficava com dois contrários e um a favor da cassação. O próximo a votar seria o ministro Rocha Lago. Este começou seu voto, que foi um dos mais longos, historiando o registro do partido em 1945. Acusou o PCB, dizendo que “houve manifesta simulação por parte do Partido em fazer registrar estatutos que nunca iria cumprir”. Na realidade, dizia ele, “o que seus adeptos executam, são aqueles mesmos princípios marxistas-leninistas, repelidos por esse tribunal ao conceder esse registro ao Partido Comunista, que o alcançou fraudulentamente”. Citou o relatório do Departamento Nacional do Trabalho, responsabilizando, direta e indiretamente o PCB, nos mais recentes movimentos grevistas irrompidos em vários pontos do país. Acrescentou que “Democracia e Comunismo são sim conceitos antagônicos” e por fim disse que, pelas razões expostas, “votava pelo cancelamento do registro do PCB” (*Correio da Manhã*, 8 de maio de 1947).

A votação estava então empatada. O voto de Rocha Lago havia sido o primeiro do período vespertino e, depois dele, houve uma suspensão da sessão por 70 minutos para o almoço, tendo os juízes almoçado no próprio tribunal. Já por essa altura, havia no local uma “regular multidão, ansiosa pelo voto que poderia decidir” a questão (*Correio da Manhã*, 8 de maio de 1947).

O quinto e último voto foi dado por Candido Lobo. Este juiz era o que decidiria e era o voto mais esperado, pois não era muito clara, até então, sua posição em relação à cassação. Candido Lobo começou a falar, sendo “visível seu nervosismo”. No começo, o voto não ficou bem patenteado, pois Lobo fez um “elogio ao relatório de Sá Filho”. Porém, logo depois atacou o PCB lembrando “a carnificina de 35, ainda viva na memória”, votando assim pelo cancelamento do registro do Partido. Eram quase 8 horas da noite quando o desembargador Candido Lobo deu o seu voto (*Correio da Manhã*, 8 de abril de 1947).

Assim terminava a sessão histórica. O relator, Sá Filho, ainda pediu a palavra para dizer: “já proferi meu voto e o mantenho convicto de haver servido a causa da justiça. Resta-me me dizer que nesta hora e neste lugar começa um novo período na história política do nosso país. Que deus proteja o Brasil” (*Correio da Manhã*, 8 de abril de 1947).

É interessante destacar que os votos favoráveis ao PCB se baseiam em aspectos práticos, concretos, que eram a “inexistência absoluta de provas”, conforme dito por Sá Filho, ou a “falta de substância e fragilidade de argumentos, vazios de conteúdo”, como dizia Ribeiro da Costa – assim como já havia feito, aliás, Temístocles Cavalcanti, mais de um ano antes, dizendo que a denúncia não lhe parecia “bem fundamentada”. Enquanto isso, os votos contrários se basearam em aspectos, questões e impressões abstratas, “teóricas”, ou na lembrança da “Intentona Comunista”, isto é, o levante de 1935.

Antes mesmo do resultado, “o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) preparou uma lista de indivíduos que deveriam ser vigiados e grupos a serem fechados quando o resultado viesse” (HILTON, 1991, p. 212).

Logo depois do fechamento, em 9 de maio, o ministro da Justiça, Costa Neto, “alertou a todas as autoridades para proibir todas as atividades do PCB, inclusive encontros privados. Seguindo isso, as autoridades ocuparam rapidamente a sede do partido e mesmo a residência privada de comunistas conhecidos, apreendendo documentos” (HILTON, 1991, p. 212). No dia 10, o ministro Costa Neto “determinou formalmente a cessação das atividades do partido em todo o país” (DHBB – versão digital, verbete *Dutra, Eurico Gaspar*).

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, como foi visto acima, o Partido Comunista Brasileiro era fechado por ser supostamente “contrário aos princípios democráticos” vigentes no Brasil, utilizar-se de um estatuto secreto e ilegal, além de agir sob os interesses estrangeiros da União Soviética.

A primeira acusação, de ser contrário a uma forma de governo democrático, é no mínimo discutível. O governo brasileiro da época estava longe de ser democrático. No cargo de presidente estava o general Eurico Gaspar Dutra, que ajudou e apoiou o golpe de 37 e a ditadura do Estado Novo (1937-1945), além de ter sido ministro da Guerra do governo de Vargas, um governo com características totalitárias. Também segundo relatos da época, o próprio Dutra possuía tendências nazistas (WEIS, 1993, p. 18). Analisando-se aquele período, observa-se que a Democracia não existia no governo Dutra. Na verdade, o que existia era uma *retórica* da Democracia, uma representação desta, um conceito. Este conceito, utilizado como um dos objetivos principais do governo Dutra, logo passou a ser associado às idéias de Vida e Liberdade. Desempenharam papel importante, nesse processo, a imprensa e também a Igreja Católica. Isso permitiu que Dutra e seu governo se colocassem como defensores do “bem”, da liberdade e da vida, portanto o governo Dutra

passa a ter a legitimação do poder na sociedade, tendo a função de grande defensor da Democracia. Isso lhe dava muito poder e prestígio na sociedade daquela época, pois o mundo estava saindo da Segunda Guerra Mundial e a palavra Democracia estava na ordem do dia. Nesse ponto podemos entender como o governo Dutra dispunha de prestígio na sociedade.

Voltando à questão da democracia, podemos compreender que ela teve um poder de representação e fascinação tão grande e tão poderoso que era como se ela fosse uma realidade “concreta”, pela qual era necessário e indispensável lutar. Esse processo é denominado por Moscovici como *objetivação*, isto é, “quando a imagem ligada à palavra ou à idéia se torna separada e é deixada solta em uma sociedade, ela é aceita como uma realidade, uma realidade convencional, claro, mas de qualquer modo uma realidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 73).

Portanto, a Democracia era tão importante, que ela deveria ser defendida a todo custo, mesmo que com medidas antidemocráticas...

Além disso, o Partido Comunista Brasileiro teria sido fechado pois este, de certa forma, agia segundo o interesse da União Soviética e suas idéias comunistas. Com isso, o PCB era acusado de “deficiência de patriotismo e um comportamento teleguiado, dirigido por uma potência estrangeira” (KONDER, 1980, p. 63). O PCB era acusado de estar sendo comandado por interesses estrangeiros, houve portanto uma campanha para descaracterizar o PCB e suas lutas, mas, segundo um autor, “o alvo no fundo não era o comunismo mas o movimento operário organizado” (MOURA, 1991, p. 88). Era importante descaracterizar o Partido, chamando seus participantes de agentes do Komintern (Internacional Comunista) e alegando que a liderança do PCB estava sendo feita por comunistas estrangeiros que tentavam se “infiltrar”, apoderando-se dos sindicatos, associações e principalmente difundindo idéias comunistas entre os trabalhadores brasileiros.

Para o governo e para o resto da sociedade, o Partido Comunista era acusado então de ser o provocador e organizador destas idéias supostamente tão lesivas à ordem pública e aos interesses do país, tudo isto causado por intervenções estrangeiras, contrárias ao interesse nacional. Vale lembrar que esta acusação é muito grave, principalmente se levarmos em consideração que neste período, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, como vimos, estava-se difundido no Brasil um clima muito forte de que não restava dúvida de que este seria uma grande potência com destaque internacional, e um forte sentimento nacionalista foi compartilhado pelos brasileiros deste período. Com isto, a acusação de estar a serviço de interesses estrangeiros lesou tanto a imagem deste partido a ponto de

permitir que o governo pudesse colocá-lo na ilegalidade. É importante ressaltar que, apesar das preocupações, “nenhuma prova conclusiva pôde ser encontrada de que o Partido Comunista Brasileiro seguia ordens de Moscou” (HAINES, 1989, p. 27).

O governo Dutra demonstrou o tempo inteiro seu interesse em seguir sua “política guiada em direção a uma aproximação com os Estados Unidos” (HAINES, 1989, p. 23), aproximação tanta que levou o Brasil a se portar como um súdito, processo este marcado pela atitude de Otávio Mangabeira, líder da UDN, que beijou a mão de Eisenhower (general norte-americano que se tornaria presidente dos Estados Unidos) em sua visita ao Brasil em agosto de 1946. Beijo esse dado em pleno Congresso Nacional e antes do fechamento do PCB. Desse modo, percebe-se que, para os interesses dominantes, o que realmente importava não era estar agindo sob influência de idéias internacionais e contrárias aos interesses nacionais mas sim que, se fosse para fazer isso, que fosse seguindo os interesses dos Estados Unidos.

A ilegalidade do PCB era um “alívio para parte considerável das autoridades brasileiras, que não estavam acostumadas a combater as atividades comunistas em um regime democrático” (BAPTISTA, 2001, p. 22).

De fato, o governo Dutra valeu-se dessas circunstâncias (fechamento do PCB) para derrubar líderes trabalhistas de esquerda e intervir de forma indiscriminada nos sindicatos. Em um editorial do *Correio da Manhã*, no dia seguinte à cassação do registro do PCB, Carlos Lacerda resumia bem o significado do fechamento do PCB, dizendo: “não defendo o partido, defendo a democracia. Esta sim, é que foi ontem gravemente atingida”. “Até ontem havia democracia nesse país. A partir de hoje há o desconhecido. Chamar-se-á, por enquanto, de Dutrocracia” (*Correio da Manhã*, 8 de maio de 1947).

3.2. Rompimento das relações Brasil-URSS

Uma vez cassado o PCB, nota um autor, “a disposição de altas autoridades e da grande imprensa deixava pouca margem para dúvida que o próximo passo seria o rompimento das relações com a União Soviética” (MOURA, 1983, p. 97). Havia a desconfiança de que a embaixada soviética no Rio de Janeiro fosse um abrigo de “espões soviéticos” protegidos pela imunidade diplomática. Essa, de fato, era a visão do próprio embaixador brasileiro em Moscou, Pimentel Brandão, em ofício confidencial enviado a Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil (BAPTISTA, 2001, p. 23).

Também é necessário destacar que a embaixada da União Soviética no Brasil sempre foi relegada a um segundo plano pelas autoridades brasileiras, e havia um grande desinteresse de manter uma boa relação com a União Soviética.

De fato, como já visto no capítulo anterior, essa situação se complicou muito quando, a partir de maio de 1947, os jornais soviéticos começaram a fazer pesadas críticas ao governo brasileiro, a propósito do fechamento do Partido Comunista Brasileiro. Essas críticas foram apenas piorando, sendo que, em setembro, depois da Conferência do Rio (quando, como vimos, o próprio representante brasileiro pediu medidas mais enérgicas contra a União Soviética e o comunismo), os jornais soviéticos chegaram a qualificar Dutra como nazista.

Em seguida veio o episódio da eleição do substituto da Polônia no Conselho de Segurança da ONU, no qual, como vimos no primeiro capítulo, Osvaldo Aranha acabou votando contra a posição dos EUA – cabendo lembrar que, todavia, os EUA haviam mudado de posição na última hora e não haviam comunicado o representante brasileiro. Nesse incidente, contudo, o que importa destacar agora é que Osvaldo Aranha, na condição de presidente da Assembléia Geral da ONU, negou um pedido de manifestação, feito pelo representante soviético no plenário da ONU, com vistas a criticar a atitude norte-americana de quebrar a regra da representação regional no Conselho.

Ao que parece, a atitude de Aranha estava de acordo com o regimento da Assembléia Geral. Contudo, como vimos, os jornais soviéticos efetuaram pesadas críticas a Osvaldo Aranha, chegando a acusá-lo de “agente do Departamento de Estado norte-americano”.

Alguns dias depois, enfim, era o próprio Dutra atacado pelo periódico soviético *Literaturnaya Gazeta*, que chamava o presidente brasileiro “general do café” e o acusava de ter “uma mórbida paixão pelo nazismo alemão” e de temer o Exército Vermelho até mesmo quando o via nas telas do cinema.

Como consequência direta das críticas publicadas na *Literaturnaya Gazeta*, em 10 de outubro de 1947 o governo brasileiro, por intermédio do embaixador Pimentel Brandão, enviou ao governo soviético uma nota (v. Anexo 1) exigindo desculpas por parte desse governo, sob o argumento de que a imprensa daquele país era totalmente controlada pelo Estado e que, portanto, o artigo constituía uma afronta deliberada ao Brasil.

O Ministério das Relações Exteriores da União Soviética respondeu, no dia 14, “recusando-se a aceitar a acusação contra o Governo Soviético, contida na nota brasileira”, e dizendo que essa nota “estava escrita em termos ofensivos” (HILTON, 1991, p. 219).

Em face dessa negativa por parte do governo soviético, o Brasil rompe, em 21 de outubro de 1947, suas relações diplomáticas com a União Soviética, por meio de uma nota de rompimento “enviada as 19:15” (*Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1947). Como justificativa para este rompimento, eram elencadas a disparidade de tratamento dado aos diplomatas brasileiros em Moscou, em relação aos representantes soviéticos no Rio de Janeiro, as críticas da imprensa soviética a Aranha e particularmente Dutra, e finalmente a rejeição do pedido de desculpas feito pelo Itamaraty (v. a nota de rompimento no Anexo 2).

No entanto, o interessante de tudo isso é que, ao que parece, segundo Moura, “a Secretaria de Estado, órgão do governo brasileiro, que redigiu e mandou a correspondência do pedido de desculpas [...], já tinha a pretensão de que o pedido fosse negado por parte dos soviéticos, pois assim o Brasil teria a tão esperada desculpa de que ele necessitava para romper as relações diplomáticas com a União Soviética” (MOURA, 1991, p. 90). Essa *premeditação* brasileira é confirmada por Moniz Bandeira, segundo o qual o governo brasileiro “já tinha planejado o rompimento” e “sem dúvida tudo o que aconteceu foi planejado por autoridades brasileiras, para que se chegasse ao rompimento, que era o objetivo final desejado pelo Brasil” (BANDEIRA, 1973, p. 313). Também o embaixador Pimentel Brandão, as vésperas do rompimento, dizia que era bom que acabasse de uma vez por todas aquela “comédia que ele tinha desempenhado por 16 meses, contra a sua vontade”, que era “sua função como embaixador do Brasil na União Soviética” (HILTON, 1991, p. 219).

De todo modo, no dia seguinte, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, exibiu “uma página inteira com manifestações de solidariedade” ao governo do general Dutra e a sua atitude (BAPTISTA, 2001, p. 25). Com a conivência da polícia, um grupo de pessoas invadiu a redação e as oficinas da *Tribuna Popular*, destruindo suas máquinas e ferindo vários empregados. O Congresso Nacional, por sua vez, apoiou a ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética, que foi especialmente bem recebida pela cúpula militar, de inclinação anticomunista.

As autoridades americanas, que, por vias da circunstância, poderiam ser os maiores interessados nesse rompimento, por estarem em uma disputa com a União Soviética, demonstraram, ao contrário, certo “interesse em tentar impedir esse rompimento” e “se propuseram a encontrar alguma saída para o desentendimento, lembrando ao Itamaraty que também o presidente Truman era atacado pela imprensa soviética, sem que isso provocasse maiores conseqüências” (MOURA, 1991, p. 90-91). E as críticas eram realmente parecidas,

tanto no conteúdo, quanto no sarcasmo. Segundo informações enviadas pelo embaixador brasileiro em Moscou, Truman era ridicularizado pelos jornais soviéticos que destacavam sua “pequena estatura” e o chamavam de “homem das calças curtas” (telegrama de 29 de setembro de 1947 – AHI 35/4/16). Apesar dessa tentativa de resolver esse desentendimento, “a embaixada americana não fez nenhum protesto, por menor que fosse”, contra a decisão brasileira (HAINES, 1989, p. 27).

Através de Raul Fernandes, o governo brasileiro pediu o auxílio do Departamento de Estado norte-americano, para que este assumisse a proteção dos interesses brasileiros na União Soviética, em especial “ajudando que o pessoal da missão diplomática brasileira em Moscou pudesse deixar o território russo sem dificuldades ou humilhações” (SILVA, 1976, p. 381). A União Soviética negou-se a aceitar tal arranjo dizendo que “não queria terceiros envolvidos nesse assunto”; permitiu, porém, que os Estados Unidos ajudassem na preparação para a saída de Pimentel Brandão de Moscou, que só viria a acontecer dez dias depois. Brandão declarou, a esse respeito, que “foi desagradável ficar de refém no Hotel Nacional” (*Correio da Manhã*, 7 de novembro de 1947).

Em Moscou, diplomatas do Ocidente “ficaram surpresos com o que aconteceu e comentavam que não ‘viam’ razões reais para o rompimento” (MOURA, 1991, p. 90), principalmente pelo fato de “o Brasil ser o primeiro país ocidental a romper relações com a União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial” (HAINES, 1989, p. 28).

A impressão dos diplomatas ocidentais, acima referidos, parece-nos importante por caracterizar precisamente o aspecto que julgamos importante destacar neste caso. Em outras palavras, entendemos que esse espanto geral, causado pelo fechamento do PCB e conseqüente rompimento das relações Brasil-União Soviética, decorreu do fato de esses acontecimentos terem, como principais causadores, fatores internos, relacionados à política, economia e conflitos pelos quais a sociedade brasileira estava passando. Essas questões internas estavam, no nosso ponto de vista, no modo com que o governo brasileiro tratava os conflitos sociais, de forma autoritária e excludente, livrando-se assim de ter que lidar com os problemas concretos do Brasil. É importante destacar que Dutra no poder representava, até então, o ápice da participação política dos militares. “Esses possuíam uma tendência conservadora da classe média, de onde a maioria era originária” (McCANN, 1973, p. 443).

Como vimos, as mais altas autoridades do governo Dutra tinham uma clara posição de anticomunismo militante, de acordo com testemunhos da época, além do próprio Dutra,

que possuía tendências nazistas, o que conseqüentemente o tornava antipático ao comunismo. A esse respeito, segundo Gaspari, o Brasil possuía suas especificidades, pois,

enquanto o combate ao nazismo aproximara conservadores europeus e americanos aos comunistas, no Brasil essa aproximação não se deu, porque a direita filofascista e mesmo filonazista jamais foi combatida e muito menos derrotada. Quem olhasse a hierarquia da ditadura no início de 1946 veria poucas mudanças no palanque. Em ocasiões especiais podia-se notar o sumiço, nas casacas e uniformes, das condecorações distribuídas pelos embaixadores da Alemanha e da Itália (GASPARI, 2003, p. 124).

Em outras palavras, os donos do poder passaram ilesos da ditadura à democracia autoritária. É por isso que, segundo Gaspari, “o Brasil começava a lutar contra a Cortina de Ferro antes que Churchill a tivesse percebido, e se alistaria na Guerra Fria antes que ela tivesse começado” (GASPARI, 2003, p. 124).

De fato, a presente pesquisa levou-nos também à conclusão de que o fechamento do Partido Comunista Brasileiro e o rompimento de relações com a União Soviética não estavam ligados, em primeiro lugar, ao caráter ideológico da Guerra Fria e nem ao medo de invasão comunista no continente, mas demonstrava sim “a preocupação das elites brasileiras com a ‘subversão’ e a instabilidade doméstica que poderiam ocorrer pelas idéias socialistas difundidas nas classes operárias brasileiras” (HAINES, 1989, p. 25).

Também Moura argumenta que, “enquanto o anti-sovietismo americano era parte de uma estratégia global de uma grande potência em busca de hegemonia, o anti-sovietismo brasileiro era expressão de uma compreensão específica dos conflitos sociais internos e da maneira de enfrentá-los” (MOURA, 1983, p. 99). O principal problema para os grupos dominantes do Brasil não era uma possível invasão ou dominação comunista no hemisfério, mas sim subversão interna e estabilidade doméstica. No Brasil, “a batalha política era predominantemente uma luta por acesso ao poder”, mais que uma luta “por ideologia” (HAINES, 1989, p. 25).

Tanto essa visão é verdadeira que Skidmore, ao analisar o fechamento do PCB, coloca que a supressão oficial do partido “coincidiu” também com o início da Guerra Fria, onde “os anticomunistas brasileiros podiam, portanto, encontrar no exterior uma pronta justificativa para os seus atos” (SKIDMORE, 1975, p. 94). Portanto, as políticas do governo do general Dutra contra o PCB e os movimentos sociais tiveram então uma justificativa em âmbito internacional. Essa justificativa *coincide* com as decisões políticas internas, e com isso o governo tem a “desculpa” para fazer o que fez, mas não os *motivos*, pois estes são

internos e gerados pelas mudanças e contradições pelas quais o Brasil estava passando, e suas conseqüências no cenário político nacional.

E com isso chegamos ao próprio título deste trabalho: *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. Para compor este título, baseamo-nos em uma frase de Osvaldo Aranha, proferida por ocasião do *imbroglio* em que se transformou o episódio da eleição da Ucrânia para o Conselho de Segurança – quando, como foi há pouco relatado, Aranha acabou votando diferentemente dos Estados Unidos e sendo criticado até mesmo pela Secretaria de Estado do Itamaraty, que o acusou de ter tido uma posição “russófila” e antiamericana (MOURA, 1983, p. 46).

Em face dessas críticas, Aranha, por sua vez, ficou indignado: “Votara com a União Soviética, a favor da Ucrânia, a pedido dos próprios americanos e não lhe cabia procurá-los, a todo momento, para saber se continuavam com a mesma posição. ‘A nossa solidariedade não pode ser nunca uma servidão’ – disse a Fernandes, acrescentando: ‘Não me prestaria a esse papel e, creio, nenhum brasileiro aceitaria essa missão’” (BANDEIRA, 1973, p. 312). “Nunca demos um voto aos russos que não houvesse sido pedido pelos americanos e com eles combinado”, continuava Aranha, acrescentando: “**Tornarmo-nos [...] mais realistas do que o rei seria uma impertinência**” (apud BANDEIRA, 1973, p. 312; destaques nossos).

Referindo-se a esse assunto, o próprio Bandeira é ainda mais duro com o governo do general Dutra: “Sem responsabilidade nas decisões sobre o mundo, o Brasil tendia a agir de modo mais radical e intransigente, como um servo que se digladiava, enquanto o senhor discute com o adversário” (BANDEIRA, 1973, p. 312).

Enfim, com Dutra o Brasil transformou o compasso de sua “aliança” com os Estados Unidos em *descompasso* (BANDEIRA, 1973, p. 313), e tornou-se, assim, mais realista que o próprio rei. Tomando uma atitude que, como dizia o embaixador britânico no Brasil, “era típica de uma potência de segunda classe” (apud BANDEIRA, 2003, p. 227), o Brasil “excedia os Estados Unidos na guerra fria” (BANDEIRA, 2003, p. 227).

3.3. A batalha das cassações

Depois da cassação do PCB e do rompimento de relações com a União Soviética, a trilogia autoritária se completaria com a cassação dos mandatos dos políticos eleitos pelo

PCB, pois, mesmo com o fechamento do Partido, os comunistas persistiam como a mais importante oposição ao governo Dutra no Senado, na Câmara Federal, nas assembleias estaduais e também nas câmaras municipais. Portanto, o fim da oposição não se completava apenas com as intervenções em sindicatos e o fechamento do Partido; na lógica autoritária e antidemocrática do governo, era importante acabar com qualquer resquício de oposição comunista. Aí começa a chamada “batalha das cassações”, onde o governo decidiria o que fazer para conseguir afastar de suas funções os políticos eleitos pelo PCB.

A idéia inicial era resolver essa questão pela Justiça, mais especificamente o Tribunal Superior Eleitoral, que já havia cassado o registro do PCB. Agora, seria o PSD, partido do presidente, quem tomaria a iniciativa a esse respeito. Em 28 de junho de 1947, esse partido ingressava na secretaria do TSE com uma representação pedindo “o pronunciamento da Justiça Eleitoral para o caso dos mandatos dos representantes comunistas no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e na Câmara de Vereadores do distrito federal, mandatos que aquela agremiação considera extintos desde o cancelamento do registro do PCB” (*Correio da Manhã*, 29 de junho de 1947). Nesse documento constava o seguinte:

De mais a mais, pelo sistema de nossa legislação eleitoral, conforme já se disse, a representação é sempre partidária. A legislação não permite candidato avulso. Extintos como estão, irrecusavelmente, os mandatos dos representantes do PCB, indispensável se faz cuidar-se do preenchimento das vagas que se abrirem nas duas Casas do Congresso Nacional, nas Assembleias legislativas estaduais e na Câmara legislativa do Distrito Federal. Como cabe à Justiça Eleitoral determinar a forma de preenchimento das vagas, requer-se a esse se o preenchimento deve ser feito a partir de nova eleição, ou mediante a redistribuição dos lugares vagos entre os partidos existentes (*Correio da Manhã*, 29 de junho de 1947).

Essa representação acompanhava o parecer elaborado pela *Comissão dos Cinco Juristas* do PSD, formada por Augusto Meira, Dario Cardoso, Honório Monteiro, Adroaldo Mesquita e José Maria Alckmin (*Correio da Manhã*, 29 de junho de 1947).

O relator designado para o processo, o desembargador José Antonio Nogueira, embora houvesse votado a favor da cassação do registro do Partido, manifestou-se contrário à representação. Em 14 de julho, declarava ele: “Não há nenhum dispositivo, seja da Constituição seja da lei ordinária, que dê a este Tribunal a atribuição de declarar vagos os lugares de representação no parlamento”. Com isso, pronunciava-se pela incompetência do TSE para julgar o pedido, dizendo que cabia “ao Legislativo examinar a questão dos mandatos comunistas” (*Correio da Manhã*, 15 de julho de 1947).

Durante os meses de julho e agosto, a *Tribuna Popular* publicava matérias diárias sobre a cassação do PCB e a tentativa do PSD de cassar os mandatos comunistas, mostrando as diversas manobras, por parte do governo, para de alguma forma conseguir cassar esses mandatos.

De fato, não havendo tais manobras obtido resposta favorável do TSE, o governo do general Dutra e seus aliados partiu para o Senado e a Câmara, tentando aprovar a extinção por meio de uma lei com votação em plenário. Ao que parece, Dutra estava ficando incomodado com a demora para solucionar essa questão (MOURA, 1983, p. 99).

Assim, em setembro o senador pessedista Ivo D'Aquino apresenta no Senado um projeto de lei que declarava *extintos* os mandatos legislativos de deputados e senadores cujo partido tivesse tido o registro cassado por decisão da Justiça Eleitoral.

Pode-se observar que, enquanto o PSD tomava a iniciativa com relação a essa questão, o outro grande partido, a UDN, mostrava-se dividido no tocante à cassação dos mandatos comunistas. Em 12 de setembro de 1947, de fato, a Comissão Executiva da UDN lançava nota colocando-se contrária à cassação, em discurso proferido pelo senador José Américo (*Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1947). Por outro lado, o deputado udenista Juraci Magalhães “apresentava seus pontos de vista nas reuniões do Diretório Nacional, sempre favorável à cassação, insinuando, inclusive, ‘que o general Dutra condicionava seus bons entendimentos com a UDN ao apoio para a repressão aos comunistas e a favor da cassação dos mandatos’” (BENEVIDES, 1981, p. 66).

O interesse direto do governo Dutra nessa questão seria reafirmado num depoimento posterior do próprio Magalhães a Maria Victoria Benevides:

Eu tinha uma posição muito nítida contra a ação subversiva dos comunistas. Fui procurado pelos meus chefes militares e amigos gerais Canrobert Pereira da Costa e Góes Monteiro, um Chefe do E. M. F. A e o outro ministro da Guerra, do governo Dutra. Ambos apelaram para que eu tomasse uma atitude de liderança no processo de cassação dos mandatos dos deputados comunistas (apud BENEVIDES, 1981, p. 66).

A mesma autora nota aliás, de modo significativo, que, ao expor suas posições, o deputado Juraci Magalhães, “coronel do Exército”, mantinha-se “provavelmente fiel à memória de 1935” (BENEVIDES, 1981, p. 66).

O representante do PCB, Luís Carlos Prestes, por sua vez, ao posicionar-se contrário ao projeto D'Aquino, em discurso a 25 de setembro na Comissão de Justiça do Senado, procurava situar a questão no plano mais amplo das liberdades democráticas, e não em

termos simplesmente de defesa dos interesses dos comunistas. Insistia, assim, que não estava absolutamente defendendo, com exclusivismo, uma causa própria:

Estão completamente equivocados aqueles que supõem que apenas esteja em causa o meu mandato pessoal, o mandato dos deputados eleitos pelo PCB para a Câmara Federal, para a Câmara de Vereadores do Distrito Federal ou para as câmaras estaduais. O que está em causa neste momento, com esse projeto, é a Democracia em nossa pátria, é a vigência mesma da Constituição (*Tribuna Popular*, 26 de setembro de 1947).

Numa demonstração de que a questão era efetivamente polêmica, observa-se que o projeto Ivo D'Aquino, no dia 6 de outubro, “era rejeitado na votação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, por 6 votos contra 5”. Votaram Contra: Atílio Vivacqua, Luiz Carlos Prestes, Aloysio de Carvalho, Ferreira de Souza, Etelvino Lins e Arthur Santos. Votaram a favor: Augusto Meira, Waldemar Pedrosa, Carlos Sabóia, Lúcio Correa e Filinto Müller (*Tribuna Popular*, 7 de outubro de 1947).

Apesar de negado pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto foi para a votação no plenário do Senado, onde foi aprovado, no dia 29 de outubro de 1947, com um placar de 34 votos a favor e 18 contrários.

Com isso, no jornal *Correio da Manhã* de 30 de outubro de 1947, encontram-se estampadas lado a lado duas manchetes interessantes, que marcam bem a contradição do governo Dutra e sua *democracia*. Uma das manchetes, referindo-se à data em que Vargas havia sido deposto pelos militares, em 1945, dizia: “O 29 de outubro de 1945 – A Câmara dos Deputados relembra a data que marcou o reinício das práticas democráticas no Brasil”. Ao lado dessa figurava a outra manchete: “Cassado pelo Senado o mandato dos representantes comunistas” (*Correio da Manhã*, 30 de outubro de 1947).

Depois disso o projeto seguiu para a apreciação da Câmara dos Deputados. Como relator foi designado o deputado e professor de Direito Hermes Lima (UDN). Lima se posicionou enfaticamente contra o projeto, dizendo que esse se resumia, na verdade, a uma única alínea (a alínea e), “segundo a qual o mandato dos membros do Legislativo se extingue pela cassação do registro do respectivo partido, quando incidir no parágrafo 13 do art. 141 da Constituição Federal. O projeto se reduz a isso e apenas a isso, mas isso é agressivamente inconstitucional” (apud SILVA, 1976, p. 435).

O referido parágrafo 13 do art. 141 da Constituição proibia o registro de qualquer partido ou associação cujo programa ou atividade fosse “contrário ao regime democrático”. Assim, a idéia do projeto D'Aquino (embora isto não fosse literalmente explicitado) era que, como consequência da cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro, os mandatos dos

representantes eleitos por esse partido também deveriam ser cassados. Para Hermes Lima, no entanto,

a cassação do registro de um partido, que incidir no 13 do artigo. 141 da Constituição, não pode ter por consequência a cassação dos mandatos daqueles que, em sua legenda, foram eleitos. Antes de tudo não se perde mandatos por consequência, ou por lógica constitucional. O mandato não tem caráter de representação de partido. É a própria Constituição quem o afirma (apud SILVA, 1976, p. 435-436).

Em uma entrevista ao *Correio da Manhã*, Hermes Lima insistia: “se no combate ao comunismo a última coisa a se respeitar for a lei, então nossos métodos não podem ufanar-se de nenhuma superioridade moral sobre os comunistas.” Dizia mais: “Se esse projeto for transformado em lei, o que devemos pensar dele, que é a expressão da vontade do povo manifestada pelo voto do Congresso ou apenas a expressão da vontade dos partidos políticos que se pronunciaram a seu favor?” (*Correio da Manhã*, 12 de novembro de 1947).

Contudo, o parecer contrário de Hermes Lima foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que, portanto, a 18 de novembro, aprovou o projeto D’Aquino – cabendo notar que, nessa votação, a UDN rachou, pois exatamente a metade de seus representantes votou a favor e a outra metade contra a cassação dos mandatos dos eleitos pelo PCB (BENEVIDES, 1981, p. 67).

Assim, faltava agora apenas a aprovação do projeto no plenário da Câmara dos Deputados para que o governo do general Dutra concretizasse seus objetivos. Essa votação final aconteceria em uma sessão extraordinária, e foi marcada para o dia 7 de janeiro de 1948. Nesse dia, uma quarta feira, o jornal *Correio da Manhã* trazia como manchete: “O último round da cassação”. Dos 243 deputados que compareceram à votação, “169 aprovaram e 74 se opuseram à cassação. A aprovação dependeu diretamente do PSD e dos pequenos partidos, visto que a UDN se dividiu exatamente ao meio e o PTB inclinou-se pela rejeição da medida” (SOUZA, 1983, p. 118).

É interessante destacar os incidentes ocorridos durante a votação, esses que são bem representativos de como era (é) a política, onde o que se importa é o poder e nada mais. Houve um incidente entre Gregório Bezerra, representante do PCB, e um outro deputado (chamado Pereira da Silva), que foi chamado por Gregório Bezerra de “vendido”. Em seguida,

Pereira da Silva ameaçou puxar um revólver para se defender, porém Gregório foi para cima deste, na confusão algumas pessoas tentaram separar o tumulto, Benedito Valadares, representante do PSD, que para

defender Pereira da Silva do ataque de Gregório Bezerra, arrancou seu revólver e tentou alvejar o deputado comunista com o seu revólver (*Correio da Manhã*, 8 de janeiro de 1948).

Esse clima de violenta tensão é lembrado e reafirmado por Juraci Magalhães no depoimento acima referido:

No dia da expulsão dos comunistas, o debate final foi muito vivo e eu já pressagiava que aconteceria uma coisa de muito grave no parlamento. Confesso que admiti que morreria muita gente naquele dia e então fui armado para o plenário, como armados estávamos todos nós, os líderes mais atuantes da luta contra os comunistas. Os comunistas estavam ostensivamente armados: alguns com dois revólveres, e o debate foi se acalorando [...] Um dos comunistas era o Henrique Oest, meu colega de Escola Militar e meu amigo pessoal. Ele então se vira para mim e diz: “Juraci, que é isto, você está fora de si.” Eu disse: “Não, eu hoje não venho aqui trocar apartes. Eu venho trocar tiros” (apud BENEVIDES, 1981, p. 66).

Nesse clima, quando foi perguntado ao presidente da Câmara se se poderia usar armas no recinto, ele respondeu que “a Mesa não podia revistar os deputados. Ficava na consciência de cada um, e no seu **poder de controle**, não exibir armas dentro da Câmara” (*Correio da Manhã*, 8 de janeiro de 1948; destaques nossos).

Portanto, o que faltou a Benedito Valadares, bem como a outros parlamentares, foi seu “poder de controle” – de modo que, como diria o músico contemporâneo Marcelo D2, “querem nos controlar, mas são todos descontrolados”.

Enfim, o desejo do general Eurico Dutra de cassar os mandatos dos representantes do PCB era tanto que, para apressar a cerimônia de sanção da lei aprovada, uma comissão de deputados se dirigiu nesse mesmo dia 7, já à noite, ao Palácio do Catete. Essa comissão foi recebida “solenemente” pelo presidente, e a cerimônia da assinatura da lei foi processada com “pompa” (DHBB versão digital, verbete *Dutra, Eurico Gaspar*). Assim, Dutra “assinou a lei às 22:00 no Salão Amarelo” (*Correio da Manhã*, 8 de janeiro de 1948).

Era a festa da vitória da “democracia relativa” (FICO, 2000, p. 170), da “democracia artificial” (juiz Ribeiro da Costa, in *Correio da Manhã*, 8 de maio de 1947), da “democracia de participação reduzida” (GIOVANNETTI, 1986, p. 28), da *democracia de fachada* (SODRÉ, 1968, p. 290), enfim, a festa da “Dutrocracia” (Carlos Lacerda, in *Correio da Manhã*, 8 de maio de 1947).

O próprio Carlos Lacerda, aliás, em editorial do *Correio da Manhã* de 8 de janeiro de 1948, dizia que a lei aprovada, além de ser um crime contra a Constituição, era sobretudo um *erro*.

O caráter de celeridade, imprimido ao processo, continuou: “Em uma edição de domingo, 11 de janeiro de 1948, o *Diário do Congresso Nacional* publicou a resolução da Mesa da Câmara dos Deputados”, oficializando a extinção dos mandatos comunistas (SILVA, 1976, p. 449). Segundo Silva, “muitos parlamentares atingidos haviam se retirado da cidade, prevendo quaisquer medidas policiais que sucedessem à perda das imunidades. Tinham ficado uns poucos, para a sessão imediata àquela publicação”. Havia a expectativa de que não seria permitido aos deputados cassados entrarem no recinto do plenário, porém isso não aconteceu e eles puderam ingressar livremente. Contudo, “a ordem do dia não favorecia nenhum pronunciamento. Nem sabiam se lhes seria permitido falar”.

Segundo Silva, “os cassados deliberam que apenas um dentre eles falaria, fazendo a despedida, em termos enérgicos, mas corteses para com seus colegas. Não queriam provocar debates. Apenas firmar uma posição”. Assim, iniciada a sessão,

quando se anunciou a discussão de um projeto reorganizando o Departamento Nacional da Criança, Gregório Bezerra pediu a palavra. Houve um momento de indecisão. Os deputados olharam o Presidente Samuel Duarte, de quem dependia a concessão, pois o nome de Bezerra figurava entre os que haviam perdido o mandato, na publicação do *Diário do Congresso Nacional*. Por fim, foi concedida a palavra (SILVA, 1976, p. 450).

Bezerra começou falando sobre o projeto em pauta, e após um tempo disse, em tom de desabafo: “Nunca houve em nossa pátria um governo tão incapaz (...) esse Governo nunca procurou solucionar os problemas nacionais. O Presidente da República entende que a solução do problema da fome e da miséria, no Brasil, consiste exclusivamente em combater os comunistas, cassando os mandatos de legítimos representantes do povo” (SILVA, 1976, p. 452).

3.4. As posições do PCB e dos comunistas

Como foi visto no capítulo 2, já a partir de 1946 o governo do general Dutra adota uma política sistemática de perseguição aos comunistas. Inicialmente, contudo, estes buscam, conforme indica Konder, resistir ao isolamento: “Aos esforços desenvolvidos tanto pelo governo como pela oposição conservadora no sentido de isolá-los, os comunistas respondiam com iniciativas políticas no sentido de evitar o isolamento” (KONDER, 1980, p. 68).

Entretanto, segundo o mesmo autor, com o passar dos meses “a operação empreendida no sentido de isolar politicamente o PCB começava a produzir os resultados desejados pela direita. Mesmo os setores mais liberais dos partidos burgueses principiaram a se mostrar esquivos em relação aos comunistas” (KONDER, 1980, p. 71).

É esse crescente isolamento que permite ao governo Dutra avançar em sua estratégia de cassar o registro do Partido. A esse respeito, é interessante observar as atitudes tomadas pelo PCB diante das iniciativas de Dutra. Almeida Júnior observa por exemplo que, inicialmente, os líderes comunistas “não levaram a sério” as denúncias contra o Partido, “e o próprio Luís Carlos Prestes chegou a afirmar que não acreditava que Dutra ‘ousasse’ fechar o partido”. Além disso, com receio de ampliar seu isolamento, o Partido renunciou até mesmo a mobilizar massas contra seu fechamento:

O PC, ao contrário do que se poderia esperar, não mobilizou suas bases e simpatizantes para manifestações públicas contra a ameaça de cassação de seu registro. Isto, é claro, para não fornecer munição para os que o acusavam de “agitador de massas” (ALMEIDA JÚNIOR, 1981, p. 243).

Após a cassação do registro do PCB, no entanto, em maio de 1947, os comunistas mudam de atitude. O jornal *Tribuna Popular*, por exemplo, passa a trazer, diariamente, pesadas críticas ao governo e seus aliados. O governo Dutra passa a ser considerado, primeiro, uma *ditadura* e, logo depois, *terrorista*, em função das prisões e torturas infligidas a militantes operários e comunistas (cf. *Tribuna Popular*, 16 de novembro de 1947). De fato, em dezembro de 1947 o jornal noticiava que 12 de seus funcionários tinham sido presos, dos quais 10 foram soltos por *habeas corpus*, enquanto os dois restantes (René Bastos e Flaminio Alencastre) não foram soltos porque, tendo sido barbaramente torturados, a polícia não queria libertá-los nesse estado (*Tribuna Popular*, 5 de dezembro de 1947).

A respeito dessa mudança, observa Rodrigues:

Diante da ofensiva governamental, e considerando o “aguçamento geral da luta de classes em escala internacional”, que dividiu o mundo em dois campos, tal como foi definido pelo relatório Zhdanov em 1947, o PCB mudou inteiramente sua tática e sua interpretação do processo e instituições políticas brasileiras. A linha anterior, classificada de “oportunista”, foi rejeitada em favor de outra mais agressiva, orientada para a derrubada do governo. O governo Dutra, que há alguns meses os comunistas se declaravam prontos a apoiar, foi classificado de “governo de traição nacional”, sendo uma ditadura “a serviço do imperialismo norte-americano” (RODRIGUES, 1981, p. 413).

De fato, é bastante notável que as posições dos comunistas, nessa fase, tendem a vincular toda a política de Dutra a supostos interesses imperialistas e mesmo, praticamente, a uma espécie de *complô* norte-americano.

Assim, por exemplo, Pedro Pomar, deputado pelo PCB, em artigo intitulado “O Povo está vigilante”, em julho de 1947, indicava quais seriam os “motivos reais” dos “atentados” praticados pelo governo Dutra contra a Constituição:

a entrega do nosso petróleo à *Standard Oil*, a liquidação de nossa indústria para enriquecimento dos monopólios e banqueiros imperialistas, a aprovação do *Plano Truman* de uniformização dos armamentos e a transformação do Exército de Benjamin e Siqueira Campos em força auxiliar do exército americano, e a preparação de nossa juventude para carne de canhão das aventuras guerreiras dos tubarões de Wall Street. Todos estes fatos comprovam o revigoramento da vigilância do povo levando o alarme aos arraiais da ditadura que quer prosseguir para o caminho do terror (*Tribuna Popular*, 1º de julho de 1947).

Algum tempo antes, o embaixador brasileiro em Moscou notava também que, segundo a mesma *Tribuna Popular*, o embaixador americano no Rio de Janeiro havia ordenado ao general Eurico Gaspar Dutra o fechamento do PCB (telegrama de 28 de maio de 1947 – AHI 35/4/16).

Contudo, tendo-se em conta todas as análises e informações já incluídas no presente trabalho, não nos parece correta essa vinculação da política de Dutra a simples interesses ou pressões externas. Na verdade, como já expusemos, essa política de desrespeito à Constituição, de repressão ao movimento operário e perseguição aos comunistas, explica-se muito mais pelas condições internas, isto é, pela específica configuração dos interesses das classes dominantes brasileiras.

Na verdade, o que se percebe é que, perseguidos e finalmente derrotados, os comunistas passam, de certa forma, a “atirar para todos os lados”. Como assinala Rodrigues, “nessa fase de ultra-radicalismo, todos os partidos brasileiros foram considerados [pelos comunistas] como expressão dos interesses dos EUA”. A esse respeito, o autor cita um texto do comunista Maurício Grabois:

No momento atual, tanto os dirigentes nacionais do PSD, da UDN, do PTB, do PR, do PSP e de outros partidos sem expressão, como o PSB, não passam de meros instrumentos dos imperialistas norte-americanos na vida política brasileira e, por isso, suas manobras e divergências não podem nem devem iludir os verdadeiros democratas (apud RODRIGUES, 1981, p. 413).

É certo que, como atesta o documento conhecido como *Manifesto de Janeiro*, lançado pelos comunistas em janeiro de 1948, eles enxergavam as responsabilidades das

classes dominantes brasileiras; todavia, pareciam não admitir nessas classes e em seu governo (Dutra) uma capacidade de iniciativa própria:

Para as classes dominantes, é cada vez mais difícil encontrar qualquer remédio para os males que afligem a nação [...]. Impotentes e desesperados, sentindo cada vez mais ameaçados seus velhos privilégios, os homens das classes dominantes, classes [...] cuja existência já se tornou hoje um obstáculo ao desenvolvimento da Nação, separam-se dela e vão buscar fora de suas fronteiras um apoio estrangeiro para defesa daqueles privilégios caducos e condenados (*Manifesto de Janeiro*, in CARONE, 1982, p. 73).

No mesmo documento, encontra-se também outra passagem significativa a esse respeito: “são cada vez mais diretos, mais claros e descarados os intentos de intervenção em nossa vida política”, diz o texto, lembrando as “sucessivas e impudentes declarações” do embaixador dos EUA no Brasil, Pawley, “no sentido de estimular o governo Dutra em sua campanha anticomunista” (*Manifesto de Janeiro*, in CARONE, 1982, p. 74).

Na verdade, pode-se dizer que, nas relações entre Pawley e os homens do governo Dutra, as coisas chegaram a se passar de modo praticamente oposto. Hilton relata um encontro, ainda em janeiro de 1947, entre Pawley, o general Alcio Souto (chefe do gabinete militar de Dutra) e o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Pereira Lira, assinalando que, nessa ocasião, os dois brasileiros manifestaram ao embaixador dos EUA sua “decepção”, ou “pesar” (*regret*) com o que consideravam “falta de vigor de Washington no tratamento da ameaça comunista em âmbito mundial” (HILTON, 1991, p. 211). Em outras palavras, pode-se ver aqui, mais uma vez, os brasileiros numa postura “mais realista que a do rei”.

É óbvio que os norte-americanos tinham seus interesses econômicos, e uma “clara intenção” de criar o seu “*sistema de poder*” no pós-guerra a partir da América Latina (MOURA, 1991, p. 97). Assim, houve um esforço norte-americano em “manipular a organização econômica, a política exterior, assim como a vida cultural do Brasil (e de outros países latino-americanos)”, com a intenção “deliberada” da construção desse “*sistema de poder*” norte-americano. Porém, como afirma o próprio Moura, a “complexidade de vínculos” não permite que as “relações entre as duas partes do *sistema*” ocorra como “simples imposição ou aceitação passiva de um ‘diktat’, antes supõe uma interação difícil, negociada, embora assimétrica em graus variados” (MOURA, 1991, p. 97).

Assim sendo, os Estados Unidos não conseguiram, no ano de 1948, o que mais lhes interessava, que era uma legislação brasileira favorável à participação das empresas norte-americanas na exploração do petróleo brasileiro. (cf. BANDEIRA, 1973, p. 317-322)

Reforçamos aqui nosso ponto de vista de que o fechamento do PCB, o rompimento com a União Soviética e a intervenção nos movimentos operários têm a ver com as disputas internas da sociedade brasileira. E também com a forma com que os “donos do poder” se relacionam com os movimento operários. Esse *jeito de agir* do governo do general Dutra e das pessoas que estavam no poder era herança do “autoritarismo característico dos anos trinta” (ALMEIDA JÚNIOR, 1981, p. 244). Como define bem Nogueira, referindo-se aos anos trinta:

Modernizando-se conservadoramente e “pelo alto”, o Brasil ingressará em fase propriamente capitalista-industrial com uma frágil sociedade civil e sem democracia, destituído de um pensamento liberal-democrático consistente e sem um movimento operário organizado, com autonomia e consciência de si. Terá, ao contrário, que conviver com o *autoritarismo*, o *elitismo* e o *golpismo* derivados do próprio processo de formação da nacionalidade. Aliás, será em boa medida sobre este tripé que se organizará a vida política e ideológica dos anos Trinta. De uma ou outra forma, todos os seus eventos e realizações mais importantes estarão carregadas de influências golpistas, elitistas e autoritárias [...]. Todos os agentes, de uma ou outra maneira, viverão a ilusão de substituir a sociedade, antecipar-se a ela, criá-la de cima para baixo ou pura e simplesmente neutralizá-la através da integração subordinada ao Estado (NOGUEIRA, 1988, p. 97).

É importante lembrar, como já demonstrado, que muitas das pessoas que estavam no poder no governo do general Dutra, já ali estavam desde o governo passado; também eram as mesmas pessoas que tinham participado do golpe de 29 de outubro de 1945, assim como da implantação do Estado Novo, e ainda muitos participantes da chamada Revolução de 30. É nesse sentido que consideramos correta a avaliação, já acima indicada, de Almeida Júnior:

A partir de 1947 [...] o que se observa é a estruturação da “democracia liberal”, tal como sempre a viram os donos do poder, ou seja, com qualquer movimento ou organização de massas sufocado e/ou atrelado ao aparelho burocrático do Estado, a par da manutenção das liberdades e garantias individuais, afiançadas pela Constituição. Liberal na forma, herdeiro do autoritarismo característico dos anos trinta no conteúdo, eis possivelmente uma descrição sumária do período Dutra (ALMEIDA JÚNIOR, 1981, p. 244).

Só para terminar, gostaríamos de dizer que o próprio PCB não conseguiu fugir dessa origem:

Desse clima geral não escapará nem mesmo a parcela melhor implantada da esquerda (o Partido Comunista Brasileiro), que aliás chegará aos dias de hoje sem ajustar as contas com um passado que, perversamente, combinou a tragédia do stalinismo e a rígida tradição organizativa da Terceira Internacional com o golpismo e o autoritarismo típicos da revolução burguesa brasileira (NOGUEIRA, 1988, p. 97-98).

De fato, Konder assinala que, em decorrência da perseguição movida pelo governo Dutra, “difunde-se entre os militantes do PCB o amargo sentimento de que haviam superestimado a liberal-democracia” (KONDER, 1980, p. 72), de modo que os comunistas rapidamente retornam às tradições golpistas dos anos trinta, renegando as posições que haviam assumido nos anos de 1945 a 1947, num processo que culminaria nas posições expressas no chamado *Manifesto de Agosto* de 1950 (cf. RODRIGUES, 1981, p. 414-415).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período estudado por nós do governo do general Dutra, como visto, era cercado de expectativas em relação à “redemocratização”, pois este governo substituiria os 8 anos da ditadura do Estado Novo. Talvez o contexto mundial, em que a democracia ganhava força, associado internamente com a abertura política realizada no último ano do governo Vargas, tenha levado as pessoas da época a superestimarem a democracia. Na verdade, o país em 1945 estava caminhando por uma via democrática, porém, ao que nos parece, essa via começou a se mostrar democrática demais do ponto de vista de alguns grupos sociais brasileiros, que começaram a não ver com bons olhos a inclusão dos comunistas e também dos movimentos operários nesse processo. Assim é que os militares praticam o golpe de 29 de outubro de 1945, para conter o caminho que esse processo democrático estava tomando, não permitindo que ele fugisse ao controle. Assim, Vargas é afastado pelas mesmas pessoas que o haviam colocado no poder. Era Vargas sozinho quem pagava o preço pelos 8 anos de Estado Novo, e apenas este. A grande parte das pessoas que haviam estado com Vargas continuaram no poder. O golpe era uma demonstração de que a democracia só seria aceita por uma via controlável e de participação reduzida. Os militares que depuseram Vargas, em 29 de outubro, eram os mesmos que o haviam colocado no poder em 30 e depois apoiado a implantação do Estado Novo. Agora, porém, os militares assumiam de vez o controle elegendo o general Dutra para a presidência.

A chegada de Dutra ao poder, como vimos, era o ápice do poder político dos militares. E aqui fica claro para nós um dos pontos essenciais que levaram ao fechamento do PCB e ao rompimento de relações do Brasil com a União Soviética, que era o fato da *continuidade*: os militares continuavam os mesmos, e não apenas eles, os próprios líderes políticos continuavam os mesmos. Esses militares, que se haviam enamorado do nazismo e do fascismo, abandonavam estes quando o seu romance não mais era aceito ou permitido. Mas eles “mudavam” para continuar, isto é, continuarem próximos do poder, ou assumindo-o, quando necessário. Assim, pensamos que o fechamento do PCB e o rompimento de relações com a URSS deve ser visto a partir das disputas internas pelo acesso ao poder ou sua manutenção. E a continuação, que ocorria no governo do general

Dutra, deixava claro que não seria tolerada uma oposição comunista. Na verdade, não apenas uma oposição comunista não era bem vista, mas a oposição em geral: o governo associa o movimento operário ao comunismo, e com isso pode agir e reprimir o movimento que buscava sua autonomia e liberação do domínio estatal.

É obvio que havia uma certa influência do comunismo nos meios sindicais, principalmente através do MUT, porém, como foi visto, as greves eram mais por questões econômicas do que por questões “ideológicas”. Os operários votavam pelas resoluções apresentadas pelo MUT, no Congresso Sindical de setembro de 1946, não necessariamente por afinidades ideológicas ao comunismo mas especialmente porque os pontos colocados e levantados pelo MUT eram os que estavam de acordo com os interesses dos movimentos operários naquele momento. Assim é que, utilizando-se do discurso de combate ao comunismo, o governo Dutra pode intervir de modo indiscriminado nos sindicatos e associações, de acordo com seus interesses.

Esse é um ponto que consideramos essencial para o entendimento do tema proposto. O anticomunismo de grande parte da sociedade brasileira permitiu, ou pelo menos facilitou, que o governo do general Dutra reunisse um grande número de grupos sociais, como Igreja Católica, industriais, latifundiários, grande parte dos políticos, em torno de um inimigo comum. Com isso o governo estava autorizado a agir da forma que agiu, pois possuía praticamente um consenso das classes dominantes e conservadoras.

Esse combate interno ao comunismo guiou o modo de agir dos governantes e representantes brasileiros nas questões de relações internacionais. Desse modo, nos fóruns da ONU e na sua relação com a União Soviética, os dirigentes brasileiros se mostraram bem pouco interessados em uma relação amistosa em qualquer questão relacionada ao comunismo. Esses dirigentes não separavam uma coisa da outra e por esses motivos deixavam até mesmo de tentar fazer acordos comerciais com a União Soviética; como vimos, o governo brasileiro recusava propostas feitas por algumas empresas brasileiras e pelo próprio governo soviético.

Essas questões eram tão extremadas que o próprio Osvaldo Aranha, um dos grandes articuladores da aproximação do Brasil com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, era acusado pela Secretaria de Estado do Itamaraty de ter uma posição “russófila”. A visão do que significava ser *comunista* podia ser manipulada a ponto de permitir que qualquer um fosse acusado de sê-lo: tudo dependia da conveniência de quem a utilizava e para que a utilizava. Como visto, também podemos dizer o mesmo dos termos *democracia* e *imperialismo*.

Portanto, no nosso modo de entender, é essa complexidade de conceitos e interesses diversos dos diferentes grupos sociais, que estão no espaço interno brasileiro, que levam o governo do general Dutra a tomar as medidas que tomou para conter a oposição e manter as coisas como então *deveriam* ser, ou pelo menos como as classes dominantes achavam que deveriam ser.

A esse respeito, é interessante notar a posição de *vanguarda* assumida pelo Brasil de Dutra no combate ao comunismo: no mesmo mês (março de 1946) em que Winston Churchill se manifesta em relação ao que ele chamava de “cortina de ferro” (que é considerado o discurso inaugural da Guerra Fria), era aprovada no Brasil uma medida que permitia a demissão de todos os funcionários públicos com suspeitas de envolvimento com o comunismo. Também nesse mês, dava entrada no Tribunal Superior Eleitoral o pedido de cassação do registro do Partido Comunista.

Se o ano de 1947 é o momento em que a divisão mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética se torna realmente de fato reconhecida (Remond, 1974, p. 147), o Brasil, aliado dos Estados Unidos, demonstrava seu *pioneirismo*, pois em maio deste mesmo ano o Brasil fechava o Partido Comunista Brasileiro e em outubro rompia relações com a União Soviética. Assim, o Brasil excedia em certa medida os Estados Unidos com relação à Guerra Fria, não sendo exagero dizer que o país se tornava mais realista que o Rei.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

Jornais:

Correio da Manhã, Rio de Janeiro – jan. 1946 a jan. 1948.

Tribuna Popular, Rio de Janeiro – jan. 1946 a dez. 1947.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro – maio 1947, out. 1947, jan. 1948.

Documentação diplomática:

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro – 35/04/14, 35/04/15, 35/04/16, 35/04/17, 79/3/14.

Documentação pessoal:

Arquivo pessoal de Eurico G. Dutra – CPDOC/FGV.

Arquivo pessoal de Osvaldo Aranha – CPDOC/FGV.

OBRAS CITADAS

ABREU, Alzira Alves de. (org.). **A imprensa em transição: O jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: **HISTÓRIA geral da civilização brasileira**. Org. por Bóris Fausto. São Paulo: Difel, 1981. v. 3. p. 227-294.

ALMINO, João. **Os democratas autoritários**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Conflito e integração na América Latina: Brasil, Argentina e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAPTISTA, Roberto. **Comunismo internacional, repressão e intervencionismo nos Governos Dutra e Vargas**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UnB, Brasília.

- BENEVIDES, Maria V. de M. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1956)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERNSTEIN, Serge. In: REMOND, René. (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **Latin America between the Second World War and the Cold War 1944-1948**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000
- CARONE, Edgar. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1980.
- CARONE, Edgar. **O PCB: 1943 a 1964**. São Paulo: Difel, 1982.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, 11(5), 1991, p. 173-191.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- DAVIS, Sonny B. **A brotherhood of arms: Brazil-United States Military Relations, 1945-1977**. Colorado: University Press of Colorado, 1996.
- DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Coord. por Alzira Alves Abreu et al. Ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.
- FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro F.; MARLEBA, J. (Org.). **Representações contribuição a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papirus, 2000, v. , p. 41-79.
- FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo – 1930-1945**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.
- FICO, Carlos. **O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento**. In: MOTA, Carlos G. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Ed. Senac, 2000. v. 2. cap. 5. p. 163-182.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. **A bancada do PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- HAINES, Gerald K. **The americanization of Brazil: a study of U.S Cold War diplomacy in the Third World, 1945-1954**. Wilmington: Scholarly Resources, 1989.
- HILTON, Stanley. **Brazil and the soviet challenge, 1917 -1947**. Austin: University of Texas Press, 1991.
- KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

- KOVAL, Bóris. **História do proletariado brasileiro – 1857-1967**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- MALAN, Pedro S. et al. **Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980.
- MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil 1945-1964. In: HISTÓRIA geral da civilização brasileira. Org. por Bóris Fausto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 11. p. 51-106
- MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense: 1979.
- MCCANN, Frank. **The brazilian-american alliance, 1937-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1973.
- MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: REMOND, René. (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MACHADO, Roberto. Apresentação. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.
- MOURA, Gerson (coord.). **Ação e pensamento da política externa brasileira: o governo Dutra**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1983. Relatório de pesquisa (não-publicado).
- MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Os anos trinta. **Perspectivas**, São Paulo, n. 11, 1988, p. 93-99.
- REMOND, René. Uma história do presente. In: _____. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- REMOND, René. **O Século XX: De 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix. 1974.
- RODHEGERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 44, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Rodrigues. O PCB: os dirigentes e a organização. In: HISTÓRIA geral da civilização brasileira. Org. por Bóris Fausto. São Paulo: Difel, 1981. v. 3. p. 361-443.
- SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.
- SILVA, Hélio. **1945 – por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SOUZA, Maria do Carmo C. de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- VINHAS, Moisés. **O Partido: a luta por um partido de massas, 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WEIS, W. Michael. **Cold warriors and coups d'état: Brazilian-American relations**. New Mexico: University of New Mexico, 1993.

ANEXOS

ANEXO 1

Nota de protesto enviada pelo Brasil e rejeitada pela URSS – out. 1947

“Surpreendeu o Governo brasileiro como a mim mesmo, a agressão violenta ao Presidente da República e às forças armadas de meu país, que foram alvo de jornalistas obscuros que se dedicam a objurgatórias políticas numa Gazeta de rótulo literário. A falta de idoneidade do autor é revelada pela falsidade e inverosimilhança do artigo, cujas asserções inverídicas vão ao par da violência de linguagem. Mas que se entregue a manifestações em que a violência substitui o argumento, quer se mantenha o limite do raciocínio dentro de fatos incontestáveis, sobre quais não valem sofismas nem tergiversações, é a imprensa russa severa e estritamente controlada pelo Poder Executivo, não sendo seus abusos, como alhures, da competência dos tribunais. Nestas condições, meu Governo julga que o modo por que a pessoa do Primeiro Magistrado e as instituições armadas foram atacadas é inadmissível na União Soviética, cujas relações amistosas meu país mantém, e que semelhante fato só pode ser consequência da tolerância, pelo menos culposa, a respeito da qual pede satisfação. Aguardando-as de que por suas funções é a única qualificada a corresponder com as Missões Diplomáticas, protesto, desde já, solenemente, contra injúria de que o Presidente da República e o Exército brasileiro foram objetos, e conto, no interesse do prosseguimento das boas relações que as medidas que Vossa Excelência reconheceu justas e necessárias serão tomadas para impedir sua reprodução.”

(Fonte: telegrama de Raul Fernandes a Osvaldo Aranha – AHI 79/3/14)

ANEXO 2

Nota de rompimento enviada pelo Brasil à URSS – out. 1947

“As relações diplomáticas do Brasil com a Rússia remontam ao ano de 1830 quando, primeiros entre os sul americanos, estabeleceram uma Legação em São Petersburgo. Essas relações permaneceram corretas e pelas vicissitudes da consolidação do novo regime implantado na Rússia. No termino da última grande guerra que uniu nossas bandeiras no mesmo campo, quisemos reata-las em homenagem ao heroísmo com que o povo russo combatera, bem como para a obra de cooperação que desafiava o esforço comum das Nações vitoriosas no estabelecimento da paz e na reconstrução dos países devastados . Entre países tão distantes um do outro e sem apreciáveis relações econômicas, como são o Brasil e a Rússia, essa colaboração teria por teatro principalmente as Nações Unidas. Com esse propósito, criamos uma Embaixada em Moscou e acolhemos na Capital do Brasil uma Embaixada Soviética, ambas instaladas no correr de 1946. Tivemos logo a decepção de não encontrar reciprocidade no tratamento dispensado a essas Missões: enquanto no Rio de Janeiro o Embaixador Soviético e seus colaboradores recebiam a cortezia, as seguranças e as facilidades que se dispensam tradicionalmente aos representantes dos países amigos, o Embaixador brasileiro em Moscou e seus auxiliares sofriam toda sorte de restrições, algumas extremamente vexatória. O Governo brasileiro conformou-se com tão desigual tratamento por não ser discriminatório, ou de exceção, achando-se em idênticas condições a generalidade dos diplomatas acreditados na capital soviética. Ademais, abrigávamos a esperança de que esse estado de coisas fosse transitório e que, estabelecida pacientemente a confiança e o mutuo entendimento entre o Governo soviético e os dos Estados democráticos, se consentisse em Moscou aos nosso representantes a liberdade de movimentos sem a qual nem as suas funções se desempenharam cabalmente, nem a própria vida quotidiana é suportável.

Esta longanimidade e compreensão foram, porém, mal recompensadas. A imprensa soviética, tão estreitamente controlada pelo Governo. Ultimamente nos atacou rudemente e sem qualquer motivo.

É assim que há poucos dias, a despeito de votos sucessivos dados pela Delegação brasileira a um membro soviético das Nações Unidas em renhida eleição para membro do

Conselho de Segurança, o primeiro Delegado do Brasil, Doutor Oswaldo Aranha, exercendo a presidência da Assembléia, foi grosseiramente atacado pela imprensa moscovita e acoimado injuriosamente de estar a soldo do Governo norte-americano. Ora. Esses votos eram dados em oposição a delegação norte-americana e teriam, pelo menos, o mérito da isenção e da independência. Esta circunstancia foi olvidada, e as injúrias choveram, apenas porque, em simples observância da lei interna da Assembléia, o Presidente não permitiu um discurso intempestivo do Delegado Soviético.

Dir-se-ia, porém, haver um propósito assentado de nos provocar gratuitamente, pois, a seguir, uma gazeta injuriou e caluniou gravemente o próprio Chefe do Estado e as forças militares do Brasil. Era imperioso que erguêssemos um protesto veemente e exigíssemos satisfações por esse ultraje. Fizemo-lo como condição como condição de podermos continuar mantendo relações, pelo menos corretas, com o Governo da URSS.

A nota do Embaixador brasileiro, embora impregnada de justa indignação contra o jornalista agressor, e enérgica na reclamação, foi vasada em termos comedidos no que concerne ao Governo soviético.

Sem embargo, este recusou-se recebe-la, pretextando que o tom dessa comunicação era inamistoso, Se o Governo soviético se solidarizou com o jornalista e sentiu-se atingido pelo revide, não fez senão agravar o incidente; e de todo modo, pela devolução mal motivada da Nota, praticamente recusou prestar satisfações que o melindre brasileiro tornava impreteríveis.

O Governo soviético deu, a esta lamentável ocorrência um desfecho que significa desdém pelas suas relações que afincadamente procuramos manter e cultivar.

Nestas condições, só me resta notificar a Vossa Excelência, em nome e por ordem do meu Governo, que cessam nesta data as relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS.
Mario Pimentel Brandão.”

(Fonte: telegrama de Raul Fernandes a Oswaldo Aranha – AHI 79/3/14)

Autorizo a reprodução deste trabalho
Dourados-MS, 21 de dezembro de 2006.

RENATO ARRUDA DE REZENDE